

# o b s e r v a

observatório  
de ambiente  
e sociedade



t<sup>e</sup>se

## ECOMILITÂNCIA E SOCIEDADE PORTUGUESA

Percepções e representações do ambiente

João Guerra  
1998

ISCTE  IUL  
Instituto Universitário de Lisboa

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

**ECO-MILITÂNCIA E SOCIEDADE PORTUGUESA**  
**Percepções e representações do ambiente**

---

DISSERTAÇÃO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA E PLANEAMENTO  
sob a orientação da Dr.<sup>a</sup> Aida Valadas de Lima

João Guerra

LISBOA ● 1998

## ÍNDICE GERAL

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>vi</b>
<b>1. Movimento ambientalista e sociedade portuguesa.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Construção de uma estratégia metodológica: limites e possibilidades .....</b>	<b>7</b>
<b>3. ONGAs e eco-militantes: caracterização de um ambientalismo plural .....</b>	<b>20</b>
3.1. ONGAs: semelhanças e especificidades .....	21
3.1.1. LPN — Liga para a Protecção da Natureza .....	21
3.1.2. QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza .....	23
3.1.3. GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente .....	25
3.2. Eco-militantes: elementos sociográficos .....	27
<b>4. Modernidade e raízes da crise ecológica .....</b>	<b>36</b>
4.1. Modernidade, progresso e degradação ambiental .....	37
4.2. Modernidade e factores de degradação .....	50
<b>5. Natureza e ambiente: representações sociais em mutação .....</b>	<b>63</b>
5.1. Natureza: uma ideia com história .....	64
5.2. Ambiente: uma ideia em construção .....	69
<b>6. A emergência do Novo Paradigma Ecológico .....</b>	<b>78</b>
6.1. Uma nova ética ambiental .....	79
6.2. Mudança paradigmática: do DSP ao NEP .....	84
<b>7. Conclusão.....</b>	<b>100</b>
<b>8. Anexos .....</b>	<b>105</b>
8.1. Anexo 1: Questionário .....	106
8.2. Anexo 2: Grelhas de análise .....	112
8.3. Anexo 3: <i>Outputs</i> do SPSS .....	120
<b>9. Bibliografia .....</b>	<b>125</b>

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Estrutura sexual segundo a ONGA .....	27
<b>Gráfico 2:</b> Estrutura etária segundo a ONGA.....	28
<b>Gráfico 3:</b> Sexo segundo o grupo etário .....	28
<b>Gráfico 4:</b> Níveis de formação segundo a ONGA.....	29
<b>Gráfico 5:</b> Áreas de formação no total da amostra .....	30
<b>Gráfico 6:</b> Áreas de formação segundo a ONGA.....	30
<b>Gráfico 7:</b> Grandes áreas de formação segundo a ONGA.....	31
<b>Gráfico 8:</b> Profissão segundo a ONGA .....	32
<b>Gráfico 9:</b> Função segundo a ONGA .....	33
<b>Gráfico 10:</b> Pluriactivismo ambiental segundo a ONGA .....	33
<b>Gráfico 11:</b> Principais problemas ambientais do mundo.....	43
<b>Gráfico 12:</b> Gravidade dos problemas ambientais do país segundo a ONGA.....	46
<b>Gráfico 13:</b> Estado do ambiente no país.....	47
<b>Gráfico 14:</b> Estado do ambiente no mundo .....	47
<b>Gráfico 15:</b> Evolução da percepção da situação ambiental em Portugal (1992/1997).....	48
<b>Gráfico 16:</b> Expectativas de evolução do ambiente .....	49
<b>Gráfico 17:</b> Defesa do ambiente e crescimento económico .....	55
<b>Gráfico 18:</b> Defesa do ambiente e crescimento económico segundo a ONGA.....	55
<b>Gráfico 19:</b> Grau de importância do industrialismo como factor de degradação ambiental .....	56
<b>Gráfico 20:</b> Grau de importância do capitalismo como factor de degradação ambiental.....	56
<b>Gráfico 21:</b> Índice ‘industrialismo’ (histograma).....	57
<b>Gráfico 22:</b> Índice ‘capitalismo’ (histograma) .....	57
<b>Gráfico 23:</b> Índice ‘capitalismo’ segundo a ONGA .....	58
<b>Gráfico 24:</b> Índice ‘industrialismo’ segundo a ONGA.....	58
<b>Gráfico 25:</b> Relação da ciência e da técnica com o ambiente .....	61
<b>Gráfico 26:</b> Relações da ciência e da técnica com o ambiente segundo a ONGA .....	62
<b>Gráfico 27:</b> Representações da natureza.....	67
<b>Gráfico 28:</b> Representações da natureza segundo a ONGA.....	68
<b>Gráfico 29:</b> Autonomização do conceito de ambiente entre a população .....	72
<b>Gráfico 30:</b> Representações do ambiente entre os ambientalistas .....	74

<b>Gráfico 31:</b> Representações da natureza e do ambiente segundo a ONGA.....	74
<b>Gráfico 32:</b> Representações do ambiente segundo as áreas de formação dos ambientalistas ...	75
<b>Gráfico 33:</b> Conteúdos das representações do ambiente entre os ambientalistas.....	76
<b>Gráfico 34:</b> Pendor biocêntrico segundo a ONGA.....	83
<b>Gráfico 35:</b> Pendor antropocêntrico segundo a ONGA.....	83
<b>Gráfico 36:</b> Vertente do NEP ‘limites do crescimento’.....	89
<b>Gráfico 37:</b> Vertente do NEP ‘fragilidade do equilíbrio ecológico’ .....	90
<b>Gráfico 38:</b> Vertente do NEP ‘possibilidade da crise ecológica’ .....	90
<b>Gráfico 39:</b> Vertente do NEP ‘rejeição da isentabilidade humana’.....	91
<b>Gráfico 40:</b> Vertente do NEP ‘anti-antropocentrismo’ .....	92
<b>Gráfico 41:</b> Equidade biológica (histograma) .....	94
<b>Gráfico 42:</b> Precariedade do equilíbrio ecológico (histograma).....	94
<b>Gráfico 43:</b> Rejeição do antropocentrismo (histograma) .....	94
<b>Gráfico 44:</b> Limites naturais à actividade humana (histograma).....	94
<b>Gráfico 45:</b> Confronto dos valores DSP/NEP entre os ambientalistas .....	95
<b>Gráfico 46:</b> Equidade biológica.....	96
<b>Gráfico 47:</b> Precariedade do equilíbrio ecológico .....	96
<b>Gráfico 48:</b> Rejeição da isentabilidade humana .....	96
<b>Gráfico 49:</b> Limites naturais à actividade humana .....	96
<b>Gráfico 50:</b> O papel da humanidade no mundo segundo a ONGA .....	97
<b>Gráfico 51:</b> Preservação das condições ecológicas segundo a ONGA.....	97
<b>Gráfico 52:</b> O papel da humanidade no mundo segundo os grupos etários .....	97
<b>Gráfico 53:</b> Preservação das condições ecológicas segundo os grupos etários .....	97

## ÍNDICE DOS QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Representação esquemática do modelo de análise.....	10
<b>Quadro 2:</b> Dimensões e indicadores referentes ao industrialismo e ao capitalismo como factores de degradação ambiental.....	11
<b>Quadro 3:</b> Dimensões e indicadores das representações da natureza .....	12
<b>Quadro 4:</b> Dimensões e indicadores das representações do ambiente .....	13
<b>Quadro 5:</b> Dimensões e indicadores relativos às posições da <i>Deep Ecology</i> .....	14
<b>Quadro 6:</b> Correspondências entre as dimensões da <i>escala NEP</i> e os indicadores do 1º <i>Inquérito Nacional</i> .....	15
<b>Quadro 7:</b> Dimensões e indicadores da <i>escala NEP</i> .....	16
<b>Quadro 8:</b> Resumo de caracterização dos inquiridos da LPN.....	34
<b>Quadro 9:</b> Resumo de caracterização dos inquiridos da QUERCUS.....	34
<b>Quadro 10:</b> Resumo de caracterização dos inquiridos do GEOTA.....	35
<b>Quadro 11:</b> Principais problemas ambientais do mundo .....	42
<b>Quadro 12:</b> Gravidade dos problemas ambientais do mundo .....	44
<b>Quadro 13:</b> Gravidade dos problemas ambientais do país segundo a ONGA .....	45
<b>Quadro 14:</b> Cruzamento dos índices ‘capitalismo’ e ‘industrialismo’ .....	58
<b>Quadro 15:</b> Dimensões do ambiente .....	71
<b>Quadro 16:</b> Significado do ambiente para a população portuguesa.....	73
<b>Quadro 17:</b> Valor intrínseco-radicalismo / Instrumentalismo-reformismo.....	82
<b>Quadro 18:</b> Pendor biocêntrico e pendor antropocêntrico entre os ambientalistas .....	83
<b>Quadro 19:</b> ‘Rotated factor matrix’ .....	93
<b>Quadro 20:</b> Adesão aos valores do NEP segundo a importância atribuída ao capitalismo e ao industrialismo na degradação ambiental.....	98
<b>Quadro 21:</b> Adesão aos valores do NEP segundo as representações da natureza e do ambiente .....	98
<b>Quadro 22:</b> Adesão aos valores do NEP segundo as áreas de formação dos ambientalistas.....	99

## AGRADECIMENTOS

O texto que se segue encerra em si o percurso de uma aprendizagem. A abordagem de um objecto de estudo novo para mim — as representações do ambiente — exigiu que percorresse um caminho sempre zigzagzeante que vai da problematização teórica à investigação empírica, passando pela indispensável discussão metodológica. Ao longo deste trajecto pude contar sempre com o acompanhamento da Dr.<sup>a</sup> Aida Valadas de Lima, fundamental para o arranjo das minhas ideias tanto pela confiança que depositou no meu trabalho como pelo imprescindível exercício da crítica.

A investigação que deu origem a este texto teve início no âmbito de um estágio no *Observa: Ambiente, Sociedade e Opinião Pública*. Seria praticamente impossível descrever aqui o significado desta experiência. No entanto, a possibilidade de um aluno finalista integrar uma equipa de investigadores — discutindo, sugerindo alternativas, aplicando conhecimentos ou, simplesmente, observando — foi de tal modo útil e estimulante que não poderia deixar de a referir.

No decorrer do trabalho de campo, encontrei curiosidade e empenho raros tendo em conta que esta investigação não passa de uma prática escolar. Desde modo, agradeço indistintamente às três associações ambientalistas de âmbito nacional: GEOTA — Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente, LPN — Liga para a Protecção da Natureza e QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza. De facto, a aplicação de um inquérito por questionário não teria sido possível sem a pronta e incansável colaboração da Conceição Lopes (QUERCUS), da Paula Fonseca (LPN) e da Saúde Martins (GEOTA). E quantos pontos teriam ficado entreabertos, não fosse a disponibilidade da Dr.<sup>a</sup> Conceição Martins (GEOTA), do Eng. Eugénio Sequeira (LPN) e do Professor Doutor Francisco Ferreira (QUERCUS)?

Sem o interesse, o apoio e a colaboração destas pessoas e instituições não teria sido possível nem a realização do estágio, nem a redacção da dissertação essenciais para o remate de uma licenciatura em Sociologia e Planeamento do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.





Foi tardia, se comparada com a situação dos parceiros da União Europeia e do mundo industrializado em geral, a eclosão da problemática ambiental em Portugal e só atingiu verdadeira visibilidade, como notam Aida Valadas de Lima e Luísa Schmidt, com o processo de adesão às Comunidades Europeias que arrastou consigo directivas e normas que se impôs aplicar<sup>1</sup>. Várias serão as causas que se podem apontar para esta situação. Por um lado, o relativamente fraco desenvolvimento industrial e económico do país que terá levado a pressões ambientais menos perniciosas, desencadeando menos, ainda em termos relativos, situações de ruptura ambiental que alertam e preocupam em crescendo as populações. Por outro lado, fruto de um passado recente marcado por um regime totalitário de cerca de meio século, a existência de uma sociedade civil com pouca capacidade reivindicativa e tradicionalmente pouco interventiva, gera um distanciamento da população em geral para com os problemas globais que dizem respeito a todos, como é o caso da degradação ambiental, implicando ainda uma fraca tendência para o associativismo, nomeadamente, o associativismo ambiental. No entanto, são as sementes que se podem encontrar na sociedade civil — entre elas, o próprio movimento ambientalista — que permitem o seu florescimento, numa área entre “the individual and the state; in no-state institutions which organize and educate citizens for political participation; even as an expression of the whole civilizing mission of modern society”<sup>2</sup>.

Numa altura em que se tornou claro que a falta de sensibilização ambiental, associada à ausência de uma tradição cívica e de participação da população portuguesa, enformam um dos principais problemas estruturais que afectam a qualidade de vida do país, as situações de ruptura ambiental há muito que deixaram de ser apenas um problema fora de portas, e, com o crescimento económico verificado nas últimas décadas, têm vindo a multiplicar-se, pelo que a necessidade de mudança de atitudes e comportamentos face ao ambiente e o retrocesso do processo de degradação ambiental são objectivos que parecem ter vindo, apesar de tudo, a ganhar adeptos dentro e fora da esfera do poder. Assim, se as condições objectivas existentes — nomeadamente a progressiva degradação do ambiente — são um facto

---

<sup>1</sup> Cf. Aida Valadas de Lima e Luísa Schmidt, «Questões ambientais — conhecimentos, preocupações e sensibilidades», *Análise Social*, XXXI (135), 1996, pp. 205-227.

<sup>2</sup> Krishan Kumar, «Civil society: an inquiry into the usefulness of an historical term», *The British Journal of Sociology*, 44 (3), 1993, p. 383.

que poucos se atrevem a negar, o papel do movimento ambientalista é primordial na emergência desta problemática enquanto problema social. Da acção das Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGAs) depende, em grande parte, a forma como a população em geral os percebe e os representa, até porque, segundo Steven Yearley, “após ter conseguido obter o reconhecimento inicial de um determinado problema social, o trabalho deste ‘empresariato moral’ ou do grupo organizado ainda não está terminado, já que se defronta com o novo desafio, representado pela necessidade de manter o problema sob o olhar atento da opinião pública e de exercer a pressão para, em relação a ele, provocar mudanças de atitudes, de política ou de legislação”<sup>3</sup>.

O *1º Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*<sup>4</sup> constitui um instrumento fundamental para observar a generalização das preocupações ambientais no nosso país. De acordo com os resultados parciais deste inquérito, os portugueses começam a despertar para a problemática ambiental — estando preocupados ou muito preocupados com o estado do ambiente na sua região (46 %), no país (81%), na União Europeia (76%) e no mundo (83%)<sup>5</sup>. Partindo destes resultados, propomo-nos comparar as percepções, os valores e as representações do ambiente da população em geral, com este grupo mais restrito — dirigentes, quadros técnicos e activistas das três ONGAs de âmbito nacional<sup>6</sup> — cujo papel é determinante no processo de consciencialização ambiental.

Fruto de um trabalho empenhado e persistente, as ONGAs têm vindo a conquistar um importante espaço na sociedade portuguesa e uma crescente projecção pública, afirmando-se como interlocutores privilegiados do poder político, com acção e direitos regulamentados desde oitenta e sete na Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei n.º 10/87 de 4 de Abril), recentemente alterada com a criação do conceito de Organização Não Governamental de Ambiente e a clarificação do direito de representação das ONGAs em órgãos consultivos da Administração Pública, bem como a alteração ou reformulação de alguns outros artigos e direitos<sup>7</sup>. No entanto, mais importante que o reconhecimento institucional é a credibilidade adquirida pelo movimento ambientalista entre a população. Ainda segundo os resultados do

<sup>3</sup> Steven Yearley, *A causa verde: uma sociologia das questões ecológicas*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1991), p. 51.

<sup>4</sup> O *1º Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente* foi realizado por uma equipa de investigadores do *Observa: Observatório Permanente sobre Ambiente, Sociedade e Opinião Pública*, sob a coordenação do Professor Doutor João Ferreira de Almeida. Os apuramentos parciais dos resultados deste inquérito encontram-se reunidos no seguinte volume: João Ferreira de Almeida (coord.), *Os portugueses e o ambiente: 1º inquérito nacional. Relatório final*, Lisboa, Observa: Ambiente, Sociedade e Opinião Pública, 1998.

<sup>5</sup> Cf. Id., *Ibidem*, p. 83 e seguintes.

<sup>6</sup> GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, LPN — Liga para a protecção da Natureza e QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza.

<sup>7</sup> Cf. Paula Gaspar, «As leis do ambiente. A proposta de alteração da lei n.º 10/87. Lei das associações de defesa do ambiente» *Revista do Ambiente*, 1, 1996, pp. 36-37.

inquérito realizado pelo *Observa*, quase 76% dos portugueses apontam as associações ambientalistas como as organizações que mais lhes merecem confiança em matéria ambiental<sup>8</sup>.

Os ambientalistas parecem ser referência importante para os portugueses, fonte segura de informação. Facto a que não será estranho a sua ligação à comunidade científica que, desde as origens do movimento ambientalista, tem sido um elemento essencial<sup>9</sup>, permitindo que a credibilidade da ciência e do conhecimento científico sustente de forma eficaz as reivindicações ambientalistas. Resta salientar, no entanto, o papel difusor de uma maneira diferente de encarar o mundo, vanguarda de uma sociedade mais equilibrada, mais interventiva e mais consciente dos limites impostos por um planeta globalmente percepcionado como um ecossistema complexo. Ecossistema que emerge como uma unidade viva formada por inúmeras interrelações entre o meio físico, o meio biológico e o meio social que se encontra em crise profunda, fruto de um uso abusivo dos recursos naturais que são finitos. Esta consciência dos limites naturais, pouco a pouco, à custa da degradação ambiental crescente, mas também do papel activo das ONGAs no alerta das populações, tem vindo a ganhar uma visibilidade e aceitação progressivas entre a população que, ainda assim, parece estar longe dos comportamentos ambientais defendidos pelas associações ambientalistas.

Nesta última metade do século, o papel social do movimento ambientalista e da causa ambiental em geral tem, progressivamente, vindo a ganhar protagonismo. Há muito que uma concepção vincadamente conservacionista da defesa ambiental, tem vindo a ser substituída por uma noção mais vasta e globalizante de ambiente que integra, nomeadamente, os anseios relativos às ameaças da poluição e os desafios da sustentabilidade. O que tem vindo a mudar, no entanto, não é tanto a necessidade de uma intervenção neste campo, porventura mais necessária hoje do que nunca, mas “o seu lugar, que deixou de ser exclusivo, para se tornar somente um dos elos de uma cadeia mais vasta, num elemento de uma estrutura mais complexa, portadora de um dinamismo, que, para ser bem sucedido, tem de pretender atingir alvos mais extensos e profundos comparativamente à simples conservação do património natural”<sup>10</sup>.

Apesar desta maior abrangência nos objectivos, o movimento parece longe das ideias menos pragmáticas da chamada ‘ecologia profunda’ que defendia um corte radical com o modelo social dominante, apelando a uma sociedade nova e alternativa, em grande parte fruto de uma necessidade de afirmação dos primeiros tempos. Nos dias de hoje, de uma forma geral “l'écomilitantisme semble se situer de plus en plus dans la société telle qu'elle est, dans l'optique

<sup>8</sup> João Ferreira de Almeida (coord.), *Op. Cit.*, pp. 284-285.

<sup>9</sup> Cf. J.-P. Raffin e G. Ricou, «Le lien entre les scientifiques et les associations de protection de la nature: approche historique», in A. Cadoret (org.), *Protection de la nature: histoire et ideologie. De la nature à l'environnement*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1985, pp. 61-73.

<sup>10</sup> Viriato Soromenho-Marques, *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998, p 31.

d'une amélioration”<sup>11</sup>. O movimento ambientalista português, em particular, parece situar-se, de acordo com João Carlos Caninas e Paulo Lemos, num amplo “movimento de opinião (constitucional) que aceita as instituições políticas e o sistema económico, mas exige regular o seu funcionamento (e reforma) e participar nas decisões”<sup>12</sup>, enquanto representante de uma sociedade civil pouco activa, mas que urge incentivar à acção e à participação democrática e empenhada, em particular nos processos decisórios que são susceptíveis de afectar, positiva ou negativamente, o ambiente.

O desenvolvimento do associativismo, qualquer que ele seja, concorre para uma participação cívica mais consciente e mais interventiva, pelo que o empenhamento do movimento ambientalista reforça a própria sociedade civil que permitirá a criação de novas mentalidades e, sobretudo, potencia a intervenção mais informada e contínua dos cidadãos quer individual, quer colectivamente. Funcionando como um posto avançado dos cidadãos neste processo, o movimento ambientalista surge como modelo de comportamentos, fonte disseminadora de uma cultura geral renovada, integrante de uma nova consciência que implica cada cidadão na criação de novas formas de relacionamento mais social e ambientalmente sustentáveis. Como defende Maria Teresa Ambrósio, presidente do Conselho Nacional de Educação, “estas associações têm tido um papel importantíssimo na criação de sentimentos de cidadania que se repercutem para fora do exclusivo tema ambiental”<sup>13</sup>. Daí a fertilidade que uma comparação entre os dois universos — população portuguesa / dirigentes, quadros técnicos e activistas do movimento ambientalista — pode ter na avaliação do processo de percepção e consciencialização ambiental na sociedade portuguesa, permitindo ao mesmo tempo, a análise da diversidade de sensibilidades existente entre as três ONGAs de âmbito nacional e, por via delas e dos seus membros mais activos, do activismo ambiental em geral (considerando que estas três associações podem deter alguma representatividade no movimento ambientalista português).

Não é objectivo deste projecto, no entanto, uma análise exaustiva destas organizações, muito menos se trata de um estudo sobre as mesmas ou sobre o movimento ambientalista em geral. Interessa-nos, tão só, perceber o processo de mudança paradigmática entre os dirigentes, quadros e membros mais activos do movimento ambientalista, suas representações e percepções do ambiente e de que forma e em que grau se distanciam da população em geral, pressupondo como já foi dito, que se trata de um grupo que se posiciona na

<sup>11</sup> Dominique Allan-Michaud citado em Pierre Alphanéry, Pierre Bitoun e Yves. Dupont, *L'équivoque écologique*, Paris, Éditions de la Découverte, 1993 (1991), pp. 79-80.

<sup>12</sup> João Carlos Caninas e Paulo Lemos, «O papel das organizações não-governamentais na defesa do ambiente», in Carlos Pimenta (coord.), *Ameaças à diversidade genética e conservação da natureza*, Lisboa, GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, 1990, p. 52.

<sup>13</sup> Mário Cartaxo, «Entrevista com Teresa Ambrósio», *Revista do Ambiente*, 5, 1997, p. 7.

vanguarda de novos comportamentos e atitudes ambientais, rumo a uma sociedade mais equilibrada e sustentável.



Após uma apresentação geral do objecto deste estudo, no capítulo anterior, colocam-se agora algumas questões suplementares. Não se tratando de um exercício de arranjo e esclarecimento conceptual, o presente capítulo pretende apresentar a temática ambiental constituída em problema de investigação empírica, por uma dada perspectiva, e dar conta da sua operacionalização. Antes de proceder a uma exposição mais detalhada do âmbito concreto deste trabalho, torna-se imperioso estabelecer os núcleos problemáticos a investigar e um modo pertinente dos equacionar, tanto mais que a sua consagração académica é relativamente recente e não isenta de ambivalências.

Progressivamente, o planeta emerge, aos olhos de todos nós, como a nossa casa comum, fonte de recursos que, cada vez mais, se mostram finitos e que, por isso, urge preservar. As transformações aceleradas das últimas décadas tornaram evidentes alguns problemas globais que, rapidamente, entraram no vocabulário dos *media* e, por via destes, no vocabulário da população em geral. Problemas ambientais globais — como a delapidação da camada do ozono, as chuvas ácidas, a desertificação, o efeito de estufa, o aquecimento global e muitos outros — concorrem, conjuntamente com problemas mais localizados, mas cujos efeitos a longo prazo não se mostram menos preocupantes — como o ruído, a qualidade da água, os lixos urbanos e industriais, o tratamento de esgotos, etc. — para uma tomada de consciência de uma situação preocupante que implica uma viragem na forma de encarar o mundo. É desta tomada de consciência que emerge uma perspectiva revolucionária que questiona o lugar da humanidade no mundo e o papel que desempenha na transformação do ambiente — o Novo Paradigma Ecológico ou *New Ecological Paradigm* (NEP) — que se opõe ao Paradigma Social Dominante ou *Dominant Social Paradigm* (DSP)<sup>14</sup>, implicando ainda alterações nas representações da natureza e do ambiente e, em particular, na construção do conceito de ambiente, profundamente marcado pelas ameaças que pairam sobre a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos actuais e futuros.

Sendo as representações sociais “saberes socialmente engendrados e partilhados com funcionalidades práticas diversas na interpretação e no controlo da realidade” e

---

<sup>14</sup> Cf. Riley Dunlap, «From environmental to ecological problems», in Craig Calhoun e George Ritzer (eds.), *Social problems*, Nova Iorque, MacGraw-Hill, 1993, pp. 707-738.



englobando-se nelas “preferências sistémicas a que se chamam valores, os quais fornecem, a quem os adopta, elementos orientadores do comportamento”<sup>15</sup>, parece incontornável que as representações sociais do ambiente e da natureza, marcadas pelas experiências passadas e pelas percepções dos problemas ambientais, interagem com o processo de mudança paradigmática em curso na sociedade moderna. Deste modo, as interacções entre I) percepções dos problemas ambientais e factores de degradação, II) representações do ambiente e da natureza e III) maior ou menor adesão à nova e revolucionária forma de encarar o mundo e o papel reservado à humanidade (NEP) constituem o núcleo central das questões que se pretende explorar, como se pode ver pela representação esquemática do modelo de análise (**Quadro 1**), na página seguinte.

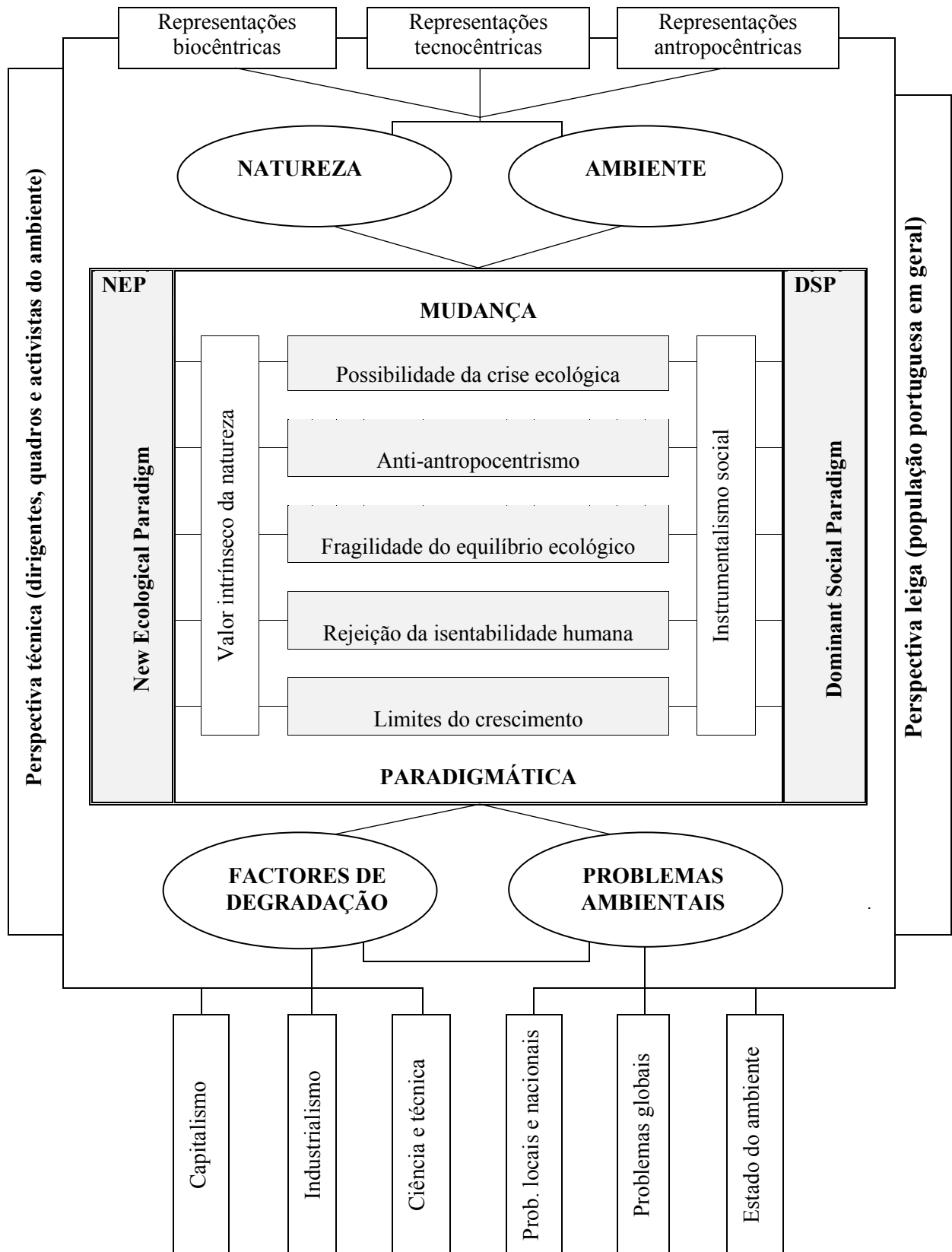
À medida que se iam aclarando os resultados do *Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente* realizado pela equipa do *Observa* e aplicado pelo *Departamento de Estatísticas da População do Instituto Nacional de Estatística*, em 1997, foi crescendo a curiosidade pelas associações ambientalistas portuguesas, universo praticamente inexplorado no âmbito das ciências sociais. Este trabalho não consistindo num estudo exclusivamente centrado no universo das organizações de defesa do ambiente, pretende contribuir, de forma modesta e preliminar, para uma aproximação ao terreno das ONGAs portuguesas.

Desde o início, este projecto definiu-se como um exercício comparativo entre a população portuguesa em geral e os dirigentes, quadros técnicos e activistas do movimento ambientalista português, pelo que as opções metodológicas foram condicionadas pela necessidade de produzir resultados equiparáveis. Uma condição essencial para a realização de um estudo comparativo é dispor de um instrumento de medida equivalente. Neste sentido, é compreensível não só a centralidade que a técnica do inquérito por questionário assume neste trabalho, como a reutilização de perguntas do *1º Inquérito Nacional*. No entanto, sempre que se sentiu necessidade de explorar ou aprofundar um determinado campo no universo do movimento ambientalista, optámos, como se verá mais adiante, pela construção de novas baterias de questões.

Esta operação — selecção de conceitos e respectiva tradução em indicadores (variáveis ou índices) — não se tratando de uma simples e neutra transposição lexical necessita de ser clarificada. Nas páginas seguintes, pretendemos dar conta da adequação dos indicadores aos conceitos em função dos objectivos da pesquisa.

---

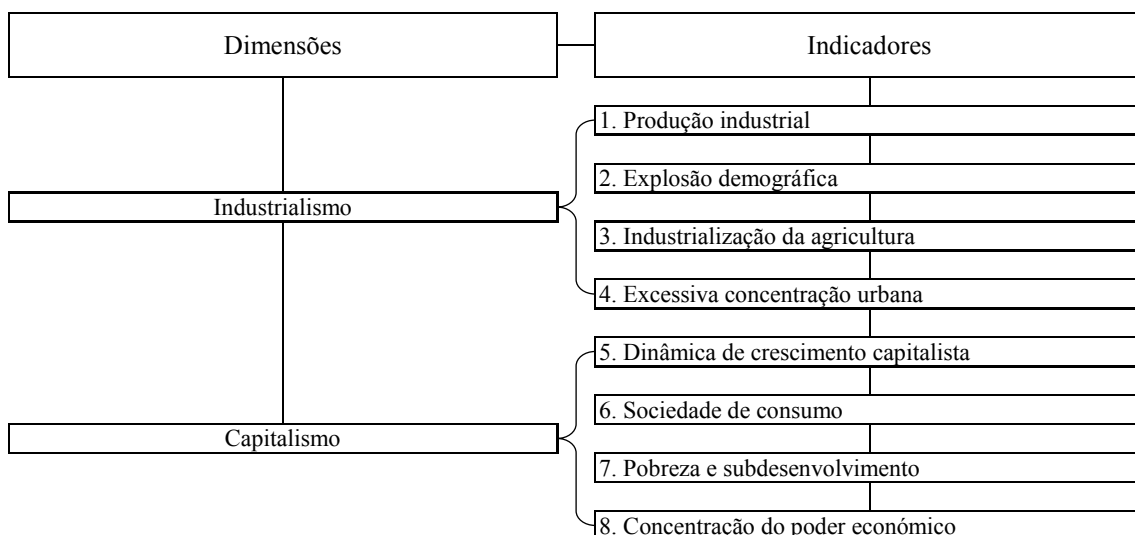
<sup>15</sup> João Ferreira de Almeida, *Portugal — os próximos vinte anos, VIII Vol.: Valores e representações sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 123-124.

**Quadro 1** — Representação esquemática do modelo de análise

I) No núcleo que diz respeito à percepção da situação ambiental pretendemos, com um variado elenco de perguntas, diagnosticar quais os problemas ambientais, os níveis de preocupação, as expectativas de evolução e os agentes responsáveis pela degradação do ambiente que são mais expressivos entre os membros mais activos e influentes do movimento ambientalista português e de que forma se distanciam, ou não, da população em geral.

Para além da utilização de réplicas das questões 3.1., 3.2., 3.4.1., 3.4.2., 5.1., 5.2. e 5.3. do questionário do *Observa* — o que salvaguarda a comparação de respostas — foi criada uma nova bateria de oito questões que pretende aferir a importância atribuída pelos inquiridos ao industrialismo e ao capitalismo, dimensões centrais da modernidade, como factores de degradação ambiental.

**Quadro 2** — Dimensões e indicadores referentes ao industrialismo e capitalismo como factores de degradação ambiental



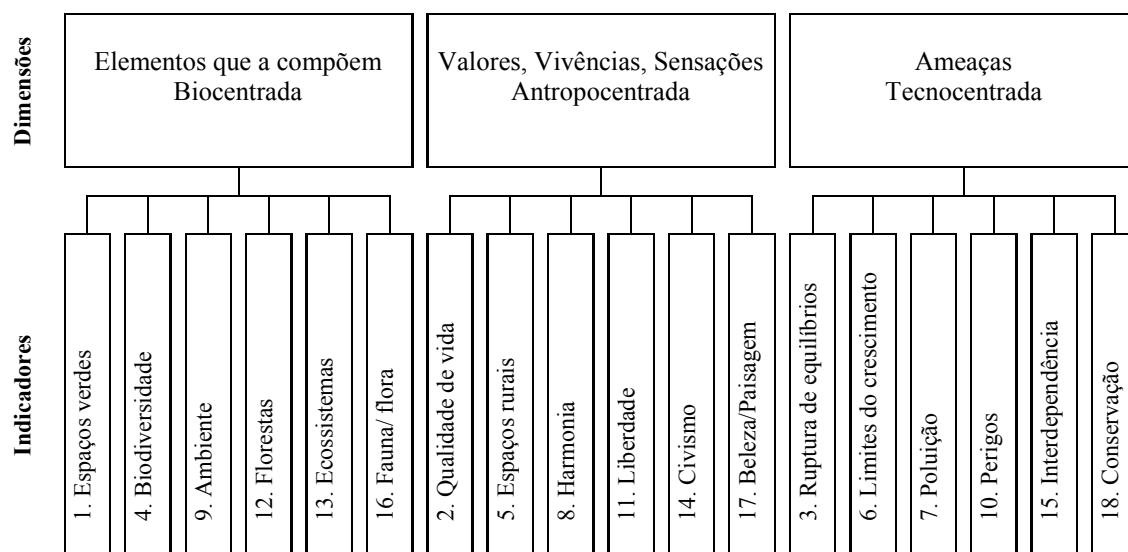
II) Correlacionando-se com a percepção da situação ambiental e factores que com ela se prendem, espera-se que variem as representações da natureza e do ambiente que, por sua vez, poderão ser condicionadas pela maior ou menor adesão ao NEP. O uso e abuso dos termos ‘natureza’ e ‘ambiente’ determinou não só uma pluralidade de julgamentos de valor que cada um de nós vai construindo — dependendo da capacidade cognitiva e da diversidade de informação disponível — como estrutura e define acções e opiniões cimentadas numa multiplicidade de sentidos. O inquérito lançado à população em geral, revelou uma tendência para a autonomização do conceito ‘ambiente’ em relação ao conceito ‘natureza’<sup>16</sup>. Importa agora perceber se a mesma tendência se pode encontrar entre os membros do movimento

<sup>16</sup> Cf. João Ferreira de Almeida (coord.), *Op. Cit.*, pp. 18 e seguintes.

ambientalista e que nuances se descortinam entre as várias associações. Assim, e tendo como pano de fundo os resultados do inquérito lançado à população em geral, propusemo-nos clarificar os termos ‘natureza’ e ‘ambiente’ construídos por vivências específicas e pelo acumular de conhecimentos cimentados individualmente, no seio de comunidades que comungam valores e representações, sistemas de disposições e orientações que sintetizam experiências passadas ao mesmo tempo que guiam e justificam comportamentos e atitudes presentes (pressupondo que os membros de determinada organização possuem repertórios semelhantes de significações que são reconhecidos como fazendo parte da existência colectiva). É, por isso, legítimo esperar diferentes aproximações aos conceitos, no seio do movimento ambientalista que prima, ele próprio, pela diversidade de ideias e acções.

Mantendo o objectivo de comparação de resultados entre os dois universos, propusemo-nos manter as duas perguntas do inquérito anterior, utilizando agora o sistema de escolha múltipla de uma lista construída a partir dos resultados do *1º Inquérito Nacional*, bem como de outras investigações mais direccionadas para um universo de especialistas<sup>17</sup>.

**Quadro 3** — Dimensões e indicadores das representações da natureza

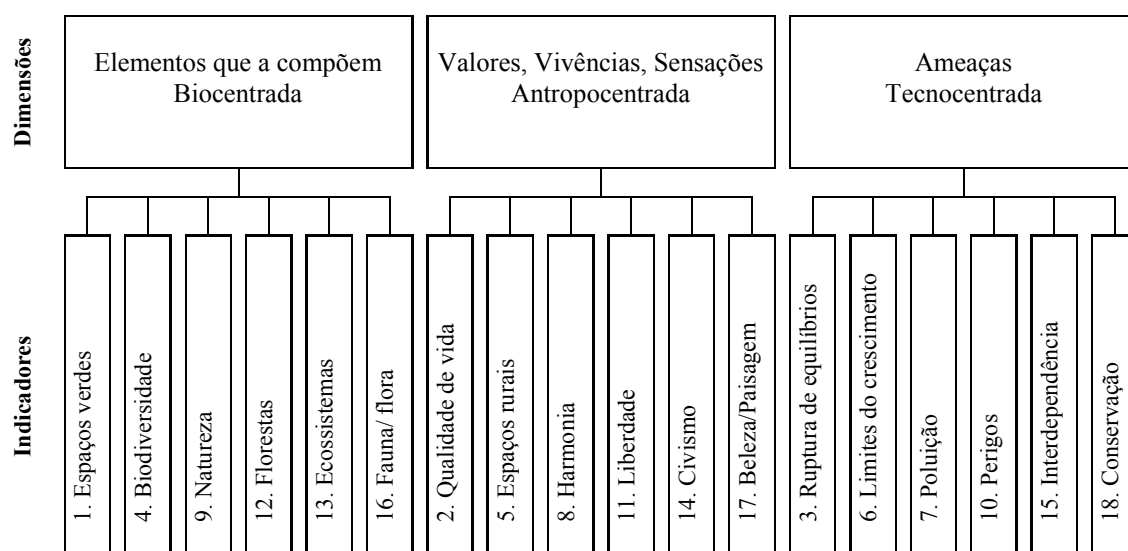


<sup>17</sup> Ver, em particular, as seguintes investigações: Jacques Theys, *L'environnement a la recherche d'une definition: derriere une definition introuvable, trois conceptions irreductibles de l'environnement*, Intitut Francais de L'Environnement, 1993; Nicole Eizner (coord.), *Les representations sociales de l'environnement: le cas de la France*, Groupe de Recherche sur les Mutations des Sociétés Européennes, 1994; Nicole Eizner (coord.), *Les representations de l'environnement: comparaison entre l'Allemagne, la France et l'Italie*, AGRAL — EUROS, 1995 e Ariane Dufour, *Les francais, la nature et l'environnement. Enquête 'Conditions de vie et aspirations des français'*, IFEN — Institut Français de l'Environnement e CRÉDOC — Centre de Recherche pour l'Étude et l'Observation des Conditions de Vie, 1994.

De forma semelhante se pretende tratar o ambiente, utilizando a mesma lista de palavras e expressões para possibilitar a comparação e perceber de que modo e a que ponto o conceito de ambiente se demarca do conceito de natureza.

Também aqui as possíveis escolhas do inquirido se agrupam em três dimensões que aglutinam diversas concepções/representações do ambiente: 1) uma dimensão objectiva composta por elementos naturais; 2) uma dimensão subjectiva que invoca valores, vivências e sensações; e 3) uma dimensão objectiva e subjectiva que diz respeito às consequências (sobretudo negativas) da intervenção humana sobre a natureza.

**Quadro 4** — Dimensões e indicadores das representações do ambiente



III) A mudança paradigmática surge assim como corolário de uma progressiva consciencialização ambiental, fruto da crescente degradação do ambiente e da rarefacção de recursos que ameaça o futuro do planeta. Entre os eco-militantes é legítimo esperar-se que o novo paradigma (NEP) assuma já a primazia, mas interessa perceber que contornos assume: 1) que grau atinge a mudança entre os inquiridos das três associações e o universo da população em geral, tendo em conta que os primeiros podem desempenhar um papel catalisador da mudança na sociedade em geral; 2) que tendências (instrumentalistas/não-instrumentalistas, mais ou menos próximas da ‘ecologia profunda’ ou *deep ecology*) assume o ecocentrismo, supostamente generalizado neste universo mais restrito; e, finalmente, 3) que vertentes (de acordo com o proposto por Dunlap) predominam na emergência desta nova visão do mundo.

Antes de introduzirmos a ‘escala NEP’, criámos uma bateria independente, constituída por quatro afirmações, cujo grau de concordância ou discordância pretende aferir o maior ou menor distanciamento dos inquiridos às teses da *deep ecology*, temática que nos

parece pertinente, sobretudo entre um universo que se espera, pela sua própria natureza, empenhado na defesa do meio-ambiente e, portanto, globalmente partidário e defensor dos valores do NEP. Trata-se de tentar perceber se os valores da ecologia profunda que advoga um corte radical com o modelo social dominante, como única forma de evitar a catástrofe ecológica, detêm ainda algum espaço entre o ambientalismo português, numa altura em que as ideias reformistas mais conciliadores parecem ganhar terreno na generalidade do movimento ambientalista mundial.

**Quadro 5** — Dimensões e indicadores relativos às posições da *Deep Ecology*

Dimensões	Indicadores
Valor intrínseco / Radicalismo	1. A natureza tem um valor intrínseco que, só por si, implica a preservação dos ecossistemas naturais, independentemente das necessidades ou ambições humanas.
	2. Defender o ambiente implica rejeitar o modelo social dominante e pugnar por uma sociedade alternativa mais justa, quer nas relações entre os homens, quer entre estes e a natureza.
Instrumentalismo / Reformismo	3. É necessário proteger a natureza e travar o processo de degradação ambiental, como forma de garantir o desenvolvimento sustentável e o futuro da humanidade.
	4. Os partidários da defesa do ambiente, devem equilibrar a sua acção face ao Estado e à sociedade, agindo como agentes reguladores do sistema sócio-natural.

A exemplo de numerosos trabalhos que questionam e teorizam sobre a emergência do novo paradigma social, Riley Dunlap e a sua equipa apresentaram há alguns anos uma nova versão da ‘escala NEP’, desenvolvida a partir de 1978 e que já então pretendia aferir e compreender como se desenvolve a emergência desta perspectiva revolucionária que questiona o papel e o lugar ocupado pela espécie humana no mundo natural e as consequências das suas actividades no meio ambiente.

As quinze afirmações constantes da escala pretendem apreender as várias vertentes da emergente visão ecológica do mundo, permitindo avaliar e comparar as orientações mais ou menos pró-ecológicas ou anti-anthropocêntricas, quer entre indivíduos, quer entre grupos. Cinco vertentes que, segundo os autores, interrelacionando-se entre si, possibilitam descortinar um maior ou menor avanço de uma nova forma de encarar o mundo e as relações entre a humanidade e a natureza. São elas: a) os limites do crescimento, b) o anti-anthropocentrismo, c) a

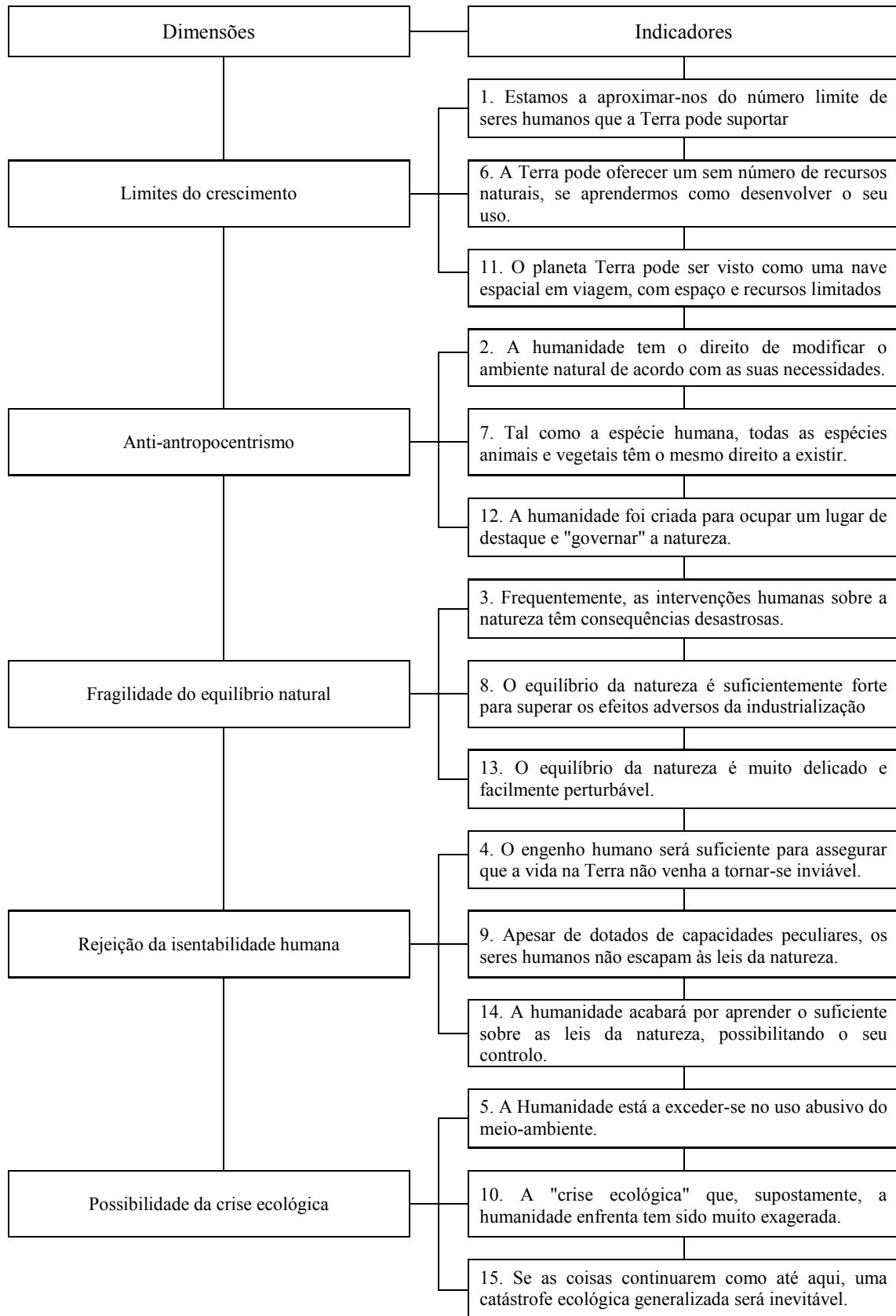
fragilidade do equilíbrio ecológico, d) a rejeição da isentabilidade humana e, finalmente, e) a iminência da catástrofe ecológica.

Assim, e estando estas mesmas vertentes de mudança presentes no inquérito lançado à população portuguesa, decidimo-nos pela utilização da ‘escala NEP’, sobejamente testada e aceite como válida nos meios científicos que têm vindo a debruçar-se sobre esta problemática, possibilitando (porque de uma bateria mais completa se trata) uma maior finura na análise do processo.

**Quadro 6** — Correspondências entre as dimensões da *escala NEP* e os indicadores do *1º Inquérito Nacional*

Dimensões da <i>escala NEP</i>	Indicadores do <i>1º Inquérito Nacional</i>
a) Os limites do crescimento	A preservação da natureza para as gerações futuras implica algumas restrições às gerações presentes.
b) Anti-anthropocentrismo	O Homem tem o direito de intervir livremente na natureza com vista à satisfação das suas necessidades.
c) A fragilidade do equilíbrio ecológico	A natureza estará sempre em equilíbrio independentemente da acção do Homem.
d) Rejeição da isentabilidade humana	A espécie humana é uma de entre muitas outras espécies do planeta, devendo viver com elas uma relação de interdependência.
e) Possibilidade da crise ecológica	A modificação do ambiente pelo Homem para seu exclusivo benefício, causa graves problemas.

As cinco frases que constituem a bateria utilizada no *1º Inquérito Nacional* foram substituídas no presente estudo pelas quinze afirmações da ‘escala NEP’ agrupadas nos cinco grupos correspondentes. Tendo em vista minimizar os efeitos da mudança de escala entre os dois inquéritos, viabilizando uma comparação de resultados mais fiável, foi suprimida a opção "não concordo nem discordo" presente na escala de Dunlap e colaboradores, surgindo a nova bateria com idênticas afirmações da ‘escala NEP’ original mas apenas com quatro opções de resposta — "concordo totalmente", "concordo em parte", "discordo em parte"; "discordo totalmente" — cujo resultado aferirá a maior ou menor adesão às duas dimensões antagónicas do processo de mudança paradigmática: DSP / NEP.

**Quadro 7** — Dimensões e indicadores da *escala NEP*



Tratando-se de uma população informada e com níveis de formação académica e técnica elevada (lembramos que a população alvo são os dirigentes, quadros e membros mais activos da LPN, QUERCUS e GEOTA) decidimo-nos pela auto-administração do inquérito, para o que contamos com a colaboração das estruturas das próprias organizações para a distribuição e recolha dos questionários.

A estratégia escolhida impôs um cuidado acrescido na escolha de um vocabulário claro nas perguntas e na selecção de um aspecto gráfico que minorasse dúvidas e mal-entendidos nas respostas, tendo presente que depois de distribuído não mais poderia ser alvo de alterações e que qualquer erro de forma ou conteúdo se repercutiria posteriormente nos resultados. A aplicação de um pré-teste permitiu minorar esse risco, possibilitando, por um lado, clarificar e afinar conteúdos de algumas questões cujas respostas surgiram dúvidas e, por outro lado, introduzir algumas outras que se mostraram pertinentes num primeiro ensaio de tratamento de dados. O pré-teste foi efectuado em condições similares (auto-administração), mas desta feita aplicados aos técnicos de ambiente da administração autárquica: Lisboa, Loures e Sintra.

Dada a própria natureza da técnica utilizada que supõe uma formulação e ordenação rígida das perguntas e a necessidade de manter pontos importantes de comparação com a população em geral, as baterias de questões presentes — escalas e respostas de escolha múltipla — impõem determinados limites nas respostas que podem causar enviesamentos de que é preciso estar consciente, pois a estandardização das questões implica que as variações das respostas dependam das opções disponíveis e não tanto da espontaneidade do inquirido. Na verdade, como nota Virgínia Ferreira, "sendo o questionário geralmente constituído quase só por perguntas fechadas, a esmagadora maioria das respostas vai cingir-se às hipóteses previstas e são raros os casos em que as pessoas indicarão 'outras' hipóteses, afinal residuais na opinião de quem elaborou o questionário"<sup>18</sup>. Apesar disso, as vantagens de assim conseguir uma maior abrangência, quer nas questões em análise, quer no número de inquiridos — dificilmente conseguiríamos um número tão satisfatório de inquiridos pelo método da entrevista — quer na criação de termos de comparação com a população em geral e entre os vários grupos, quer na capacidade de utilização de instrumentos como a escala NEP que possibilita uma análise das respostas para além do seu sentido mais imediato, quer ainda, na admissão de uma recolha de informação mais apurada, "de modo que a realidades idênticas correspondam resultados idênticos e a realidades diferentes resultados distintos"<sup>19</sup>, simultaneamente com a faculdade posterior de um tratamento de dados mais funcional, foram factores suficientes para eleger o inquérito por questionário como a técnica de recolha de dados central no projecto.

<sup>18</sup> Virgínia Ferreira, «O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos», in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986, p. 169.

<sup>19</sup> Marinús Pires de Lima, *O inquérito sociológico: problemas de metodologia*, Lisboa, Editorial Presença, 1987 (1980), p. 17.

De maneira a ultrapassar a estruturação rígida do inquérito, capaz de desvirtuar a riqueza e profundidade do conteúdo de informação recolhida, complementamos a recolha de dados com outros métodos de pesquisa mais adaptados a uma análise mais aprofundada e mais aberta a particularidades que o inquérito dificilmente abarcaria. Assim, procurando compreender de forma mais integrada a diversidade e a homogeneidade entre e intra ONGAs, lançamos mão da análise de conteúdo de informação e documentos produzidos pelas próprias organizações — estatutos, relatórios de actividades, material de divulgação etc. — e procedemos a três entrevistas semi-directivas — com o fim de garantir um controlo mínimo do processo de memorização por parte do entrevistador e uma liberdade de expressão, por parte do entrevistado — aos presidentes das três ONGAs que serviram, quer como entrevistas exploratórias, quer como técnica de recurso para esclarecimento de questões que se revelaram menos adaptadas ao inquérito por questionário (interpretações dos resultados do inquérito à população portuguesa, caracterização e percepção da evolução das atitudes e comportamentos em relação ao ambiente na sociedade portuguesa, caracterização, objectivos e actividades eleitas por cada uma das ONGAs, etc.).

Embora a análise de conteúdo não permita destacar "a totalidade de significações possíveis da mensagem"<sup>20</sup> (escrita ou falada), a construção de grelhas de análise permitiu realçar similaridades e diferenças nas várias abordagens da situação ambiental actual e das várias tendências assumidas, explícita ou implicitamente, no movimento ambientalista, protagonizadas pelas três ONGAs em presença.

A pesquisa bibliográfica, as entrevistas semi-directivas, a análise documental e a própria reflexão sobre o inquérito anterior lançado à população em geral, permitiram uma optimização de resultados, reduzindo os defeitos e pontos fracos do inquérito por questionário, salvaguardando as suas melhores potencialidades: a possibilidade de alcançar relações, sistematizar, estabelecer regularidades e tendências entre a população em análise.

Os limites orçamentais e humanos, que sempre se põem neste tipo de trabalhos académicos, impuseram no entanto, algumas restrições que interessa referir. Trata-se, antes de mais, de uma comparação com a população a nível nacional, pelo que importava conseguir alguma representatividade nacional para este universo mais restrito. Decidimo-nos assim, ainda que conscientes da importância do papel desempenhado por outras organizações de defesa do ambiente na consciencialização e preservação ambiental, a lançar o inquérito entre os membros das três Organizações Não Governamentais de Ambiente consideradas por lei (lei 10/87) de âmbito nacional: LPN, QUERCUS e GEOTA. Recursos mais alargados permitiriam, porventura, uma abrangência maior da amostra. De fora deixamos associações que, ainda que desenvolvendo actividades outras que não estritamente ambientalistas, nem por isso poderão ser

<sup>20</sup> Werner Ackermann e Radmila Zygouris citados em João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1976, p. 57.

ignoradas ou consideradas de menor valia no processo de consciencialização ambiental dos portugueses. Entre outras poderíamos referir a DECO, o Corpo Nacional de Escutas, a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal, etc. De fora ficaram ainda dezenas de outras organizações ambientalistas de nível local e regional que, certamente, poderiam contribuir para um melhor conhecimento e compreensão do movimento ambientalista português. Acreditamos, no entanto, que as três ONGAs seleccionadas detêm alguma representatividade no movimento ambientalista português e serão, em boa parte, pelo exemplo e visibilidade atingida, responsáveis pela manutenção e eclosão de outras organizações mais localizadas, incentivando mesmo, como é claro na estratégia seguida pelo GEOTA, a eclosão e manutenção de outras associações de nível local e regional.

O questionário foi assim lançado durante os meses de Julho, Agosto e Setembro entre dirigentes, quadros técnicos e os membros mais activos das três ONGAs, de forma aleatória, aproveitando as várias actividades e reuniões, que durante esse período se foram desenrolando. Os próprios serviços das organizações se encarregaram da distribuição e recolha que incluiu igualmente os vários núcleos regionais, para onde foram enviados os questionários julgados necessários. Porque nos interessava especificamente um determinado tipo de membros com actividade efectiva num determinado período, foram entregues quarenta questionários em cada uma das ONGAs, mas em muitos casos a utilização do fax como meio de distribuição ou ainda a reprodução de cópias do questionário em alguns dos núcleos, conjuntamente com o esperado reduzido número de inquiridos que o perfil desejado impunha — dirigentes, quadros e elementos com actividade efectiva neste período — implicou um número indeterminado de inquiridos a responder ao inquérito, pelo que não foi previamente definida a amostra.

Para facilitar a comparação e três meses após a distribuição nas ONGAs, foram recolhidos os primeiros vinte e sete inquéritos preenchidos pelos eco-militantes em cada uma das organizações.



### **3.1. ONGAs: semelhanças e especificidades**

Não nos propondo nós a uma análise do movimento ambientalista português nas suas múltiplas vertentes, a caracterização, ainda que sumária, das organizações onde os nossos inquiridos desenvolvem as suas actividades, justifica-se neste projecto, sobretudo, quando para tal recorremos ao material de informação e difusão que os mesmos ajudaram a elaborar. Estratégia que não tem outra ambição senão clarificar as representações e motivações dos próprios militantes ambientalistas, tanto mais, quanto a responsabilidade que estes últimos detêm nas actividades desenvolvidas nas ONGAs, será determinante para as características assumidas por cada uma delas. Por outro lado, o trabalho em equipa, a luta por uma causa comum e a inerente formação para a acção contribuem para que este tipo de organizações se constitua como espaços de formação de identidades eventualmente distintas e cimentadas numa 'escola' de pensamentos e de acção erigida sobre experiências acumuladas e partilhadas. Como refere Conceição Martins, "esse espaço de formação interna acaba por funcionar não só em termos técnicos mas também em termos de maneira de estar, de posicionamento perante os problemas, de definição de critérios de prioridades"<sup>21</sup>.

Lançámos, assim, mão às grelhas de análise produzidas a partir das entrevistas semi-directivas efectuadas aos presidentes das três ONGAs seleccionadas, bem como de estatutos, relatórios de actividades, declarações de princípios, curriculos-sumário, etc., tentando captar os primeiros traços de proximidade e distinção entre as três organizações, para atingir o pano de fundo que subjaz aos inquiridos, simultaneamente produto e produtor de identidades e de representações do ambiente e do mundo que uma análise sociográfica complementar.

#### **3.1.1. LPN — Liga para a Protecção da Natureza**

A mais antiga associação ambientalista, a "mãe de todas elas"<sup>22</sup>, fundada em 1948, foi durante largo tempo uma instituição basicamente cultural e científica, característica que ainda hoje é marcante. A LPN, segundo as palavras do seu presidente, "tem um cariz de reserva

---

<sup>21</sup> Conceição Martins *in* entrevista, 6 de Agosto de 1998.

<sup>22</sup> Eugénio Sequeira *in* entrevista, 26 de Junho de 1998.

da república, (...) reserva científica e cultural"<sup>23</sup> que complementa a actividade das outras organizações no terreno, emprestando uma credibilidade acrescida ao movimento ambientalista. A tradição científica e, porventura, excessivamente académica da LPN, enquadrá-la-ia (pelo menos em parte) numa *ecologia naturalista*, cujos objectivos primeiros são, segundo a tipologia avançada por T. Barthélémy e F. Weber<sup>24</sup>, o conhecimento e a protecção dos ecossistemas, pelo que tende a surgir com ligações privilegiadas aos meios universitários e científicos e com reduzida capacidade de intervenção social. Cunho que parece ter vindo a dificultar a difusão da mensagem e o próprio relacionamento com os *media* e a população, com quem parece manter uma relação distante se não mesmo difícil<sup>25</sup>.

Para o presidente da Liga, a credibilidade científica e respeitabilidade adquirida ao longo destes cinquenta anos de existência, garante do papel específico da LPN, proporciona a complementaridade necessária ao movimento ambientalista, mas implica um esforço acrescido e dificuldades redobradas à organização: "uma falta de eficácia muito grande em termos de opinião pública"<sup>26</sup> que se reflecte na angariação de novos aderentes e colaboradores, na capacidade de levar a cabo tantos projectos quantos os que se desejariam e, finalmente, como corolário deste estado de coisas, numa dificuldade, também acrescida, de conseguir financiamentos.

No entanto, a LPN que conta com cerca de 7.500 sócios (apenas cerca de 3.000 pagam regularmente as cotas, segundo o seu presidente) recusa hoje o rótulo de um conservacionismo que lhe restringiria o campo de actuação à protecção da natureza e das espécies face às actividades predatórias da humanidade. Sem renegar a herança cultural e científica da mais antiga associação ambientalista da Península Ibérica, reclama um papel social mais interventivo e abrangente partilhado com as restantes ONGAs. Nas palavras do presidente da Liga, "a partir dos anos sessenta os problemas graves mundiais começaram a ser quase insolúveis e isso fez com que este tipo de associação (...) passasse a ser uma instituição interveniente"<sup>27</sup>. O grande projecto actual da LPN, ainda segundo Eugénio Sequeira, "o projecto de Castro Verde, é um projecto de agricultura, [ou seja de] intervenção humana, porque o biótopo que nós estamos a defender depende da intervenção humana!"<sup>28</sup>.

---

<sup>23</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>24</sup> Cf., T. Barthélémy e F. Weber, (1989), «Les militants de la nature en Bretagne: quels parcours? quels projects?» in Nicole Mathieu e Marcel Jollivet, *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*, Paris, A.R.F. Éditions e Éditions L'Harmattan, pp. 146-155.

<sup>25</sup> As grelhas de análise 'País/Mundo' e 'Preocupação/Correspondência prática' são elucidativas das diferenças de posicionamentos perante a população.

<sup>26</sup> Eugénio Sequeira in entrevista, 26 de Junho de 1998.

<sup>27</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>28</sup> Id., *Ibidem*.

As marcas da história e da tradição, da 'escola' de que nos falava Conceição Martins, persistem, no entanto, e continuam patentes quer numa ligação à Faculdade de Ciências que, como veremos na caracterização sociográfica dos inquiridos, parece continuar expressiva entre os dirigentes, quer nos objectivos — a conservação do património natural, da diversidade das espécies e dos ecossistemas são o objectivo principal da Liga —, quer nas actividades desenvolvidas, quer no próprio nome da organização (Liga para a Protecção da Natureza), apesar do lugar já conquistado pelo património cultural como valor ambiental a defender, tal como os meios naturais e seus elementos<sup>29</sup>.

### 3.1.2. QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza

Fundada em 1985, a QUERCUS é a mais mediática das organizações ambientalistas portuguesas e a que conseguiu um maior número de aderentes (11.000 sócios, apesar de apenas cerca de 3.500 pagarem regularmente as cotas<sup>30</sup>). Surge também como a 'mais nacional' das ONGAs, com actividade disseminada por dezoito núcleos regionais de norte a sul do país, passando pelas regiões autónomas, o que acarreta "custos óbvios de eficácia e funcionamento"<sup>31</sup>, já que implica uma estrutura organizativa mais complexa: "uma direcção de vinte e três pessoas em que cinco são eleitas e dezoito são representantes dos núcleos regionais"<sup>32</sup>.

A marca distintiva da QUERCUS, no entanto, é sem dúvida a sua vocação mediática e o empenho enquanto grupo de pressão interveniente. Se os objectivos gerais são partilhados pelas várias organizações ambientalistas, a forma de intervenção, de acordo com Francisco Ferreira "é diferente. As intervenções mediáticas (...) são, predominantemente, feitas pela QUERCUS, o que não significa que nós [na QUERCUS] não tenhamos as componentes de educação, de investigação e de estudo"<sup>33</sup>. Reconhece-se, apesar disso, que devido a uma multiplicidade de actuações desenvolvidas e à relativa especialização da LPN e do GEOTA, o aprofundamento de determinadas questões mais específicas pode ser desempenhado por estas últimas. Parafraseando o presidente da QUERCUS, "as outras associações, obviamente porque estão mais dedicadas a essas áreas, têm capacidade para fazer trabalhos mais de fundo que a

<sup>29</sup> Ver grelhas de análise 'Caracterização/Vertentes de actuação' e 'Objectivos'.

<sup>30</sup> Francisco Ferreira *in* entrevista, 13 de Julho de 1998.

<sup>31</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>32</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>33</sup> Id., *Ibidem*.

QUERCUS (...) que é aquela que tem uma área de intervenção mais lata"<sup>34</sup>. Não quer isto dizer menor capacidade técnica ou científica para a abordagem dos problemas ambientais. Se é frequente o argumento de que a LPN, devido às ligações históricas com os meios académicos e científicos, detém um *back ground* superior em determinadas áreas, tal não é aceite pelo presidente da QUERCUS para quem "a QUERCUS ou o GEOTA, do ponto de vista do conhecimento científico e envolvimento técnico, estão pelo menos ao mesmo nível da LPN"<sup>35</sup>.

Tal preocupação com o conhecimento científico pode-se descortinar nos objectivos propostos pela QUERCUS que sublinham o conhecimento, salvaguarda e promoção do património biofísico, ou ainda a elaboração de estudos de carácter científico e técnico, pedagógico e didáctico que contribuam para o conhecimento e defesa dos valores do património natural e cultural<sup>36</sup>. Os valores do conservacionismo continuam presentes nos estatutos e na declaração de princípios da QUERCUS, tão mais necessários quanto mais visível se torna a delapidação dos recursos e as consequências nos habitats naturais, nos eco-sistemas e na sobrevivência das espécies. No entanto, os outros vectores do ambiente — o alerta para as consequências ameaçadoras da degradação e a conquista da sustentabilidade ecológica, económica e social — estão igualmente presentes e, embora a denominação completa da organização seja QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza, é o próprio presidente que defende que "tem sentido falar desta interligação e das relações entre o Homem e o espaço que, praticamente, acaba por ser sempre um espaço humanizado (...) em que a natureza é uma componente extremamente importante, mas directamente influenciada e ela própria influenciadora da actividade humana"<sup>37</sup>.

Seguindo a tipologia de Barthéléry e Weber, a QUERCUS tenderia a aproximar-se de uma *ecologia do quadro de vida* que concebe a defesa do ambiente, antes de mais, como uma luta por formas mais equilibradas nas relações entre a sociedade e o ambiente, resultando de uma reflexão moral que questiona a sociedade actual e os efeitos perversos que a acção humana determina na natureza e na qualidade de vida dos cidadãos (gerações presentes e futuras)<sup>38</sup>. Nota-se, de facto, na QUERCUS como no GEOTA, uma maior abertura a áreas mais diversificadas do conhecimento que, como veremos, parece apontar para abordagens e leituras mais globalizantes e integradoras dos problemas sócio-naturais.

---

<sup>34</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>35</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>36</sup> Ver grelha de análise 'Objectivos'.

<sup>37</sup> Francisco Ferreira *in* entrevista, 13 de Julho de 98.

<sup>38</sup> Cf. T. Barthéléry e F. Weber, *Op. Cit.*



### 3.1.3. GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Fundado em 1986, o GEOTA que conta actualmente com cerca de 2.000 sócios, tem como objectivo fundamental a defesa do ambiente, numa concepção aglutinadora de preservação, defesa da qualidade de vida e viabilização do futuro, "englobando [numa óptica do desenvolvimento sustentável] não só a natureza mas também a paisagem humanizada, os valores culturais, a qualidade de vida e a gestão de recursos"<sup>39</sup>.

Se no objectivo fundamental do GEOTA a inexistência de um pendor conservacionista parece marcar a diferença em relação à LPN e à QUERCUS, acentuando a tendência para uma *ecologia do quadro de vida*, a marca distintiva do GEOTA advém-lhe, sobretudo, da aposta no desenvolvimento do movimento ambientalista, "porque a fragilidade do movimento associativo (...) é um dos problemas maiores"<sup>40</sup> e mais relevantes a nível nacional. A sua consolidação e defesa é tarefa que leva a cabo pela implementação de inúmeros protocolos de cooperação com diversas associações regionais e locais, pelo apoio prestado na criação e desenvolvimento destas associações e, ainda, por um empenhamento forte na organização do movimento, nomeadamente na Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente de que é membro fundador, fazendo parte dos seus órgãos dirigentes desde o início. O núcleo principal do GEOTA localiza-se em Lisboa, sendo representado no país, através de protocolos de cooperação e/ou representação com outras associações de âmbito regional ou local<sup>41</sup>, "valorizando, tanto quanto possível (...) a actividade das associações locais e regionais porque (...) melhor que ninguém, são elas que sabem o que é que podem e o que é que devem fazer"<sup>42</sup>.

Para a Presidente do GEOTA, a complementaridade das diversas organizações ambientalistas (sejam elas de âmbito nacional, regional ou local) é algo de que se deve tomar partido e é aí que reside a verdadeira força do movimento ambientalista português que prima pela diversidade nas acções desenvolvidas e nas prioridades seleccionadas. "Aquilo que nós, GEOTA, vamos ponderando", diz Conceição Martins, "é tentar ver entre as várias associações se os *dossiers* estão todos cobertos. Se há alguma associação que está a trabalhar bem, ou tão bem quanto possível, num determinado domínio, (...) nós tentamos canalizar as nossas energias para outros domínios"<sup>43</sup>.

<sup>39</sup> Ver grelha de análise 'Objectivos'.

<sup>40</sup> Conceição Martins *in* entrevista, 6 de Agosto de 1998.

<sup>41</sup> Ver grelhas de análise 'Caracterização/Vertentes de actuação' e 'Objectivos'.

<sup>42</sup> Conceição Martins *in* entrevista, 6 de Agosto de 1998.

<sup>43</sup> Id., *Ibidem*.

Conciliar os meios humanos e as disponibilidades do momento com as necessidades mais prementes, num país onde a taxa de activismo ambiental é baixa, é tarefa difícil que exige uma racionalização de meios nas acções desenvolvidas, pelo que a cooperação entre organizações que têm como objectivo comum a defesa do ambiente, surge como a melhor forma de optimização de recursos. Retomando as palavras da Presidente do GEOTA, "a questão não é fazer a guerra e se não é fazer a guerra, então, o melhor é tentarmos distribuir"<sup>44</sup>.

O GEOTA partilha com a QUERCUS e a LPN, para além da defesa do ambiente em geral — razão de existir de todas elas — as inúmeras actividades de educação Ambiental. A aposta na mudança de atitudes e comportamentos, na formação de uma nova postura perante o ambiente na sociedade portuguesa, parece ser uma preocupação transversal a todas as associações que, talvez por isso, optam, sem excepção, pela via apartidária que lhes permite, para além de uma coexistência de várias sensibilidades políticas no seu interior, uma maior independência nas estratégias escolhidas para intervir socialmente.

Comum é também o ênfase dado à complementaridade na acção que a existência de várias organizações com objectivos gerais semelhantes permite, possibilitando ainda uma maior discussão pública dos problemas mais relevantes, para os quais, e sempre que tal se justifique, o movimento ambientalista surge em bloco e, alegadamente, a uma só voz<sup>45</sup>, como será elucidativa a recente campanha para a alteração do polémico traçado da auto-estrada do sul.

---

<sup>44</sup> Id., *Ibidem*.

<sup>45</sup> Eugénio Sequeira, Francisco Ferreira e Conceição Martins *in* entrevistas, 26 de Junho, 13 de Julho e 6 de Agosto.

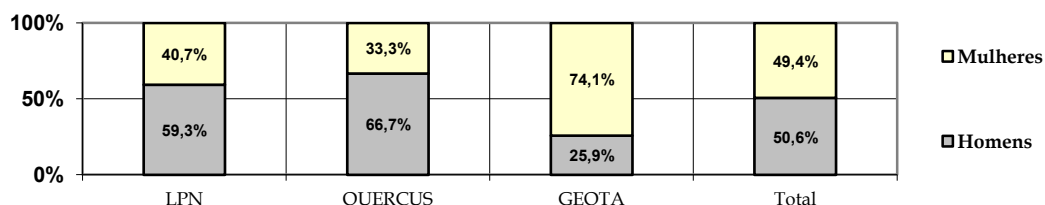
### 3.2. Eco-militantes: elementos sociográficos

Se as auto-representações nos permitiram discernir características próprias que, porventura, se prenderão com diversas abordagens da problemática ambiental, importa agora caracterizar a amostra, realçando diferenças e semelhanças entre e intra grupos que embora partilhando anseios e expectativas sobre o ambiente de uma forma geral, não deixam por isso de ser constituídos por elementos inseridos em quadros sociais distintos, gérmen de uma diversidade que marca a sua existência social e, consequentemente, diversas formas de sentir e perceber o mundo e os problemas ambientais.

Saliente-se, no entanto, que a amostra resultou de uma aplicação aleatória dos questionários que privilegiou o activismo e o desempenho de funções dirigentes, pelo que a estrutura sociográfica presente não é representativa do universo real. Ainda que se espere ter abrangido uma boa parte dos membros mais activos destas organizações, o nosso objectivo é, sobretudo, apontar diferenças na percepção e nas representações do ambiente em grupos vinculada e assumidamente defensores do ambiente, contrapondo-as com as da população em geral.

No que diz respeito à composição sexual, no seu conjunto, a amostra apresenta um equilíbrio pouco habitual na sociedade portuguesa. No entanto, olhando para os vários grupos em presença podemos verificar que há uma sobre-representação do sexo feminino nos inquiridos do GEOTA, verificando-se a tendência inversa nos outros dois grupos (acentuando-se sobretudo entre os respondentes da QUERCUS).

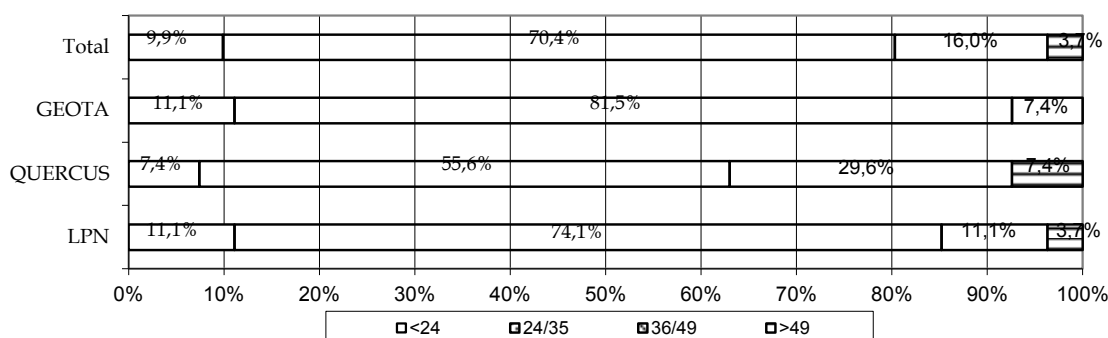
**Gráfico 1** — Estrutura sexual segundo a ONGA



Quando à idade, estamos perante uma amostra largamente representada pelos grupos mais jovens. Não surpreende tal facto, já que eram justamente os jovens, os que mais se identificavam com os valores ambientalistas no inquérito lançado aos portugueses em geral.

Surgem, ainda assim, diferenças entre os três grupos que interessa destacar. Os inquiridos do GEOTA formam o grupo mais homogêneo e simultaneamente mais jovem — 92,6% têm menos de 36 anos e, de entre estes, apenas 11,1% têm menos de 24 anos. Ainda nos dois grupos etários mais jovens situam-se 85,2% dos inquiridos da LPN e apenas 63% da QUERCUS que conta com a maior representação nos grupos com idade superior a 35 anos.

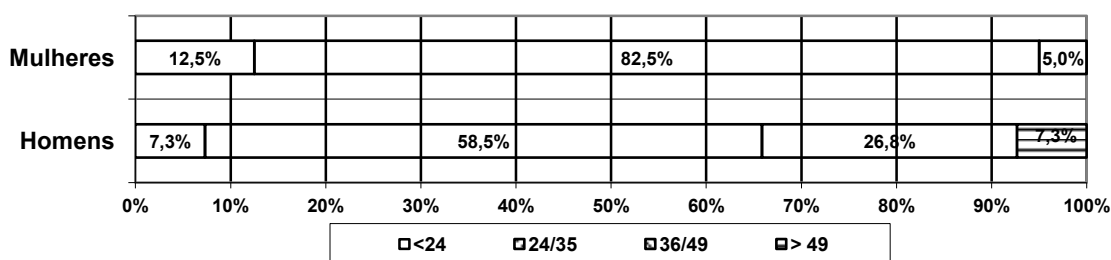
**Gráfico 2 — Estrutura etária segundo a ONGA**



Combinando a estrutura etária com a composição sexual, clarifica-se o que já se vinha delineando nos gráficos anteriores. 95% das mulheres inquiridas situam-se nos escalões etários mais jovens (até aos 35 anos), enquanto que nos mesmos escalões etários apenas respondem 65,8% dos homens. Por outro lado, nas faixas etárias superiores encontram-se 34,1% dos homens e apenas 5% das mulheres que não estão representadas no último escalão etário (mais de 49 anos).

Ainda que o peso dos grupos etários mais jovens seja importante nos homens, as mulheres parecem ser as grandes responsáveis pela juventude evidenciada entre os inquiridos da amostra e é a idade que mais se parece relacionar com as diferenças na estrutura sexual entre os três grupos de inquiridos, já que é o grupo que se revelou predominantemente feminino (o do GEOTA) que simultaneamente apresenta a estrutura etária mais jovem.

**Gráfico 3 — Sexo segundo grupo etário**

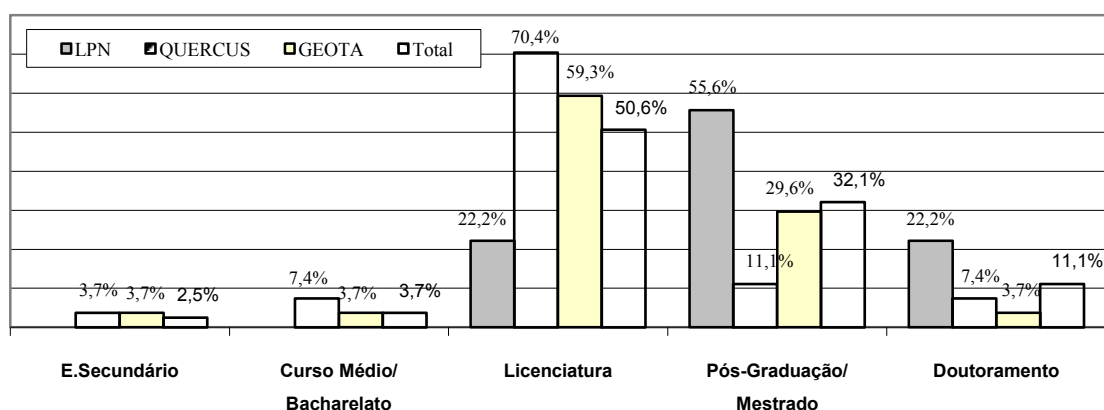


Quanto ao nível de instrução, as opções que subjazem à selecção da amostra, parecem ter sido decisivas nos resultados obtidos. De facto estamos perante uma população com um alto nível de escolarização, sem par na sociedade portuguesa.

A grande distância, destaca-se o grupo dos inquiridos que frequentam ou detêm o grau de licenciatura, com 50,6% do total da amostra, atingindo-se valores ainda mais expressivos no caso da QUERCUS (70,4%) e do GEOTA (59,3%). O grupo representante da LPN, por seu lado, sobressai pela percentagem de inquiridos que frequentam ou detêm os graus de pós-graduação/mestrado (55,6%) e doutoramento (22,2%).

Finalmente é de realçar que o nível mais baixo (ensino secundário) é residual em qualquer dos grupos, não se tendo obtido frequência para níveis de instrução inferiores.

**Gráfico 4** — Níveis de formação segundo a ONGA

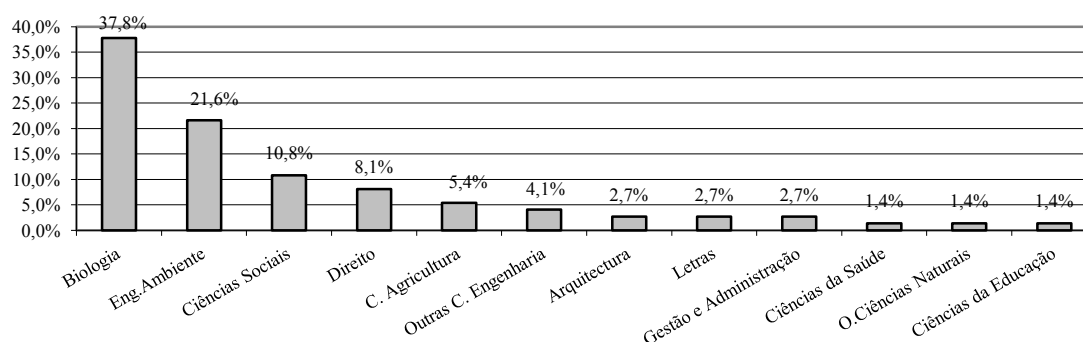


Para o presente projecto e dado os patentes níveis de instrução, parece-nos pertinente a caracterização dos inquiridos segundo a sua área de formação. Como seria de esperar as áreas tradicionalmente ligadas ao ambiente — Biologia, Engenharia do Ambiente — são as mais representadas, pelo que se decidiu, num primeiro tempo, pela manutenção de categorias próprias que permitissem destacar o seu peso relativo das restantes disciplinas presentes na amostra (37,8% e 21,6% do total das frequências, respectivamente).

Outras áreas, no entanto, denotam alguma relevância neste universo: as Ciências Sociais com 10,8% e o Direito com 8,1%. Sendo os problemas ambientais actuais cada vez mais transversais à vida social em geral e às diversas interacções que se geram entre sociedade e meio-ambiente, o activismo ambiental espelha este movimento, recrutando elementos dos mais diversos campos que, de alguma forma, se podem relacionar com a qualidade de vida, a preservação de recursos ou a defesa da sustentabilidade ecológica, ultrapassando progressivamente as fronteiras de especialistas tradicionalmente afectos ao movimento ambientalista.

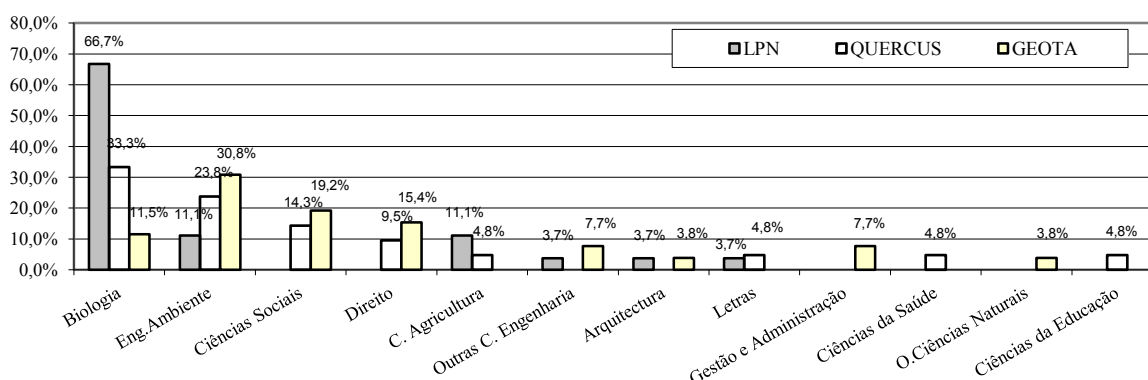
Diferentes áreas de formação, no entanto, poderão reflectir diversas formas de abordagem do mundo, do ambiente e da sociedade em geral, já que corresponderão a distintas interpretações da realidade apoiadas em áreas específicas do conhecimento. Espera-se assim, que a 'escola' de pensamento e de acção proporcionadas por uma convivência no dia-a-dia das organizações corresponda, também ela, a laços de proximidade que uma formação académica poderá condicionar. Interessa por isso perceber como estão representadas na amostra as diversas áreas em presença, tendo em conta a ONGA de filiação do inquirido.

**Gráfico 5 — Áreas de formação no total da amostra**



No gráfico 6, desde logo se destaca o peso da Biologia no grupo da LPN (66,7%) e a grande distância que separa esta categoria das outras duas mais frequentadas — Engenharia do Ambiente e Ciências da Agricultura, ambas com 11,1% — facto a que, provavelmente, não será estranha a estreita e tradicional ligação da Liga à Faculdade de Ciências. Já o grupo dos inquiridos da QUERCUS surge mais heterogéneo. A Biologia aproxima-se da Engenharia do Ambiente (33,3% para a primeira e 23,8% para a segunda), seguidas, no entanto, pelas Ciências Sociais que atingem neste grupo 14,3% das frequências. Quanto ao GEOTA, a diversidade também marca a distribuição dos seus inquiridos pelas diversas áreas. Nota-se, apesar disso, algum peso relativo da Engenharia do Ambiente (30,8%), categoria seguida a alguma distância pelas Ciências Sociais, Direito e Biologia, respectivamente com 19,2%, 15,4% e 11,5%.

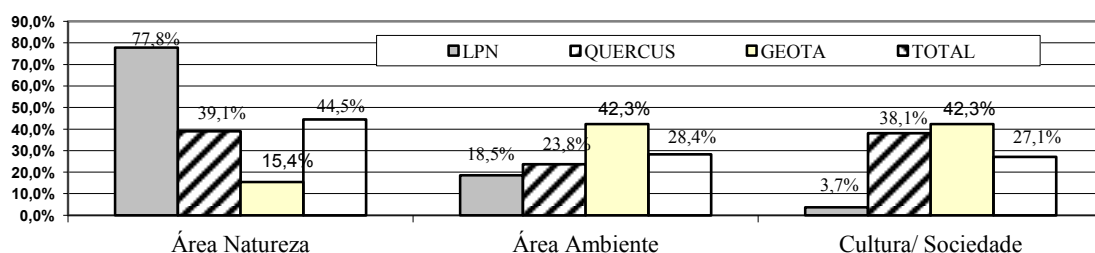
**Gráfico 6 — Área de formação segundo a ONGA**



Procedendo a um exercício de agregação das categorias em três grandes áreas: “Área Natureza”(‘Biologia’, ‘Ciências da Agricultura’ e ‘outras Ciências Naturais’), “Área Ambiente”(‘Engenharia do Ambiente’, ‘Ciências da Engenharia’, ‘Arquitetura/Urbanismo’) e, finalmente, “Área Cultura e Sociedade”(‘Ciências Sociais’, ‘Letras’, ‘Ciências da Educação’, ‘Ciências da Saúde’, ‘Gestão/Administração’ e ‘Direito’), o peso da área mais ligada à natureza, continua a ser evidente entre os inquiridos da LPN, como evidente continua a maior heterogeneidade entre as várias áreas dos inquiridos da QUERCUS e do GEOTA.

Interessa salientar ainda o peso residual da categoria “Cultura e Sociedade” entre os inquiridos da LPN, sendo esta, simultaneamente com a “Área Ambiente”, onde os inquiridos do GEOTA atingem a maior percentagem de frequências. O grupo da QUERCUS distingue-se pela mais equilibrada distribuição, sendo de notar o menor peso relativo da “Área Ambiente” em relação às outras duas.

**Gráfico 7 — Grandes áreas de formação segundo a ONGA**

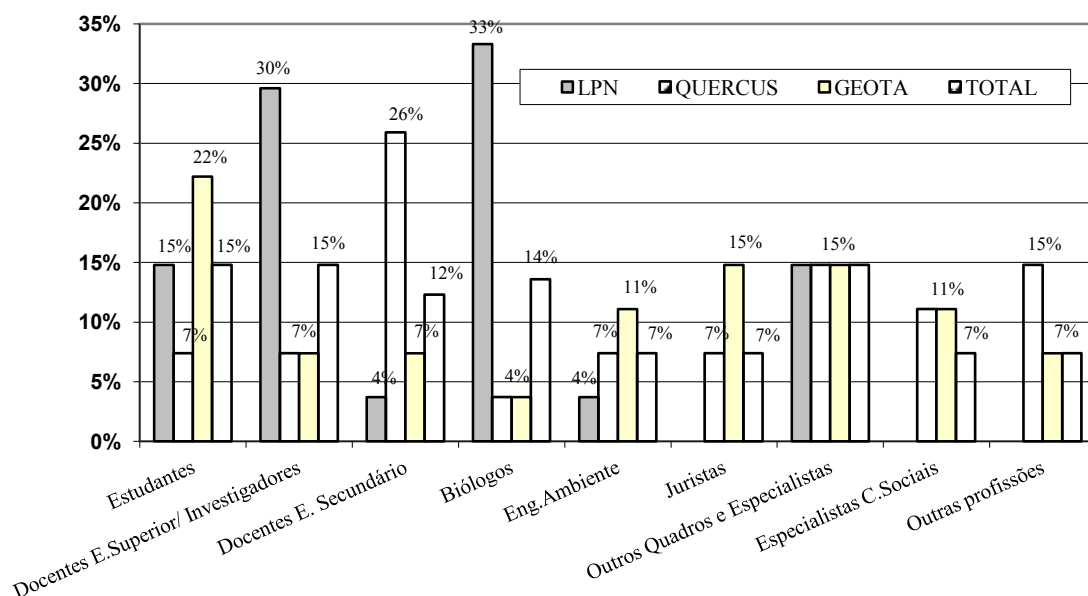


A tendência mais acentuada no grupo de inquiridos da LPN para uma concentração de frequências em áreas específicas, por comparação com os inquiridos da QUERCUS e do GEOTA, continua a verificar-se no gráfico 8. De facto, 33,3% dos inquiridos da LPN declararam ter como profissão a Biologia. Se juntarmos a este número as outras duas categorias mais frequentadas (‘Professores Universitários’, 29,6% e ‘Estudantes’, 14,8%) e sendo que, esmagadoramente, se trata professores da Faculdade de Ciências e de estudantes de Biologia, reforça-se a ideia de uma ligação privilegiada entre a LPN e esta instituição universitária, ligação que engloba mais de três quartos dos inquiridos da Liga.

Quanto aos inquiridos do GEOTA e da QUERCUS, a tendência para uma maior dispersão por várias áreas profissionais mantém-se. Longe do predomínio da Biologia na LPN, notam-se, no entanto, maiores frequências na categoria ‘Docentes do Ensino Secundário’ com 25,9%, seguida de ‘Outros quadros e especialistas’ e ‘Outras profissões’, ambas com 14,8% e ‘Especialistas das Ciências Sociais’ com 11,1% na QUERCUS e ‘Estudantes’ com 22,2%, ‘Juristas’ e ‘Outros quadros e especialistas’ com 14,8% e ‘Engenheiros do Ambiente’ e ‘Especialistas de Ciências Sociais’ com 11,1% no GEOTA.

O que parece ser marcante na distribuição de frequências dos inquiridos das duas organizações, no entanto, é a sua tendência para a diversidade, abarcando um leque variado de áreas profissionais.

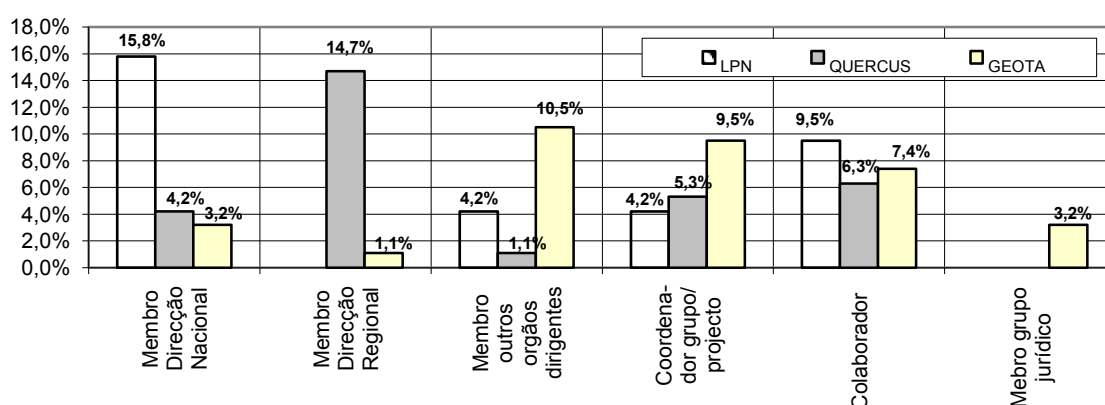
**Gráfico 8 — Profissão segundo a ONGA**



O projecto que pretendemos levar por diante nestas páginas tem como um dos objectivos primeiros a caracterização dos quadros, dirigentes e elementos mais activos das três ONGAs de âmbito nacional, pelo que nos interessa perceber que funções e responsabilidades detêm os nossos inquiridos nas organizações onde militam. Tratando-se de três instituições distintas, com diversas e diferentes estruturas organizativas, as categorias encontradas para classificar as respostas resultam de um compromisso entre as várias terminologias utilizadas no terreno, podendo por isso não ter correspondência exacta com a realidade de cada uma das ONGAs. Diferentes soluções organizativas, implicarão diferentes tarefas e funções a desempenhar, pelo que os resultados expostos no gráfico 9 servem, sobretudo, para uma caracterização da amostra, tendo em conta que o menor peso de "membros da Direcção Nacional" do GEOTA, comparativamente com a LPN, se possa dever mais a estas diferenças do que a uma efectiva maior representação de altos dirigentes desta última.

De destacar, no entanto, será o facto de os inquiridos que não declararam nenhuma responsabilidade dirigente ou técnica específica ("Colaboradores") não ultrapassam os 9,5% no caso da LPN, os 6,3% no caso da QUERCUS e, finalmente, os 7,4% no caso do GEOTA.



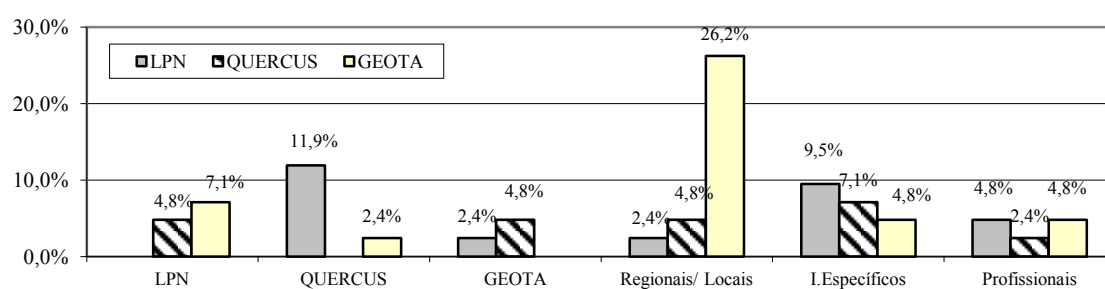
**Gráfico 9 — Função segundo a ONGA**

Finalmente, sendo o movimento ambientalista português um movimento plural e diversificado, com organizações com âmbitos e interesses diversos, distribuindo-se um pouco por todo o país, interessava saber como se comporta a nossa amostra relativamente à possibilidade de militar noutra organização que não aquela de que é representante na amostra. O objectivo era não só aferir a existência de militantes simultâneos entre as três ONGAs em análise, como de outras de âmbito regional ou local, de âmbito profissional, ou de âmbito mais específico, cujo interesse é delimitado por um problema ou actividade particular.

De acordo com o seu objectivo de cooperação e desenvolvimento do movimento ambientalista, o grupo de inquiridos do GEOTA surge como o mais “pluriactivo”: 45,3% das respostas referem a militância em mais do que uma associação. De destacar será ainda o facto de entre estas, 26,2% dizerem respeito a associações locais/regionais de que, em alguns casos, são simultaneamente dirigentes.

A QUERCUS, talvez pela sua forte representação através de núcleos regionais ao longo de todo o país, limita a sua adesão a outras associações regionais e locais a 4,8%, sendo os valores atingidos pelas outras categorias igualmente baixos.

No caso dos inquiridos da LPN, o facto surpreendente será o de surgir a QUERCUS como a organização mais frequentemente indicada com 11,9%, seguindo-se "organizações de interesses específicos" com 9,5% do total das respostas.

**Gráfico 10 — Pluriactivismo ambiental segundo a ONGA**

Sistematizando, os três grupos em presença distinguem-se de várias e diferentes formas, sendo as seguintes características, as que nos parecem mais significativas:

**Quadro 8** — Resumo de caracterização dos inquiridos da LPN

Sexo:	Homens	59,3%
Grupo maioritariamente masculino	Mulheres	40,7%
Idade:	Média	30,93
	Desvio padrão	8,67
Média (31 anos)	Variância	75,23
Escolaridade:	Pós-graduação/Mestrado	55,6%
	Doutoramento	22,2%
Predomínio 'Pós-graduação/Mestrado'	Licenciatura	22,2%
Área de formação:	Biologia	66,7%
	Engenharia do Ambiente	11,1%
Predomínio da Biologia	Ciências da Agricultura	11,1%
Profissão:	Biólogos	33,3%
	Docentes Universitários/ Investigadores	29,6%
Predomínio dos biólogos	Estudantes	14,8%
Função desempenhada na ONGA:	Membro da direcção nacional	15,8%
Maior peso dos membros Dir. Nacional	Colaborador	9,5%
Pluriactivismo:	QUERCUS	11,9%
	ONGAs de interesses específicos	9,5%
% moderada de pluriactivos	Total de respostas positivas na amostra	19,1%

**Quadro 9** — Resumo de caracterização dos inquiridos da QUERCUS

Sexo:	Homens	66,7%
Grupo maioritariamente masculino	Mulheres	33,3%
Idade:	Média	34,22
	Desvio padrão	7,89
Média (34 anos)	Variância	62,26
Escolaridade:	Licenciatura	70,4%
	Pós-graduação/Mestrado	11,4%
	Curso Médio/Bacharelato	7,4%
Predomínio 'Licenciatura'	Doutoramento	7,4%
Área de formação:	Biologia	33,3%
	Engenharia do Ambiente	23,8%
Predomínio da Biologia e Eng. Ambiente	Ciências Sociais	14,3%
Profissão:	Professor Ensino Secundário	25,9%
	Estudantes	14,8%
	Outros quadros e especialistas	14,8%
Predomínio dos Prof. Ensino Secundário	Outras profissões	14,8%
Função desempenhada na ONGA:	Membro da direcção regional	14,7%
Maior peso dos membros Dir. Regional	Colaborador	6,3%
Pluriactivismo:	ONGAs de interesses específicos	7,1%
% moderada de pluriactivos	Total de respostas positivas na amostra	19,1%

**Quadro 10** — Resumo de caracterização dos inquiridos do GEOTA

Sexo:	Homens	25,9%
Grupo maioritariamente feminino	Mulheres	74,1%
Idade:	Média	29,22
	Desvio padrão	4,76
Média (29 anos)	Variância	22,64
Escolaridade:	Licenciatura	59,3%
Predomínio 'Licenciatura'	Pós-graduação/Mestrado	29,6%
Área de formação:	Engenharia do Ambiente	30,8%
	Ciências Sociais	19,2%
Predomínio dos Engenheiros do Ambiente	Direito	15,4%
Profissão:	Estudantes	22,2%
Predomínio de estudantes, juristas e outros quadros e especialistas	Juristas	14,8%
	Outros quadros e especialistas	14,8%
Função desempenhada na ONGA:	Membro de outros órgãos dirigentes	10,5%
Maior peso dos membros de outros órgãos dirigentes e coordenadores de projecto	Coordenador de projecto	9,5%
	Colaborador	7,4%
Pluriactivismo:	ONGAs regionais/locais	26,2%
	LPN	7,1%
% forte de pluriactivos	Total de respostas positivas na amostra	45,3%



#### 4.1. Modernidade, progresso e degradação ambiental

Os efeitos acumulados do desenvolvimento da civilização ocidental — apoiada no crescimento económico e no progresso científico e tecnológico — parecem ter convergido numa crise profunda que põe em causa os estilos de vida próprios da modernidade e na emergência de uma consciência ecológica, cujo germen é a progressiva degradação ambiental. Se em algumas camadas sociais parece perdurar alguma apatia relativamente à crise ambiental e, persista ainda, a ideia de que estamos longe de atingir o ponto de não retorno e de catástrofe eminente — argumenta-se que se assiste a uma empolgação generalizada dos perigos ambientais — é incontestável que as causas ambientalistas/ecologistas têm vindo a disseminar-se em crescendo por todos os campos sociais, numa época caracterizada pelo declínio dos modelos de organização sócio-económicos, em grande parte ditado pela falência dos suportes naturais que sempre lhes serviram de base.

Emergindo a noção de crise ambiental global como uma construção social, produto da negociação das várias visões, sensibilidades e interesses em presença<sup>46</sup>, e ainda que a crise ecológica mereça algum consenso global, longe parece estar o acordo quanto às suas causas e consequências, como longe está a anuência a uma acção concertada que lhe faça face. Tal advirá da complexidade das relações dos elementos naturais e sociais e das reacções imprevisíveis que uma interacção permanente provoca. Hoje em dia, a crescente popularidade da causa ambiental e a necessidade de proteger a diversidade biofísica — porque são a natureza e os recursos naturais o suporte primeiro da sociedade — e sócio-cultural — porque a massificação e a novas condições impostas pela globalização da economia, tornam cada vez menos viável a própria diversidade de culturas e de modos de vida tradicionais — impõem-se de forma cada vez mais abrangente, para o que, largamente, têm contribuído a acção do movimento ambientalista e o poder difusor dos *media* actuais, que emprestam uma visibilidade sem precedentes às situações de ruptura ecológica. Situações que se traduzem pela destruição maciça da biodiversidade, pela delapidação do património agro-florestal, pelo caos energético, pela explosão demográfica e, de uma forma geral, pela contaminação progressiva de todo o planeta, cuja organização político-

---

<sup>46</sup> Cf. Arran E. Gare, *Postmodernism and the environmental crisis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1995, pp. 73 e seguintes.

económica desequilibrada agudiza os problemas ambientais, fomentados a par das crescentes desigualdades e situações de ruptura entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos<sup>47</sup>.

A ideia de progresso (progresso permanente e inexorável) é central na modernidade. Base segura que postula o crescimento económico contínuo numa fé inabalável na razão humana de que depende o desenvolvimento da ciência e da técnica que, por sua vez, possibilitariam ultrapassar os condicionalismos naturais, adaptando a natureza às necessidades das sociedades do presente e do futuro, pela vontade, perseverança e engenho humanos. Caminho este, já delineado muito antes do advento da era industrial. Nas tradições judaico-cristãs, a natureza foi criada por Deus para suprir as necessidades humanas.

Com a modernidade a liturgia do progresso tomou o lugar da liturgia cristã cuja escatologia, como refere Soromenho-Marques, é a base das presentes concepções de progresso que permite responder com optimismo às inquietações e incertezas do futuro<sup>48</sup>. Foi, de facto, a revolução industrial que possibilitou uma optimização de meios, permitindo uma intensificação da exploração da natureza sem paralelo com o passado. Hoje em dia, a velha mentalidade parece começar a dar lugar a um generalizado desencanto e descrença na excepionalidade e progresso humanos, enquanto medra a consciência de que estas formas culturais e estes estilos de vida, não só não garantem uma efectiva melhoria das condições de vida da população — sobretudo se pensarmos na população mundial em geral — como conduzem a humanidade e o planeta para a autodestruição.

Como defende Richard N. Adams, “if the illusion of progress was dashed by the First World War, the ‘development’ illusion [sucessor da ideia de progresso pós a II Grande Guerra] began to crack and fragment, on the one hand, with increasing poverty, social movements and revolts, military interventions and regional wars, and, on the other hand, environmental pollution and degradation”<sup>49</sup>. Adams associa o eclodir da causa ambiental à emergência de uma nova etapa civilizacional (pós-modernidade) que reconceptualiza a própria humanidade e o seu lugar na natureza, numa época que se distingue pelo esboroar das certezas no progresso e na razão humana como factores primeiros para se ultrapassarem os condicionalismos e constrangimentos sociais e naturais.

É a própria história, concebida como um processo progressivo de emancipação e realização humanas, centrada no ocidente e na cultura ocidental — processo que Gianni Vattimo designou por “encadeamento de vicissitudes dos povos da zona ‘central’, o ocidente, que representa o lugar da civilização, para lá do qual existem os ‘primitivos’, os povos ‘em vias de

<sup>47</sup> Cf. Viriato Soromenho-Marques, *Regressar à terra: consciência ecológica e política de ambiente*, Lisboa, Fim de Século, 1994.

<sup>48</sup> Cf. Id., *Ibidem*.

<sup>49</sup> Richard Newbold Adams citado em Arran E. Gare, *Op. Cit.*, p. 6.

desenvolvimento”<sup>50</sup> — que está posta em causa. Para os defensores das teses da pós-modernidade, atravessamos uma época de falência e rejeição de um euro/antropocentrismo e da grande narrativa do progresso que lhe está associado. Com o advento da chamada era “pós-moderna”, a ideia de história como curso unitário — história única centrada no progresso da civilização ocidental — deu lugar à ideia de uma história justaposta de múltiplas imagens propostas sobre o passado, construídas sobre pontos de vista diversos que negam a legitimidade de um ponto de vista supremo e global.

A emergência da pós-modernidade tenderia, assim, a revelar-se numa possível reorientação de comportamentos e reconceptualização das relações entre a humanidade e a natureza, na medida em que se associa ao reconhecimento de culturas particulares comunitárias e sociedades não ocidentais — em risco de extinção pela acção do progresso e da globalização que tornou permeável a mais recôndita região à hegemonia da cultura ocidental — e numa crescente rejeição da dicotomia entre a humanidade e a natureza, resultado da consciencialização das consequências ambientais inerentes à hegemonização da civilização ocidental. A tal facto, não será estranha a desagregação dos imperialismos e colonialismos ocidentais que perderam a capacidade de impor os seus modelos sócio-culturais, nos moldes expansionistas do passado, o advento da sociedade de informação e o desenvolvimento dos *mass media* que desempenharam um papel determinante na caracterização das sociedades actuais, não como mais transparentes e mais conscientes de si, mas como sociedades mais complexas e até caóticas.

O surgimento dos meios de comunicação de massas e das novas tecnologias de informação terão sido determinantes no processo de dissolução dos pontos de vista centrais, nomeadamente da grande narrativa do progresso, tornando-se factores de uma grande explosão e multiplicação de visões do mundo diferentes, antagónicas ou complementares, não apenas em relação a outros universos sócio-económicos mas também no interior das próprias sociedades ocidentais. Para Vattimo, “esta multiplicação vertiginosa da comunicação, este ‘tomar a palavra’ por parte de um número crescente de subculturas, é o efeito mais evidente dos *mass media*, e é também o facto que — relacionado com o fim, ou pelo menos com a transformação radical, do imperialismo europeu — determina a passagem da nossa sociedade à pós-modernidade”<sup>51</sup>.

Nesta denominada era pós-moderna, as identidades pessoais e colectivas tendem a tornar-se fluídas e inconstantes, resultado das consecutivas experiências vividas pelos indivíduos que, nunca como hoje — mercê das novas tecnologias de informação — se podem reportar a um sem-número de situações ou realidades que, conjugadas pelas vivências diárias individuais, ganham sentidos próprios e únicos. A realidade de cada indivíduo é, assim, uma

<sup>50</sup> Gianni Vattimo, *A sociedade transparente*, Lisboa, Relógio D'Água, 1992 (1989), p. 8.

<sup>51</sup> Id., *Ibidem*, p. 12.

construção que ele próprio desenvolve, fruto dos diversos espaços com os quais contacta e onde se desenrolam as suas diversas actividades, sendo, por isso, definidas a um primeiro nível através das respostas emocionais ao mundo real.

A reconstrução de identidades colectivas poderá ser levada a cabo tendo como alicerce principal a contextualização da vida individual e colectiva no meio-físico que as suportam e de que dependem, num processo continuado de interacção que não esquece as particularidades de cada subsistema sócio-natural. Trata-se da tese bioregionalista, apresentada por Jim Cheney. O autor defende que “the fractured identities of postmodernism ... can built health and well-being by means of a bioregional contextualization of self and community. The voices of health will be as various and multiple as the landscapes which give rise to them — landscapes which function as metaphors of self and community and figure into those mythical narratives which give voice to the emergence of self and community. The notion of socially constructed selves gives ways to the ideia of bioregionally constructed selves and communities”<sup>52</sup>.

O assumir de uma relação de interdependência entre todas as partes dos campos natural e social impõe-se numa contextualização da humanidade com o meio ambiente, entendida como parcela da própria natureza. Elemento activo, simultaneamente produto e produtor de condições potenciadoras de um futuro condicionado pelas actividades e realizações do presente, cujo sucesso num relacionamento mais equilibrado ao nível local permitirá enfrentar com maior optimismo o futuro do planeta a nível global.

Embora recusando as teses da pós-modernidade, mas considerando a crise nas certezas do conhecimento, do progresso e da razão humana, Giddens defende que tais mudanças se devem ao próprio desenvolvimento e ao agudizar das condições da modernidade e em sua consequência. Para o autor britânico, “muitos dos fenómenos que são frequentemente rotulados de pós-modernos dizem, na verdade, respeito à experiência da vida num mundo onde a presença e a ausência se combinam de formas historicamente novas. O progresso vai ficando esvaziado de conteúdo à medida que a circularidade da modernidade progride”<sup>53</sup>, num contexto de reflexividade institucional que envolve a incorporação consecutiva de nova informação e novos conhecimentos na vida social, continuamente reorganizada e reavaliada.

Reflexividade que se agudiza nesta época que o autor inglês prefere denominar ‘modernidade tardia’, desencadeada 1) pela reorganização do espaço e do tempo e pelas condições de articulação resultantes de relações sociais entre sistemas locais e/ou globais, e 2) pelos mecanismos de descontextualização. Mecanismos de “desinserção” das relações sociais dos contextos locais de interacção e sua reestruturação através de extensões indefinidas de

<sup>52</sup> Jim Cheney citado em Arran E. Gare, *Op. Cit.*, p. 94.

<sup>53</sup> Anthony Giddens, *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1990), p. 147.



espaço-tempo”<sup>54</sup>. Distinguem-se dois tipos de mecanismos de descontextualização: a) garantias simbólicas, meios de intercâmbio que podem ser usados em qualquer contexto sem dependerem de condicionalismos e características específicas, garantindo expectativas dos actores nos vários contextos onde se insere a vida social — o dinheiro surge como o exemplo mais claro — e b) os sistemas periciais, “sistemas e realização técnica, ou de pericialidade profissional, que organizam vastas áreas do ambiente material e social em que vivemos”<sup>55</sup>.

A confiança nos sistemas periciais, implica antes de mais um acto de fé num sistema que se não domina (a não ser de forma reduzida e efémera ainda que possivelmente alargada a vários âmbitos e contextos) mas do qual dependem várias áreas da vida individual. A experiência acumulada — porque geralmente um sistema funciona como se esperaria que funcionasse — permite cimentar a confiança nos sistemas ainda que se desconheça o seu funcionamento e as consequências que determinadas opções podem acarretar, já que a extensão do conhecimento implica uma especialização que o fragmenta numa infinidade de saberes particulares.

Se os mecanismos de descontextualização promoveram uma relativa segurança em inúmeras zonas da vida social, novos riscos e perigos emergiram no entanto, quer ao nível local, quer ao nível global — contaminação de solos e de águas, delapidação da camada do ozono, desastres ecológicos, etc. — para os quais, os próprios sistemas periciais não encontram uma resposta unívoca, pelo que também a desconfiança e a incerteza tendem a instalar-se.

O processo civilizacional com base no progresso e no desenvolvimento industrial surge, assim, cada vez menos como uma panaceia milagrosa para os males da humanidade, mas como causa próxima dos seus problemas. Problemas que se tornaram — com o impulso das novas tecnologias, simultaneamente factor de agudização e divulgação — tendencialmente globais e abrangentes, potenciando, por outro lado, uma consciencialização mundial dos problemas ambientais, ainda que matizada por condições sócio-culturais particulares de cada contexto social, pelas condições físico-ambientais específicas envolventes e por estágios e formas de desenvolvimento diferenciados que implicam diversos impactos no ambiente e nos recursos naturais.

Vivemos hoje na aldeia global. A Terra é cada vez mais a casa de toda a humanidade e os problemas ambientais globais tornam-se, mercê do poder difusor dos *media* e da actividade dos grupos ambientalistas, os problemas de todos nós, os perigos que põem em causa o futuro do planeta e, por consequência, de toda a humanidade. De que forma e em que grau se distinguem então as percepções destes problemas entre a população em geral e os ambientalistas portugueses? Se os primeiros têm como fonte segura de informação os

---

<sup>54</sup> Id., *Ibidem*, pp. 16-17.

<sup>55</sup> Id., *Ibidem*, p. 26.

segundos<sup>56</sup>, estes últimos, porque integrados nesta mesma sociedade, não deixarão de acusar a influência do campo social que condiciona, ainda que só por si não determine, concepções e percepções que implicam diferentes abordagens dos problemas ambientais?

**Quadro 11 – Principais problemas ambientais do mundo**

	PAÍS	GLPS	GP	LPN	QUERCUS	GEOTA
Alteração climática / efeito de estufa	5,9%	7,3%	5,7%	18,5	17,9	24,7
Diminuição da camada de ozono	13,6%	14,5%	14,4%	3,7	1,3	11,1
Desertificação (avanço dos desertos)	3,5%	4,5%	3,4%	7,4	3,8	4,9
Chuvas ácidas	3,4%	3,1%	1,6%	0,0	0,0	0,0
Destruição das florestas	22,1%	20,8%	23,7%	14,8	9,0	8,6
Esgotamento dos recursos naturais	6,8%	8,6%	6,6%	8,6	15,4	14,8
Extinção das espécies animais e vegetais	8,7%	7,5%	8,1%	9,9	11,5	11,1
Centrais e resíduos nucleares	10,0%	9,5%	8,9%	1,2	1,3	2,5
Aumento populacional	5,7%	6,9%	6,8%	22,2	21,8	6,2
Poluição da água	14,0%	12,1%	14,5%	11,1	4,2	4,6
Outros – não sabe/ não responde	6,3%	4,9%	6,3%	2,5	5,1	2,5

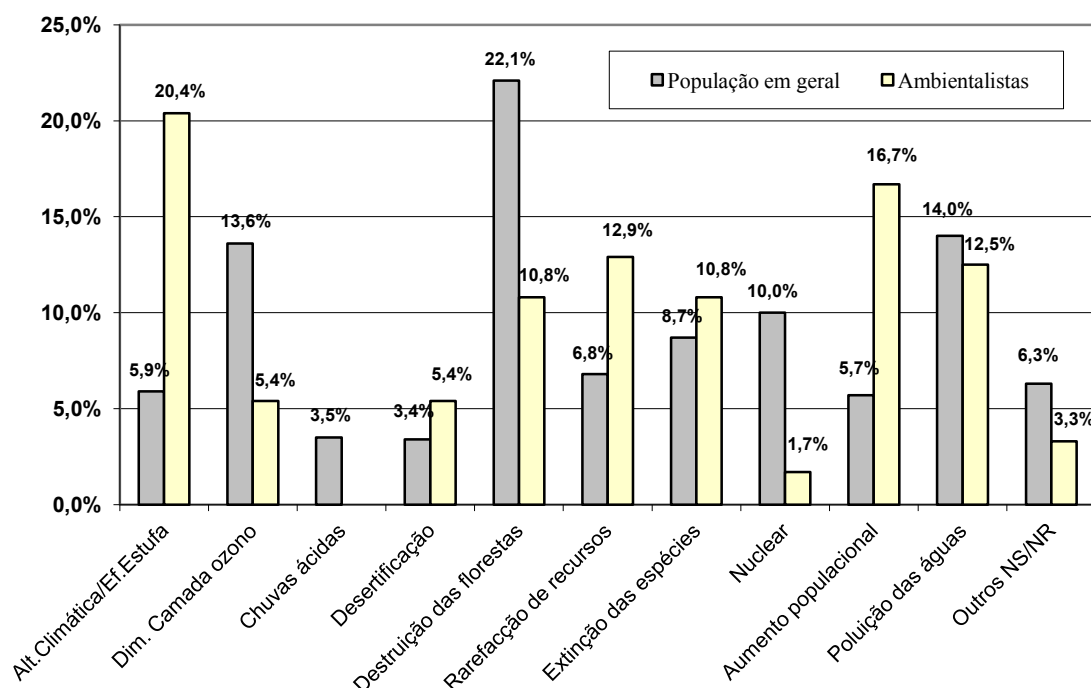
Se entre as respostas dos portugueses em geral (País, Grande Lisboa e Península de Setúbal e Grande Porto) não se vislumbram grandes diferenças nas respostas, sendo as mais representadas, ao nível do país, a destruição das florestas (22,1%), a poluição da água (14%) e a diminuição da camada do ozono (13,6%), entre os ambientalistas as diferenças surgem mais vincadas. Note-se a forte frequência para a alteração climática, com destaque para os inquiridos do GEOTA que atinge aqui a maior representação (24,7%). Já a LPN e a QUERCUS assumem as maiores frequências no aumento populacional com 22,2% e 21,8% respectivamente, enquanto o GEOTA apenas atinge os 6,2% nesta categoria. Situação inversa se verifica em relação à diminuição da camada do ozono, cujas frequências são 11,1%, 3,7% e 1,3%, respectivamente para o GEOTA, a LPN e a QUERCUS.

Comparando agora os dois grupos (população portuguesa em geral/eco-militantes), as diferenças acentuam-se prefigurando uma clivagem entre leigos e especialistas. Assumindo maiores representações entre os ambientalistas surgem a alteração climática/efeito de estufa, o aumento populacional e o esgotamento de recursos, enquanto que, alcançando maiores frequências entre a população em geral, se destacam a destruição das florestas, a diminuição da camada do ozono e as centrais e resíduos nucleares. Se os ambientalistas são a fonte de informação mais fiável para a população portuguesa, não são certamente a única. O papel dos

<sup>56</sup> 75,9 % dos portugueses, segundo os resultados do 1º Inquérito Nacional, apontam as associações ambientalistas como as fontes de informação mais fiáveis em matéria de ambiente.

*media* parece assumir alguma importância na selecção e destaque dos problemas ambientais e será isso que explicará a ‘popularidade’ de determinadas questões entre a população portuguesa, como será exemplo paradigmático a delapidação da camada do ozono ou a energia e resíduos nucleares.

**Gráfico 11** — Principais problemas ambientais do mundo



Focando agora os problemas ambientais de nível nacional, a clivagem entre população em geral e o grupo de ambientalistas surge menos vincada. De facto, agregando as categorias ‘grave’ e ‘muito grave’, verifica-se que a tendência é, como seria previsível, para um acentuar da gravidade dos problemas entre os eco-militantes. Há, no entanto, excepções: a população ultrapassa os ambientalistas no grau de gravidade atribuído ao ruído (em 31,4%), à qualidade da água para consumo humano (em 10,1%) e à poluição do ar (em 19,5%). Se entre a população em geral parece valorizar-se sobretudo aquilo que afecta mais directamente a qualidade de vida urbana, entre os ambientalistas as preocupações denotam uma maior pluralidade e menor imediatez.

Dos problemas considerados graves ou muito graves pelos ambientalistas, atingem mais de 90% das frequências o uso de pesticidas e químicos na agricultura, os incêndios nas florestas, os lixos urbanos, os lixos industriais, a poluição dos rios, lagos e albufeiras, o descuido com a conservação das espécies, o desperdício energético e os esgotos sem tratamento. Já entre a população em geral, tais valores só são atingidos pelos incêndios nas florestas e pela poluição dos rios, lagos e albufeiras.

**Quadro 12 — Gravidade dos problemas ambientais do país**

Ruído		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	2,0%	11,0%	52,3%	31,0%	3,7%	+31,4%
	Ambientalistas	1,3%	46,8%	43,0%	8,9%	0,0%	
Uso de pesticidas e químicos na agricultura		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	1,3%	9,3%	44,1%	38,9%	6,4%	
	Ambientalistas	0,0%	4,9%	65,4%	29,6%	0,0%	+12,0%
Despovoamento do interior		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	2,7%	1,3%	45,8%	24,5%	15,8%	
	Ambientalistas	1,3%	11,3%	40,0%	47,5%	0,0%	+17,2%
Qualidade da água para consumo humano		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave		Dif(*)
	População em geral	3,2%	10,6%	39,4%	42,3%	4,6%	+10,1%
	Ambientalistas	1,2%	27,2%	46,9%	24,7%	0,0%	
Poluição do ar		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	1,3%	6,9%	38,0%	48,1%	5,7%	+19,5%
	Ambientalistas	1,2%	32,1%	48,1%	18,5%	0,0%	
Poluição do mar / praias		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,5%	6,8%	36,6%	44,9%	11,2%	
	Ambientalistas	0,0%	13,8%	57,5%	28,8%	0,0%	+4,8%
Incêndios nas florestas		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,3%	1,6%	20,2%	74,1%	3,9%	
	Ambientalistas	0,0%	3,7%	34,6%	61,7%	0,0%	+2,0%
Lixos urbanos		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,4%	3,8%	40,8%	48,1%	7,0%	
	Ambientalistas	0,0%	6,2%	56,8%	37,0%	0,0%	+4,9%
Lixos industriais		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,5%	2,5%	27,3%	60,6%	9,0%	
	Ambientalistas	0,0%	3,8%	37,5%	58,8%	0,0%	+8,4%
Poluição dos rios, lagos e albufeiras		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,4%	1,8%	31,0%	59,5%	7,3%	
	Ambientalistas	0,0%	1,2%	51,9%	46,9%	0,0%	+8,3%
Descuido com a conservação da Natureza e das espécies		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,5%	3,7%	41,2%	39,4%	15,2%	
	Ambientalistas	0,0%	4,9%	45,7%	49,4%	0,0%	+14,5%
Crescimento dos subúrbios das cidades		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	3,2%	12,4%	40,1%	22,4%	21,9%	
	Ambientalistas	1,2%	11,1%	44,4%	43,2%	0,0%	+25,1%
Desperdício energético		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,9%	7,8%	46,5%	25,0%	19,8%	
	Ambientalistas	0,0%	8,6%	56,8%	34,6%	0,0%	+19,9%
Esgotos das cidades sem tratamento		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	NS/NR	Dif(*)
	População em geral	0,2%	1,2%	29,0%	60,3%	9,4%	
	Ambientalistas	0,0%	3,7%	48,1%	48,1%	0,0%	+6,9%

(\*) Diferença entre a frequência agregada das categorias 'Grave' e 'Muito grave' nos dois grupos

E entre os elementos das três associações em análise, que diferenças nas percepções dos problemas ambientais do país?

**Quadro 13** — Gravidade dos problemas ambientais do país segundo a ONGA

Ruído		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	4,0%	56,0%	36,0%	4,0%
	QUERCUS	0,0%	40,7%	51,9%	7,4%
	GEOTA	0,0%	44,4%	40,7%	14,8%
Uso de pesticidas e químicos na agricultura		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	3,7%	77,81%	18,5%
	QUERCUS	0,0%	7,4%	55,6%	37,0%
	GEOTA	0,0%	3,7%	63,0%	33,3%
Despovoamento do interior		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	3,7%	11,1%	44,4%	40,7%
	QUERCUS	0,0%	18,5%	37,0%	44,4%
	GEOTA	0,0%	3,8%	38,5%	57,7%
Qualidade da água para consumo humano		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	3,7%	33,3%	59,3%	3,7%
	QUERCUS	0,0%	22,2%	48,1%	29,6%
	GEOTA	0,0%	25,9%	33,3%	40,7%
Poluição do ar		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	3,7%	51,9%	33,3%	11,1%
	QUERCUS	0,0%	18,5%	63,0%	18,5%
	GEOTA	0,0%	25,9%	48,1%	25,9%
Poluição do mar / praias		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	18,5%	63,0%	18,5%
	QUERCUS	0,0%	15,4%	53,8%	30,8%
	GEOTA	0,0%	7,4%	55,6%	37,0%
Incêndios nas florestas		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	3,7%	55,6%	40,7%
	QUERCUS	0,0%	7,4%	11,1%	81,5%
	GEOTA	0,0%	0,0%	37,0%	63,0%
Lixos urbanos		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	7,4%	63,0%	29,6%
	QUERCUS	0,0%	7,4%	40,7%	51,9%
	GEOTA	0,0%	3,7%	66,7%	29,6%
Lixos industriais		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	7,7%	34,6%	57,7%
	QUERCUS	0,0%	0,0%	29,6%	70,4%
	GEOTA	0,0%	3,7%	48,1%	48,1%
Poluição dos rios, lagos e albufeiras		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	3,7%	51,9%	44,4%
	QUERCUS	0,0%	0,0%	40,7%	59,3%
	GEOTA	0,0%	0,0%	63,0%	37,0%
Descuido com a conservação da Natureza e das espécies		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	3,7%	55,6%	40,7%
	QUERCUS	0,0%	0,0%	33,3%	66,8%
	GEOTA	0,0%	11,1%	48,1%	40,7%
Crescimento dos subúrbios das cidades		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	3,7%	11,1%	44,4%	40,7%
	QUERCUS	0,0%	7,4%	33,3%	59,3%
	GEOTA	0,0%	14,8%	55,6%	29,6%
Desperdício energético		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	7,4%	59,3%	33,3%
	QUERCUS	0,0%	11,1%	51,9%	37,0%
	GEOTA	0,0%	7,4%	59,3%	33,3%
Esgotos das cidades sem tratamento		Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave
	LPN	0,0%	3,7%	55,6%	40,7%
	QUERCUS	0,0%	0,0%	25,9%	74,1%
	GEOTA	0,0%	7,4%	63,0%	29,6%

Como se verifica no quadro anterior (**quadro 13**), numa boa parte dos problemas ambientais seleccionados, os inquiridos da QUERCUS surgem com as maiores representações

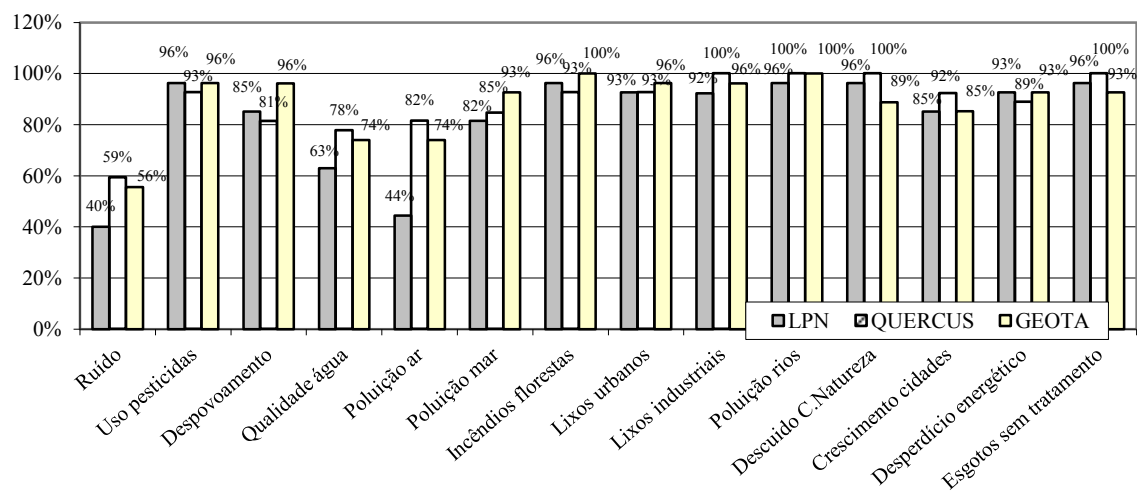
na categoria ‘muito grave’. Este grupo demarca-se dos restantes, sobretudo, na avaliação dos esgotos sem tratamento, dos lixos industriais e dos incêndios nas florestas (respectivamente 74%, 70,4% e 81,5%), mas também — ainda que em menor grau — na avaliação do crescimento dos subúrbios das cidades, do descuido com a conservação da natureza e das espécies, da poluição dos rios, lagos e albufeiras ou dos lixos urbanos.

Por seu turno, os respondentes do GEOTA classificam como muito grave a poluição do mar e das praias, a poluição do ar, a qualidade da água para consumo humano e o despovoamento do interior.

O grupo da LPN é o responsável pelas menores percentagens na categoria ‘muito grave’ (4% para o ruído e 3,7% para a qualidade da água para consumo humano). Refira, ainda, que os representantes da Liga se caracterizam, sobretudo, por frequências que normalmente assumem valores intermédios.

Se não são de monta as divergências que se podem apontar nas respostas dos eco-militantes relativamente à gravidade dos problemas ambientais do país — tendo em conta a globalidade das respostas — o que nos parece de realçar é a fraca expressão das categorias ‘nada grave’ e ‘pouco grave’. Agregando as respostas das categorias ‘grave’ e ‘muito grave’ diluem-se ainda mais as diferenças, como se pode constatar no gráfico 12.

**Gráfico 12** — Gravidade dos problemas ambientais do país segundo a ONGA

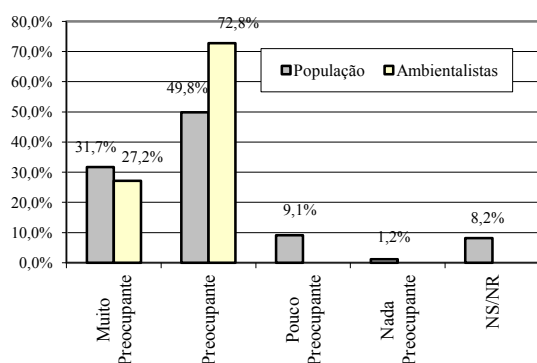


Quanto se perguntou à população portuguesa em geral como classificaria o estado do ambiente hoje, constatou-se um grau elevado de preocupação. O inquérito elaborado pelo *Observa* concluiu ainda que o grau de preocupação aumenta proporcionalmente ao contexto geográfico a que se refere. Os problemas ambientais locais parecem surgir aos olhos dos portugueses como problemas menos graves e certamente mais controláveis se comparados com os grandes problemas globais, como o aquecimento global, o efeito de estufa ou a delapidação

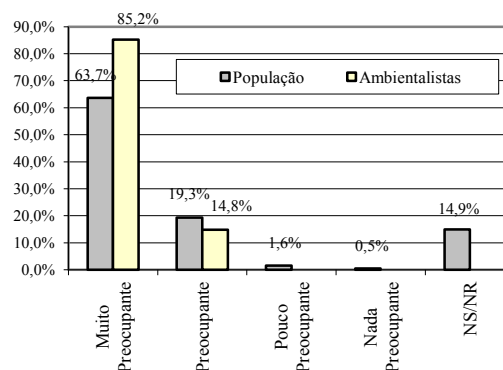
da camada do ozono. Segundo Francisco Ferreira, “é esse sentimento de impotência que lhes deixa maior preocupação (...) porque a influência local é limitada”<sup>57</sup>.

Se os problemas globais são percebidos pela população com uma gravidade sem par a nível local ou mesmo nacional, o que pode ser preocupante (segundo ideia partilhada pelos três presidentes das ONGAs)<sup>58</sup> é o facto de a população não associar o local, os seus hábitos e comportamentos quotidianos, ao global e aos problemas que em boa parte resultam dos hábitos de consumo e estilos de vida actuais. Por outro lado, como refere Conceição Martins, “é certo que o reflexo, no dia-a-dia das pessoas destes problemas [ambientais] (...) não se tem feito sentir tanto em Portugal, como em alguns desses países que foram muito mais agressivos em termos de exploração de recursos”<sup>59</sup>. Os problemas ambientais mais graves surgem assim, entre os portugueses, como problemas alheios, sem relação com as práticas quotidianas locais. Como referem Aida Valadas de Lima e Luísa Schmidt, “a consciência será, sobretudo, formada a partir dos problemas dos outros, de um mundo que, de certo modo, nos parece distante e sem a ideia de globalidade ambiental”<sup>60</sup>.

**Gráfico 13 — Estado do ambiente no país**



**Gráfico 14 — Estado do ambiente no mundo**



Os gráficos 13 e 14 mostram que tanto a população em geral como os eco-militantes consideram ‘muito preocupante’ ou ‘preocupante’ o estado do ambiente no país e no mundo. No entanto, os dois grupos revelam estar mais preocupados com o estado do ambiente a nível mundial do que com o ambiente nacional. Na opinião do presidente da QUERCUS e, aparentemente de grande parte dos nossos inquiridos “a percepção das pessoas [relativamente aos problemas ambientais] efectivamente, é real”<sup>61</sup>.

<sup>57</sup> Cf. grelha de análise das entrevistas semi-directivas ‘País/Mundo’.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

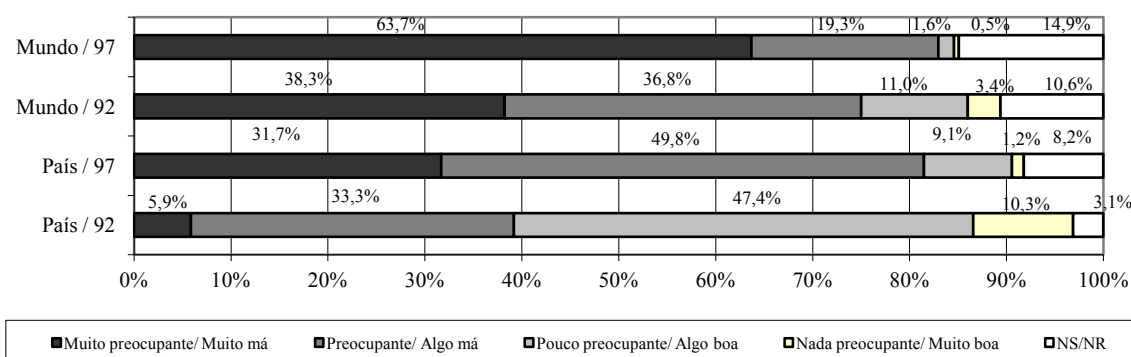
<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> Aida Valadas de Lima e Luísa Schmidt, *Op. Cit.*, pp. 210-211.

<sup>61</sup> Cf. grelha de análise das entrevistas semi-directivas ‘País/Mundo’.

Esta preocupação tem vindo a aumentar entre os portugueses, sinal de que, entre outros factores, a estratégia de sensibilização defendida e levada a cabo pelas organizações de defesa do ambiente tem vindo a produzir efeitos. A evolução é evidente se comparados os resultados do inquérito de 1997 com o inquérito GALLUP realizado em 1992<sup>62</sup>. Se neste último os portugueses que avaliavam mais negativamente o ambiente nacional se limitavam a 39,2%, em 97 este número sobe para 81,5%. Já em relação ao ambiente mundial, a evolução não parece tão vincada, ainda que não deixe de ser importante: de 38,3% passámos para 63,7% nas categorias equivalentes 'muito preocupante' e 'muito má'. Esta evolução verifica-se, sobretudo, à custa das categorias 'preocupante' e 'algo má' que já veiculavam uma percepção negativa do ambiente.

**Gráfico 15** — Evolução da percepção da situação ambiental em Portugal (1992/1997)



Tendo em conta que os portugueses parecem estar a assimilar as mensagens ambientalistas, ainda que as práticas estejam longe de satisfazer os eco-militantes<sup>63</sup>, quais serão então as suas expectativas para o futuro e de que forma se distanciam ou não as expectativas dos dois grupos? Aparentemente, e segundo o gráfico seguinte, as diferenças são pouco significativas. Ainda que os ambientalistas denotem um maior pessimismo, quer a nível nacional, quer a nível mundial, as tendências verificadas são muito semelhantes às da população em geral.

Se a relativa preservação ambiental que uma industrialização escassa e tardia permitiu em Portugal, pode explicar este pessimismo moderado, verificado mesmo entre os ambientalistas (moderação que se acentua, sobretudo, em relação ao país), importa realçar que apenas cerca de 24% de ambos os grupos acreditam numa melhoria das condições ambientais nacionais, valor que desce para os 17% entre a população portuguesa e os 8,8% entre os ambientalistas, quando em causa está o planeta como um todo. De facto, ainda que as sucessivas cimeiras mundiais sobre o ambiente se tenham pautado por deliberações mais ou menos efusivas na senda da defesa ambiental e preservação dos recursos naturais, os seus resultados

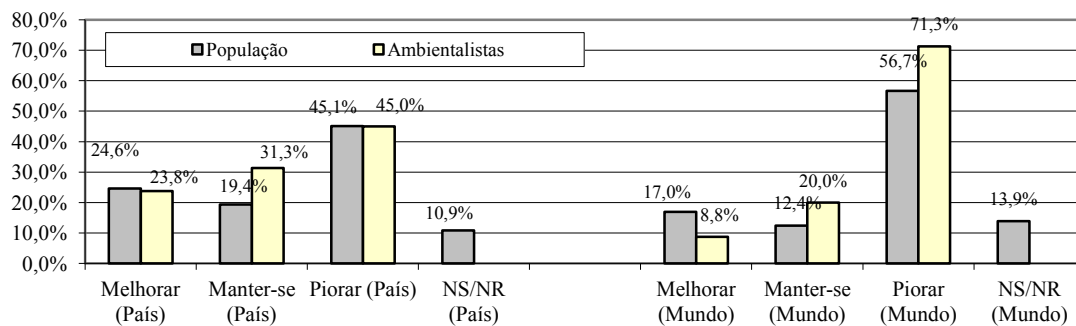
<sup>62</sup> *The Health of the Planet Survey* citado em Aida Valadas de Lima e Luísa Schmidt, *Op. Cit.*, pp. 207 e seguintes.

<sup>63</sup> Ver grelhas de análise das entrevistas semi-directivas 'Preocupação/Correspondência prática'.



práticos têm sido escassos, o que pode explicar esta descrença na melhoria das condições ecológicas globais, quer entre leigos, quer entre especialistas.

**Gráfico 16** — Expectativas de evolução do ambiente



#### 4.2. Modernidade e factores de degradação

Pelo papel central que desempenham na modernidade, capitalismo, industrialismo, ciência e tecnologia são factores incontornáveis nas questões de preservação e defesa ambiental, apesar do ênfase diferenciado que as várias correntes propõem na análise desta problemática. Ao industrialismo, para a generalidade dos partidários do movimento ecologista ocidental, é imputada a origem da degradação ambiental e da rarefacção/devastação de recursos necessários para um continuado crescimento da produção e do consumo. Facto que não terá sido apanágio das economias capitalistas, mas ter-se-á estendido — assumindo, em alguns casos, formas ainda mais gravosas — às antigas economias socialistas do bloco de leste.

O desenvolvimento contínuo e intenso da industrialização permitiu o crescimento exponencial da população mundial fomentando o consumo e, frequentemente, uma urbanização desregrada que ignora equilíbrios naturais e a qualidade de vida das populações. Fenómenos directamente ligados à eminência da crise ecológica que, para os críticos do industrialismo/produtivismo, só poderá ser evitada com a inversão drástica da devastação de recursos e tendência de crescimento acelerado, cuja dinâmica põe em causa o próprio processo, pela rarefacção de recursos e esgotamento da capacidade de absorção de poluição do meio-ambiente.

De facto, a mobilização de energias não renováveis, os efeitos poluentes, cada vez mais visíveis e preocupantes, decorrentes da mecanização da produção que permite uma cada vez mais eficaz exploração dos recursos, são características fundamentais da sociedade industrial que possibilitaram uma apropriação devastadora da natureza a níveis nunca antes concebíveis. Situação que, porque de recursos finitos se trata, imporá mais cedo ou mais tarde, novas dificuldades que se agudizarão tanto mais, quanto mais longe for esta dinâmica de degradação. Advoga-se, portanto, uma tomada de consciência dos limites toleráveis para o ambiente e das consequências irreversíveis que resultarão da ultrapassagem destes. Já nos anos setenta, em *Os limites do crescimento*, talvez o primeiro grande marco na divulgação da causa ambientalista ao nível mundial, se concluía que “a manterem-se as tendências actuais de crescimento da população, industrialização, poluição, produção alimentar e utilização de recursos, atingir-se-ão os limites de crescimento do nosso planeta dentro dos próximos cem

anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontável da população e da capacidade produtiva”<sup>64</sup>.

A economia e a produção industrial e, levando às últimas consequências, a sobrevivência da própria espécie humana, dependem de fluxos constantes de recursos: ar, água, alimentos, matérias-primas, combustíveis, etc. Por outro lado, são produzidos, ao mesmo ritmo que se consomem, desperdícios e contaminações que tendem a tornar-se insustentáveis (porque ultrapassam a capacidade de carga e de reciclagem do planeta). Os limites de crescimento serão, assim, os limites impostos pela própria natureza num processo a que Robert U. Ayers designou por metabolismo industrial. A sociedade industrial extrai do meio-ambiente os recursos naturais que transforma e que devolve, mais cedo ou mais tarde, na sua maior parte (cerca de 95%), agora sob a forma de lixo, desperdícios e poluição. A degradação ambiental, processa-se desta forma a dois níveis: 1) pela delapidação dos recursos naturais e 2) pela sobrecarga do meio ambiente (eco-capacidade)<sup>65</sup>.

“What waits on the horizon”, afirma Goldblatt, “are limits and constraints never before encountered, from a dizzying height of economic prosperity never before attained”<sup>66</sup>. Limites que, para o autor, serão a quantidade finita de recursos (matéria-prima e energia) e a capacidade do planeta em absorver a poluição criada pelo crescimento inerente à economia capitalista, cuja capacidade de expansão atingida se deverá, em grande parte, ao industrialismo e à sua renovada capacidade de intervenção na natureza — aumento de produção/exploração de novos recursos — minorando, ainda que a curto/médio prazo, as consequências do crescimento económico e demográfico. A longo prazo, no entanto, o industrialismo parece incorporar, ele próprio, o germen de destruição das condições necessárias para o desenrolar do seu próprio desenvolvimento, já que a afectação de recursos e os níveis de contaminação insustentáveis em vigor, levar-nos-ão, inevitavelmente, a ultrapassar os limites do planeta e, por rarefacção de recursos, ao próprio colapso do sistema económico internacional.

Funcionando como motor do industrialismo, o capitalismo desempenha um papel importante neste processo. As correntes mais próximas das teses marxistas acentuam o seu papel desregulador através de “formas metamorfoseadas de mediação — (...) os preços, o juro, o lucro, o salário, etc.”<sup>67</sup>. Para autores como Thomas, a presente separação entre humanidade e natureza é fruto da economia de mercado capitalista, onde tudo — os bens, os produtos, o trabalho ... — perde a qualidade de produtos de actos humanos, correspondendo a necessidades

<sup>64</sup> Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III, *Os limites do crescimento*, Lisboa, Dom Quixote, s.d. (1972), p. 32.

<sup>65</sup> Cf. Jan C. Bongaerts e Antje von Dewitz, *Sustainable development: origins, concepts and applications*, Bonn, Institute für Europäische Umweltpolitik e. V., 1994, p. 1.

<sup>66</sup> David Goldblatt, *Social theory and the environment*, Cambridge e Oxford, Polity Press e Blackwell Publishers, 1996, p. 43.

<sup>67</sup> Tom Thomas, *A ecologia do absurdo*, Lisboa, Edições Dinossauro, 1994 (1992), p. 31.

humanas concretas, para se transformar em valores de troca, fetiche que medeiam as suas relações com os outros e com a natureza. Consequentemente, defende o autor, “a valorização, a acumulação, tornam-se a única consideração possível; natureza, homens, vida, tornam-se-lhes necessariamente indiferentes”<sup>68</sup> e o caminho fica aberto para uma separação entre o mundo social e o mundo natural que, longe de ser necessária e inevitável, é fruto de um modo de produção que separa e desintegra não só as relações entre o mundo social e o mundo natural, como as próprias sociedades humanas.

Não seria, portanto, o sistema de produção industrial a explicar a progressiva e cada vez mais célere delapidação dos recursos naturais, mas as relações sociais alienatórias do capitalismo, a divisão capitalista do trabalho e os seus fetiche ou representações. Melhorar e, em certos casos, aumentar a produção, não seria necessariamente prejudicial se, atender às necessidades das populações e das sociedades humanas com ligações particulares ao meio-físico fosse a prioridade e, não tanto, como acontecerá na economia capitalista, ao desejo insaciável e sempre acrescido, do capitalismo pelo lucro, conduzido por grupos financeiros cada vez mais longe das necessidades locais, cujo único fim será o provento, independentemente dos efeitos ambientais perversos que as suas actividades determinem. Para as correntes marxistas, é no ciclo de crescimento lucro/investimento capitalista, num contexto de competição e de mercados alargados que se poderão encontrar as raízes da delapidação e degradação ambiental. Se o industrialismo possibilitou uma maior e mais eficaz intervenção sobre a natureza, foi o capital que mobilizou os meios tecnológicos e financeiros, que permitiram e dinamizaram a própria sociedade de consumo, com o objectivo sempre presente de aumento de dividendos num processo cíclico de acumulação capitalista.

Giddens, por seu lado, propõe uma reavaliação e análise da sociedade moderna e das suas consequências que leva mais longe esta imbricação de industrialismo e capitalismo. Para o autor inglês, as raízes da degradação ambiental na modernidade resultam da conjunção do capitalismo (acumulação de capital no contexto de mercados concorrenciais de trabalho e bens) e do industrialismo (transformação da natureza: desenvolvimento do ambiente produzido). “‘Duas constelações organizacionais’, ou duas dimensões, envolvidas nas instituições da modernidade”<sup>69</sup> que moldaram a emergência do mundo moderno e, apesar de analiticamente independentes e em conjunto com a vigilância (controlo da informação e supervisão social) e o poder militar (controlo dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra) constituem as dimensões da modernidade que interagem entre si, desempenhando papéis diferentes, mas complementares, na caracterização da sociedade moderna.

---

<sup>68</sup> Id., *Ibidem*, p. 31.

<sup>69</sup> Anthony Giddens, *Op. Cit.*, p. 45.

Para Giddens o capitalismo, não sendo o único sistema económico capaz de gerar uma combinação profícua com o industrialismo, é historicamente único na capacidade demonstrada para criar as condições necessárias à sua emergência. O dinamismo próprio do capitalismo, por natureza fortemente competitivo e expansionista, incute e acelera a inovação tecnológica industrial, de forma a garantir a competitividade, tal como a redução da força de trabalho a um valor de mercado (mercadorização do trabalho assalariado) e a expropriação dos meios de produção às classes populares (trabalho assalariado destituído de propriedade), permitindo a necessária plasticidade e mobilidade da mão-de-obra no processo de produção industrial, libertando-a de laços tradicionais não ditados pelo mercado e pelos interesses da economia industrial.

O industrialismo, por seu turno, ganha uma importância central no próprio desenvolvimento e viabilização do capitalismo, sobretudo numa altura em que os recursos naturais começaram a dar mostras de exaustão. Com efeito, se o dinamismo da economia capitalista foi decisivo para o desencadear da era industrial, foram os resultados conseguidos pelo engenho industrial, associados ao desenvolvimento da tecnologia, que permitiu encontrar soluções para ultrapassar os constrangimentos impostos pela rarefacção de recursos, possibilitando uma maior eficácia na intervenção na natureza, quer intensiva, quer extensivamente. O desenvolvimento das técnicas industriais permitiu, não só o alastramento da exploração industrial aos pontos mais remotos do globo, como uma optimização de meios que possibilitou níveis de exploração nunca antes alcançados. Esta terá sido a principal consequência do industrialismo face ao ambiente, segundo David Goldblatt. Para o autor, “capitalism had, indeed, been unleashed and thus we may conclude that industrialism has acted as a structural precondition of the future environmental degradation attributable to a much enlarged capitalist economy”<sup>70</sup>.

A combinação de industrialismo e capitalismo multiplica, por isso, as suas consequências destrutivas no meio ambiente. O industrialismo revigora continuamente a dinâmica capitalista, minorando os efeitos de uma exploração de recursos cujos limites têm vindo constantemente a ser superados e que, de outra forma, teriam há muito posto em causa de forma mais vincada o crescimento económico, o crescimento demográfico e as condições de vida das populações em geral. A dinâmica de crescimento e de acumulação capitalista impele, por seu turno, o desenvolvimento industrial e tecnológico através do ciclo lucro/investimento/lucro, num contexto de competição de mercado continuamente em expansão que exige sempre mais e mais recursos e que necessariamente acabará na exaustão destes últimos, já que o planeta, os seus recursos naturais e a sua capacidade de absorver e reciclar desperdícios e contaminações têm limites.

---

<sup>70</sup> David Goldblatt, *Op. Cit.*, p. 38.

A reflexividade decorrente das próprias condições de desenvolvimento da modernidade impõe um olhar crítico para com os factores de degradação ambiental que lhe estão associados. O crescimento económico, resultado da conjugação da dinâmica de expansão capitalista e do desenvolvimento industrial apoiados num desenvolvimento científico-tecnológico sem precedentes surge, cada vez mais, associado às ameaças ambientais e vai deixando de ser sinónimo de bem estar e prosperidade social, para reflectir uma crescente preocupação pelos custos ambientais daí decorrentes. A defesa de novas formas de relacionamento entre os vários contextos sociais e o meio-ambiente que tenha em conta a finitude de recursos e a iminente exaustão do planeta têm vindo a ganhar novos adeptos, de tal forma que a pressão para uma mudança efectiva é um facto que já ninguém pode contestar. A própria necessidade de uma mudança de consumos e estilos de vida é, crescentemente, aceite e assimilada pelos mais diversos sectores sociais, ainda que nem sempre as práticas se coadunem com discursos proferidos. Entre os ambientalistas não se esperará uma tendência diversa, mas interessa perceber que sensibilidades existem e como são percepcionados os papéis desempenhados pelos diversos factores da degradação.

Vejamos, então, como se distinguem os ambientalistas, comparados com os portugueses em geral quando confrontados entre a defesa do ambiente e o crescimento económico.

Entre a população em geral, a maioria advoga a conciliação dos imperativos económicos com a preservação ambiental (61,6 %). Ainda entre os portugueses, 13,6% advogam que a defesa do ambiente se deve sobrepor ao crescimento económico e apenas 3% dos portugueses defende uma posição contrária<sup>71</sup>. Note-se ainda que a tendência para uma valorização do ambiente relativamente aos ditames económicos se tem vindo a acentuar<sup>72</sup>, verificando-se, sobretudo, entre as classes mais altas e mais escolarizadas.

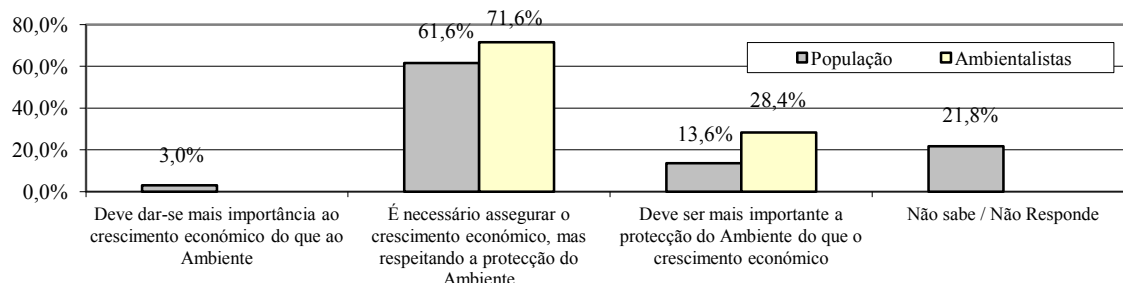
Entre os ambientalistas que responderam ao inquérito, as respostas reúnem-se nas opções ‘é necessário assegurar o crescimento económico, mas respeitando o ambiente’, com 71,6% (mais 10 pontos percentuais que a população em geral ) e ‘deve ser mais importante a protecção do ambiente que o crescimento económico’ com 28,4 %. Mesmo entre os quadros ambientalistas, a realidade económica do país parece ser determinante e, a noção de que é preciso dar atenção ao crescimento (desenvolvimento) económico e, porventura, à satisfação de necessidades básicas das populações (ainda em larga medida por realizar) pode explicar a forte frequência na opção conciliatória da defesa ambiental/economia, até porque um desenvolvimento insuficiente e, sobretudo, uma economia baseada em indústrias arcaicas e com

<sup>71</sup> Cf. João Ferreira de Almeida (coord.) *Op. Cit.*, pp. 82-216.

<sup>72</sup> Cf. Francisco Nunes Correia, «Ambiente e ambientalismos» in Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato (coord.) *Portugal hoje*, Oeiras, INA, 1995, pp. 127-156.

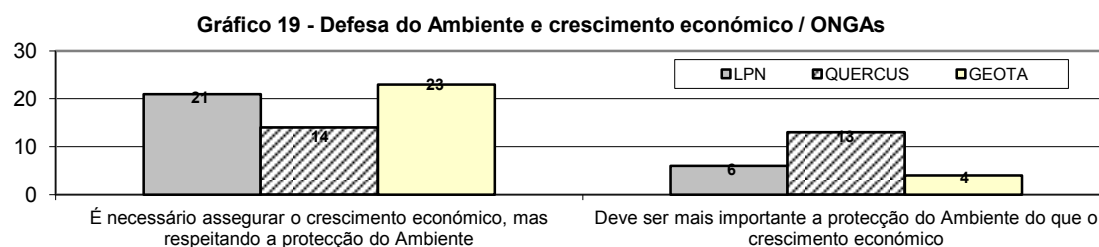
forte pendor poluente, pouco predispostas a suportar os custos das externalidades ambientais, podem ser factores acrescidos de degradação.

**Gráfico 17 — Defesa do ambiente e crescimento económico**



Entre os três grupos — LPN, QUERCUS e GEOTA — destacam-se os inquiridos da QUERCUS que se dividem sensivelmente a meio: 14 defendem que se deve assegurar o crescimento económico, ainda que atendendo à protecção do ambiente, e 13 defendem que se deve dar primazia à defesa do ambiente em detrimento dos ditames económicos. Nos outros dois grupos a preferência é clara na primeira opção.

**Gráfico 18 – Defesa do ambiente e crescimento económico segundo a ONGA**



Tratando-se de um grupo supostamente mais informado e interessado na problemática ambiental, interessava-nos aprofundar a questão do papel desempenhado pelas actividades sócio-económicas na degradação ambiental. Procurámos para tal, aferir da importância atribuída pelos inquiridos a factores como a produção industrial, a explosão demográfica, a industrialização da agricultura, a concentração urbana, a sociedade de consumo e a dinâmica de crescimento capitalista, a pobreza e o subdesenvolvimento e a concentração do poder económico.

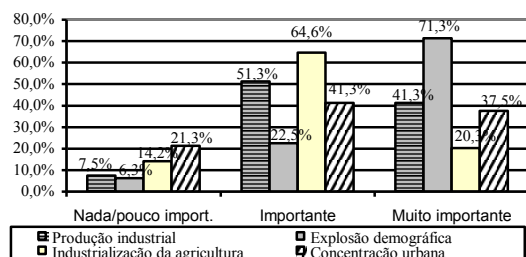
Como seria de esperar entre este tipo de população, as respostas encontram-se esmagadoramente representadas nas categorias que acentuam o papel negativo das diversas actividades e factores de degradação. As duas categorias ‘nada importante’ e ‘pouco importante’ tendem a um peso residual em quase todas as questões em análise, com algumas excepções em que se destacam ‘a concentração do poder económico’ com 30,4% e ‘a concentração urbana’ com 21,4%. Estas representações não são, no entanto, suficientes para contrariar a tendência

geral que, mesmo nestes casos, reflecte um posicionamento crítico dos inquiridos para com estes fenómenos da modernidade.

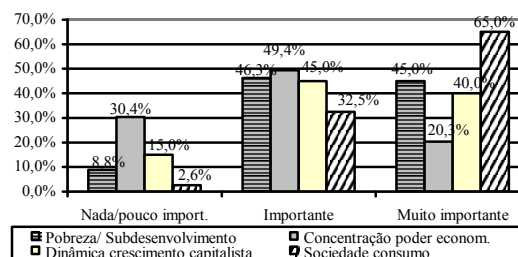
Entre os factores do campo do industrialismo, é a explosão demográfica a mais apontada como muito importante (71,3%), enquanto que no campo do capitalismo se destaca a sociedade de consumo (65%). Apesar da pouca visibilidade e mediatização que a industrialização da agricultura tem alcançado enquanto problema ambiental, parece ser já um dos factores que inquieta os ambientalistas portugueses, porventura mais conscientes dos efeitos sobre os solos e os recursos hídricos. De facto é a questão que maioritariamente é considerada importante (64,6%), sendo ainda muito importante para 20,3% dos inquiridos, situando-se, assim, próxima da própria produção industrial com efeitos perversos muito mais visíveis, que atinge 51,3% e 41,3% nas categorias ‘importante’ e ‘muito importante’.

Entre os factores do capitalismo e para além da sociedade de consumo, a tendência parece ser para um ligeiro decréscimo da importância atribuída, se comparados com os resultados dos factores do industrialismo. Ainda assim só a concentração do poder económico não ultrapassa os 85% de frequências nas duas últimas categorias.

**Gráfico 19** — Grau de importância do industrialismo como factor de degradação ambiental



**Gráfico 20** — Grau de importância do capitalismo como factor de degradação ambiental



De forma a permitir uma melhor comparação de resultados entre os dois grupos de factores — industrialismo e capitalismo — e tendo como objectivo mais abrangente aferir a importância geral atribuída a estas duas dimensões da modernidade na degradação ambiental, ensaiámos dois índices pela aglutinação das oito questões em dois grupos distintos, atribuindo diferentes cotações às várias alternativas de resposta: ‘nada importante’ = 0, ‘pouco importante’ = 0,0625, ‘importante’ = 0,125 e ‘muito importante’ = 0,250. A maior cotação será assim, atingida pelo inquirido que respondeu ‘muito importante’ a todas as questões do índice e corresponderá à unidade<sup>73</sup>.

Como podemos verificar, nos gráficos 21 e 22, existem grandes semelhanças entre os dois índices. A média e o desvio padrão são iguais (0,68 para a primeira e 0,18 para o segundo). As duas dimensões de degradação ambiental da modernidade parecem ser, na

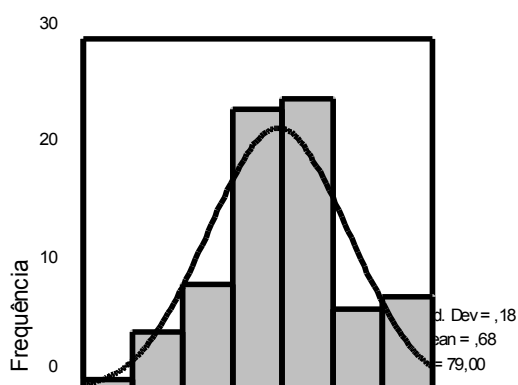
<sup>73</sup> Ver quadros de frequências em anexo.



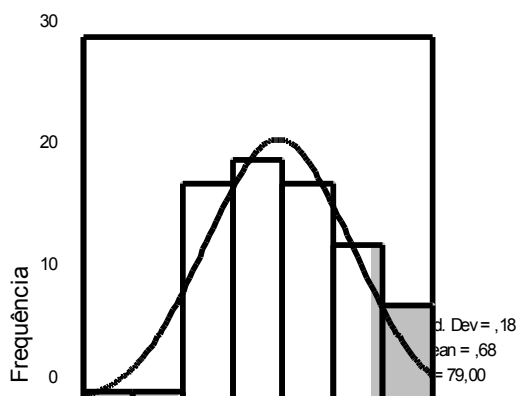
amostra, percebidas como um complexo de imbricadas causas e efeitos que não permitem decidir por um ou por outro campo (sobretudo se encaradas em conjunto).

Algumas diferenças podem, ainda assim, ser apontadas nas duas distribuições. Se no índice-industrialismo, 81% dos inquiridos obteve valores superiores a 0,5 (o que equivale a um grau de preocupação a meio da escala), já no índice-capitalismo a percentagem de inquiridos na mesma situação, não ultrapassa os 74,7%. Comparando os dois histogramas, é nítida uma maior concentração nos valores médios e médio-altos no industrialismo, sobretudo, se comparada com a maior regularidade nos valores atingidos pelo capitalismo. O facto do industrialismo ser, afinal, sinónimo de transformação da natureza e delapidação de recursos, torna muito mais óbvia a ligação à degradação ambiental, facto que poderá explicar uma maior importância expressa por uma significativa parte dos inquiridos.

**Gráfico 21** — Índice ‘industrialismo’ (histograma)



**Gráfico 22** — Índice ‘capitalismo’ (histograma)



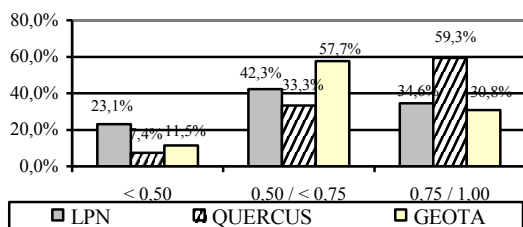
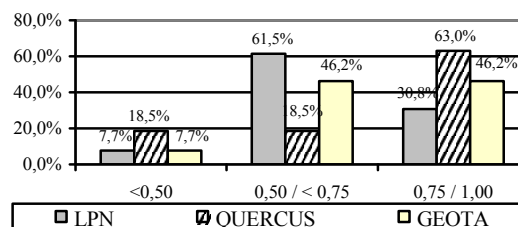
Se o industrialismo permitiu o desenvolvimento do capitalismo, criando novas ferramentas e meios de exploração dos recursos naturais, não pode ser ignorado, como já foi referido, o estímulo permanente que o mercado e a dinâmica de crescimento capitalista em geral representaram para a inovação tecnológica e, por via desta, para a transformação da natureza e delapidação de recursos. Desta imbricação de vários factores concorrentes para a degradação ambiental resulta uma correspondência relativa das frequências registadas nos dois índices, como ilustra o quadro 14. Mais de metade das respostas dão conta de uma igualdade na importância atribuída, quer ao industrialismo, quer ao capitalismo (30,8% atribuem o maior grau de importância aos dois factores e 23,1% registam a mesma igualdade para um grau de importância média). As restantes respostas parecem acentuar, sobretudo, o papel negativo do industrialismo (28,2% das respostas atribuem um grau de importância mais baixo ao capitalismo que ao industrialismo enquanto que a posição inversa só é verificada em 16,6% das respostas).

**Quadro 14** — Cruzamento dos índices ‘capitalismo’ e ‘industrialismo’

<i>Capitalismo</i>	<i>Industrialismo</i>		
	< 0,5	0,5 / < 0,75	0,75 / 1,00
<0,5 (Valores baixos)	1,3%	11,5%	1,3%
0,5/<0,75(Valores médios)	6,4%	23,1%	15,4%
0,75/1,00(Valores elevados)	3,8%	6,4%	30,8%

Nos gráficos 23 e 24, podemos constatar que os elementos da QUERCUS se destacam pela maior frequência nos valores mais elevados em ambos os índices. Os elementos da LPN estão mais representados nos valores médios, com 61,5% no índice ‘industrialismo’ e 42,3% no índice ‘capitalismo’. Os inquiridos do GEOTA, por seu turno, surgem mais representados nos valores médios no índice ‘capitalismo’, enquanto que no índice ‘industrialismo’ atingem a mesma frequência quer nos valores médios, quer nos elevados (46,2%).

Para os três grupos parece evidente uma preocupação indiscriminada em relação a ambas as dimensões, não se vislumbrando, uma vez mais, grandes diferenças de apreciação entre o papel desempenhado pelo capitalismo e industrialismo em qualquer dos grupos. No entanto, os elementos da QUERCUS demarcam-se por uma posição mais acentuadamente crítica.

**Gráfico 23** — Índice ‘capitalismo’ segundo a ONGA**Gráfico 24** — Índice ‘industrialismo’ segundo a ONGA

O efeito multiplicador que industrialismo e capitalismo têm vindo a impor ao processo de degradação ambiental, no entanto, não teria sido possível sem outro aliado de peso. Os espectaculares avanços científicos e tecnológicos que permitiram uma transformação da natureza sem precedentes e, sobretudo na segunda metade do nosso século, uma sobre-exploração crescentemente eficaz dos recursos naturais. Com o advento da modernidade, os riscos que mais ameaçam as sociedades humanas têm origem no próprio homem e, como defende Ulrich Beck, “they depend on a simultaneously scientific and social construction”<sup>74</sup>. A ciência é, para a maior parte dos problemas e riscos ambientais, uma das principais causas, mas

<sup>74</sup> Ulrich Beck, *Risk society: towards a new modernity*, Londres, Newbury Park e Nova Deli, Sage Publications, 1992b (1986), p. 155.

também é o meio mais eficaz para os definir, localizar e avançar soluções, permitindo uma visibilidade social que de outro modo tardaria. A ambivalência da ciência e da tecnologia perante o ambiente resulta desta situação dupla e dúbia que as arrasta para o centro da problemática ambiental.

Se o progresso tecnológico e científico é factor incontestável do desenvolvimento da sociedade produtivista/capitalista e, por esta via, da degradação ambiental a escalas insustentáveis, não será menos verdade que o movimento ecológico depende da investigação, das descobertas e das evidências científicas, sobre as quais desencadeia a maior parte das suas campanhas na defesa do meio-ambiente, procurando legitimar as suas posições com base na “verdade incontestável” da ciência e esforçando-se, normalmente, por apresentar um discurso racional e científico, supostamente livre de opiniões e juízos de valor.

No entanto, a fé incondicional na ciência tem vindo a sofrer um desgaste constante na sociedade actual. Se os princípios da ciência moderna auguravam um futuro assente em certezas fundamentadas na razão e testadas no mundo social e natural contra os dogmas da tradição, não é menos verdade que o progresso científico e do conhecimento em geral se deveu à reflexividade da modernidade. Reflexividade que determina, nas palavras de Giddens, uma ciência que “depende não da acumulação indutiva de provas, mas sim do princípio metodológico da dúvida”<sup>75</sup>.

Se no princípio do século, os sucessos da ciência na luta contra os constrangimentos naturais eram evidentes (nomeadamente na luta contra as doenças infecto-contagiosas), potenciando uma autoridade que se julgou inevitavelmente hegemónica, suportada pelos sucessos obtidos, com promessas de ultrapassar os constrangimentos naturais, neste fim de século é a própria ciência que traz a lume as fraquezas e dificuldades inerentes ao processo do conhecimento científico. “Sciences are now being confronted with their own objectivized past and present — with themselves as product and producer of reality and of problems which they are to analyze and overcome”<sup>76</sup>. É assim que a própria ciência, numa atitude reflexiva, se vê como fonte de duas bicas: fonte de soluções para os problemas actuais e, seguramente, fonte de muitos dos mesmos problemas. É esta atitude que impõe o abandono do tabu racional científico inquestionável. A ciência de hoje, mais do que procurar ultrapassar as dependências e dificuldades naturais, tem por tarefa primeira a localização, definição e distribuição dos erros e riscos produzidos em grande parte pela sua própria actividade passada.

Na fase actual da ciência (ciência reflexiva), os diversos campos científicos são confrontados com o resultado da sua prática anterior, com uma natureza transformada em que o peso dos elementos antropogénicos (científico-tecnológicos) são determinantes e os seus efeitos

---

<sup>75</sup> Anthony Giddens, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>76</sup> Ulrich Beck, *Op. Cit.*, p. 156.

secundários, muitas vezes inesperados, impõem novas leituras e interpretações da realidade que questionam a própria ciência e as suas consequências no mundo natural e social.

Com o declínio das teses positivistas e com o progressivo reconhecimento da precariedade e provisoriedade do conhecimento científico, agora vista como uma entre outras formas de perceber e compreender a realidade, a ciência e os cientistas renunciaram à ideia de uma verdade última e incontestável. Como defende Francois Jacob, “no final deste século XX deveria ser claro para todos que nenhum sistema explicará o mundo em todos os seus aspectos e todos os seus pormenores. Ter contribuído para pôr termo à ideia de uma verdade intangível e eterna talvez não seja um dos menores títulos de glória do método científico”<sup>77</sup>.

Na modernidade reflexiva, a autoridade normalmente associada às convicções científicas já não é tão isenta, independente e inequívoca. Na prática, e devido à complexidade e correlações da realidade, segundo Steven Yearley “é geralmente impossível aos cientistas recolher toda a informação a que eles gostariam de ter acesso antes de ter que se decidir por uma determinada interpretação teórica. As convicções teóricas dos cientistas não são, portanto, inteiramente decididas apenas em função da evidência empírica de que dispõem”<sup>78</sup>.

Se as organizações ambientalistas e ecologistas se apropriam tanto quanto podem do discurso científico<sup>79</sup>, invocando o saber especializado e esforçando-se por recrutar para as suas fileiras o maior número de cientistas possível, a autoridade que daí lhes advém está longe de ser aproblemática. Para Steven Yearley, “a primeira vertente em que a ciência se revela como um aliado ‘de pouca confiança’ do movimento verde é ao nível empírico. Em comparação com os movimentos sociais que fazem apelo a uma ortodoxia ou a um líder carismático, os movimentos declaradamente científicos deparam com um grande número de desvantagens de ordem prática. Os cientistas podem não ter resposta para todas as questões, da mesma maneira que aceitam o princípio de que o seu conhecimento é revogável e incompleto”<sup>80</sup>. A natureza limitada e provisória do conhecimento científico pode tornar-se por isso uma desvantagem para os movimentos ambientalistas nela apoiados, sobretudo no campo da ecologia onde ainda se assiste a um baixo grau de desenvolvimento teórico, onde a incerteza radica na complexidade intrínseca dos fenómenos de grande escala que têm lugar no sistema mundo em que entram em interacção uma infinidade de factores e condicionantes e quando se conta com uma opinião pública ávida de respostas seguras que inspirem a confiança que os sucessivos acidentes ecológicos têm vindo a debelar.

<sup>77</sup> François Jacob, *O jogo dos possíveis*, Lisboa, Gradiva, 1985 (1981), p. 11.

<sup>78</sup> Steven Yearley, *A causa verde: uma sociologia das questões ecológicas*, Oeiras, Celta Editora, 1992a (1991), p. 121.

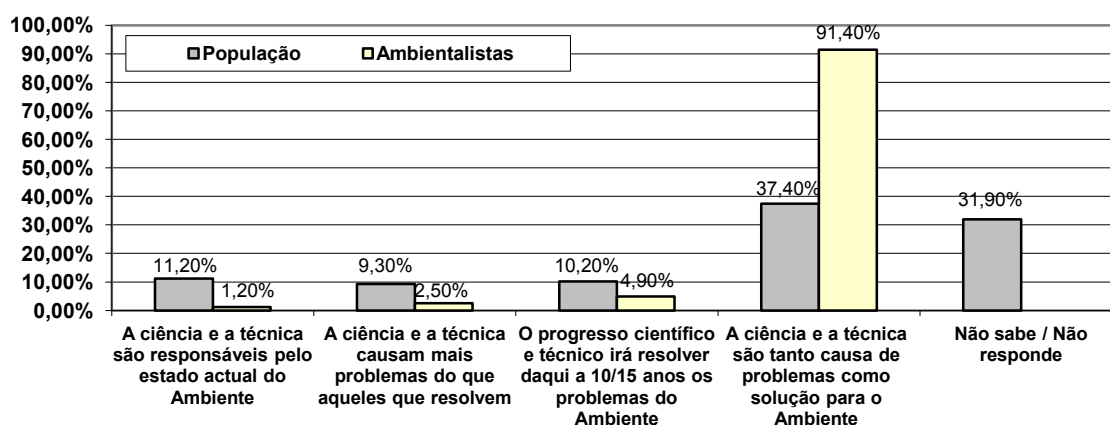
<sup>79</sup> Os resultados do inquérito realçam esta ligação privilegiada entre a mais antiga das associações ambientalistas portuguesas (LPN) e a Faculdade de Ciências.

<sup>80</sup> Id., *Ibidem*, p. 127.

Ultrapassar estas dificuldades é tarefa que não se apresenta fácil mas a pluralidade do conhecimento científico não implica apenas e necessariamente perda de credibilidade. É exactamente a discussão e a pluralidade que permitem superar erros e práticas insustentáveis do passado, ultrapassando as consequências nefastas da ciência pela racionalidade da própria ciência. É assim que “science not only experiences a rapid diminution of its public credibility, but also opens new fields of activity and application for itself”<sup>81</sup>. Os problemas ambientais, produzidos e reconhecidos pela ciência estão na origem da sociedade de risco e da modernidade reflexiva, utilizando as expressões de Beck<sup>82</sup>. Reflexividade que, se por um lado tende a diminuir as barreiras entre o conhecimento leigo e o conhecimento científico, pela discussão e reflexão que provoca, incentiva antes de mais “a new expansion of science because the problems created by science can only be understood and solved by science”<sup>83</sup>.

Daí a importância que os resultados expressos no gráfico seguinte podem encerrar. Fonte potencial de soluções para uma crise ambiental global de que ela própria está na origem, os posicionamentos e as representações da tecnociência reflectem essa ambiguidade. Entre os ambientalistas, é esmagadora a escolha da proposição ‘a ciência e a técnica são tanto causa de problemas como solução para o ambiente’ (91,4%). Já entre a população em geral é notória uma maior pluralidade de posições e o desconhecimento da matéria estará na origem da larga percentagem de ‘não respostas’ (31,9%). Tal como entre os ambientalistas, ainda que com uma percentagem significativamente inferior, é a preposição que atribui à ciência e a técnica tanto a origem dos problemas como a fonte das possíveis soluções, a que maior adesão conseguiu (37,4%).

**Gráfico 25 — Relação da ciência e da técnica com o ambiente**



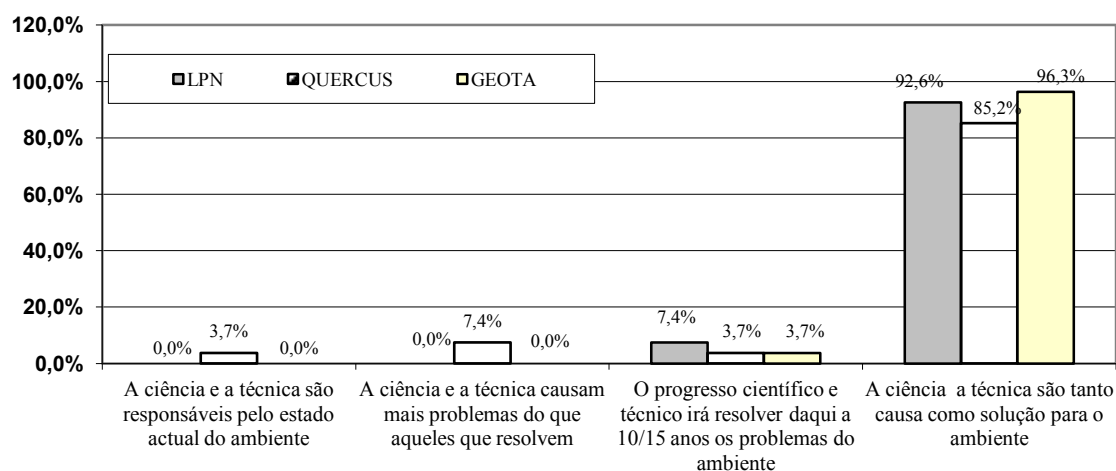
<sup>81</sup> Ulrich Beck, *Op. Cit.*, p. 161.

<sup>82</sup> Cf. Id., *Ibidem*.

<sup>83</sup> Raymond Murphy, «Sociology as if nature did not matter: an ecological critique», *The British Journal of Sociology*, 46 (4), 1995, p. 701.

Se a ciência pode ser um aliado de pouca confiança para os ambientalistas, origem dos mais graves problemas ambientais globais, é dela que ainda se esperam as soluções técnicas. A ciência é afinal produto humano e cabe aos humanos utilizá-la da melhor maneira. O gráfico que se segue mostra claramente que a posição entre os ambientalistas é unânime. Os três grupos aglutinam as respostas na categoria que atribui de igual modo responsabilidades e potenciais soluções ao campo científico e à tecnologia, no processo de degradação ambiental..

**Gráfico 26** — Relações da ciência e da técnica com o ambiente segundo a ONGA





### 5.1. Natureza: uma ideia com história

Resultado de milénios de intervenção e apropriação humanas do mais próximo ao mais recôndito *habitat* terrestre, o enorme impacte natural da actividade social, forçou a emergência de uma consciência ecológica que reposiciona o Homem perante a natureza, reequilibrando o lugar da humanidade na biosfera de que faz parte e integrando a acção humana num complexo sistema de interacções que, a um só tempo, são produto e produtoras de um futuro globalmente partilhado e interdependente. Natureza e sociedade não podem mais ser entendidas como duas realidades autónomas. Na modernidade avançada, a sociedade no seu conjunto e todos os seus subsistemas — economia, política, cultura ... — só podem ser plenamente compreendidos se integrados na relação interdependente que desenvolvem com a natureza, da mesma forma que a própria natureza — o entendimento que dela se faz — depende das relações sistémicas sócio-naturais estabelecidas<sup>84</sup>.

Como refere Raymond Murphy, “humans construct their sense of reality and their understanding of it. They exert an effect on nature by manipulating it according to their goals, and *in* the process unleash unexpected forces of nature and new forms of social-natural interaction, which affect social action<sup>85</sup>. Porque se trata de uma relação dinâmica com consequências para ambos os lados, a acção humana sobre a natureza tem efeitos imprevistos sobre a própria humanidade, condicionando, consequentemente e ao mesmo ritmo, diferentes concepções e representações de natureza e de ambiente, decerto sob influência das condições sociais existentes, do grau de degradação e delapidação a que se assiste, da progressiva afectação das condições de vida das populações, e das diferentes áreas e graus de competência técnico-científica que possibilitam diferentes interpretações da realidade e diferentes níveis de consciencialização ambiental.

No despertar desta consciência ecológica, as primeiras políticas de carácter ambiental postas em prática pelos estados modernos eram demasiado limitadas a uma perspectiva conservacionista. Quer isto dizer que existia uma demarcação clara entre aquilo que se considerava positivo (a natureza) e aquilo que a ele se opunha (a acção humana), principal

---

<sup>84</sup> Cf. Ulrich Beck, *Op. Cit.*

<sup>85</sup> Raymond Murphy, *Op. Cit.*, p. 704.



factor de destruição da natureza e do meio físico<sup>86</sup>. Assim surgiram, já no século passado, as primeiras reservas naturais que pretendiam reduzir o impacto da civilização em certas zonas de riqueza ou raridade ecológica.

Já nessa altura se percebera que, com o advento das sociedades capitalistas e do industrialismo, a relação de equilíbrio — por definição continuamente precário — que se mantivera por milénios, se vinha transformando numa relação de permanente desequilíbrio relativo, assente na maneira de encarar o ambiente e os recursos naturais, como algo que existe para suprir as necessidades e anseios humanos, ignorando e ultrapassando por meios tecnológicos, os condicionalismos naturais. Chegámos a uma época em que a acção humana alterou radicalmente a face do planeta, fazendo perigar equilíbrios ancestrais e, com eles, a própria sobrevivência da humanidade. Como diria Giddens, “a natureza, enquanto fenómeno exterior à vida social, chegou, num certo sentido, ao ‘fim’”<sup>87</sup>, o que reforçou a urgência de preservação do que ainda existe.

O retorno à natureza e o abandono de estilos de vida assentes em artifícios criados para suplantam os condicionalismos naturais que, afinal, se mostraram contraproducentes (mais cedo ou mais tarde, os limites naturais impõem custos acrescidos), tem vindo progressivamente, a ganhar adeptos. Ambiente e natureza entraram definitivamente para o vocabulário recorrente dos *media* e dos políticos e, apesar de diferentes níveis, é crescente a adesão popular às políticas e organizações de protecção ambiental. Conceitos que, no entanto, frequentemente se confundem e surgem pouco claros. Em Portugal, como noutros pontos do globo, dificilmente falaremos das mesmas coisas quando se invocam a natureza ou o ambiente. O contexto, as vivências das populações, a escolaridade, os estratos sociais e a maior ou menor exposição a eventuais perigos e à degradação ambiental determinarão, por certo, diversas ideias e formas de os pensar e representar.

Para além da diversidade social e dos diferentes impactes ambientais a que se é exposto, há factores marcados pela própria evolução social que impõem reformulações contínuas dos dois conceitos. Estando o mundo natural actual quase completamente socializado — transformado e reformulado ao longo dos séculos por uma apropriação humana cada vez mais eficaz — falar de natureza será, por certo, falar também de uma construção social e, seguramente para a população urbana, não se consubstanciará nos mesmos pressupostos que para a população rural já que, como refere Claude Raffestin, “les images que nous en avons ne sont que la résultante de l’usage que nous en faisons”<sup>88</sup>. A diversidade de representações sociais de natureza será, assim, fruto de outras tantas construções sociais que resultam da afirmação e

<sup>86</sup> Cf. João Lutas Craveiro, *Estudos de impacto ambiental: uma contribuição sociológica — a emergência do público nas audiências*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995.

<sup>87</sup> Anthony Giddens, *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1991), pp. 3-4.

<sup>88</sup> Claude Raffestin, «De la nature aux images de la nature», *Espaces et Sociétés*, 82-83, 1996, p. 38.

do papel desempenhado pelas diferentes comunidades no meio envolvente. Legitima-se, deste modo, a intervenção humana no meio natural e enquadram-se as interrogações, os medos e as incertezas das diferentes sociedades em relação ao meio físico envolvente (se a natureza é frequentemente representada pelo papel de mãe — a mãe natureza —, alturas há em que alterna com o papel de madrasta, origem de catástrofes e cataclismos naturais).

A ideia de natureza (o que as sociedades e comunidades convencionam chamar “natureza”), sintetiza, assim, o resultado de uma relação que, para Claude Raffestin, é sempre de utilização, de apropriação ou de uso. Para o autor não há uma ideia única de natureza, como não há definições únicas para os objectos naturais. Uma e outros resumem-se a expressões culturais das relações humanas com o que lhe é exterior e utilitário. O conhecimento puro da natureza (a natureza em si) torna-se impossível pela simples mediação da cultura humana porque “les intentions de connaître sont formulées à partir d’un système d’actions dont l’objectif est de contribuer à sa propre pérennité. En conséquence, les décisions prises le sont toujours par rapport à cet horizon sur lequel se profile la survie ou la mort”<sup>89</sup>. A história da natureza é a história dos diferentes medos e das diferentes incertezas sociais. Papel tão mais reforçado nos nossos dias, quanta a visibilidade dos sinais de crise ecológica e os riscos ambientais locais e globais que assumem uma função determinante no despertar da consciência ambiental, estando mesmo na origem de novas formas de abordagem do mundo e de novos paradigmas sociais.

Se as interrogações e os medos, as necessidades e as aspirações da humanidade deram corpo a uma ideia de natureza que legitimou uma devastação de recursos que se tem vindo a acentuar, são os mesmos sentimentos e anseios, agora desencadeados pela degradação ambiental e pela eminência da crise ecológica, que originam novas representações sociais da natureza e do próprio papel da humanidade no sistema ecológico. Ainda assim, as diferentes ideias de natureza continuam a resultar das diversas relações estabelecidas entre o mundo social e o mundo natural, criações humanas que legitimam uma posição social para com a natureza e os recursos naturais. O que há de novo, afinal, é uma nova percepção das relações entre os dois campos, crescentemente entendidos como parte de um mesmo sistema global sócio-natural. Hoje em dia, o mundo natural é cada vez mais percepcionado como fonte externa de limites à actividade humana, mas é também o mesmo mundo natural a principal fonte de potencialidades para o desenvolvimento social. Como nota Raymond Murphy, “nature consists not only of static limits, but also of a dynamic development, of processes and not just conditions, of relationships as well as constraints”<sup>90</sup>.

A que fazem, então, referência os inquiridos quando se evoca a natureza? Segundo os resultados do inquérito levado a cabo pelo *Observa*, as representações da natureza, entre os

---

<sup>89</sup> Id., *Ibidem*, p. 40.

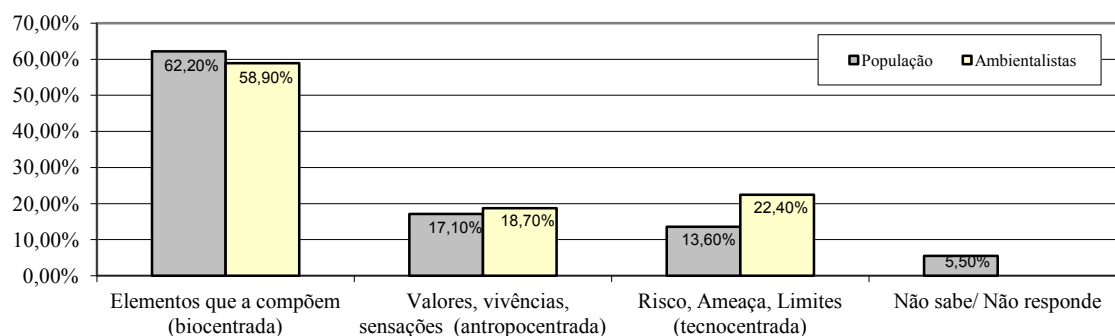
<sup>90</sup> Raymond Murphy, *Op. Cit.*, p. 703.

portugueses, parecem conservar uma conotação positiva, centradas numa imagem, sobretudo, apoiada nos elementos que a compõem — vegetais (árvores, florestas, espaços verdes ...), naturais e meteorológicos (ar, sol, mar ...) e espaços naturais menos humanizados (campo, montanha ...). Esta percepção vincadamente biocentrada registou 62,2% das respostas. Com 17,%, surge uma concepção mais abstracta que associa a natureza a valores, vivências, práticas e sensações pessoais, tais como a calma, a liberdade, a beleza das paisagens etc. Por último, uma visão mais negativa que realça os efeitos da acção humana sobre a natureza, os perigos e as ameaças que daí advêm e a necessidade de inverter o processo. Esta concepção ‘ameaça’ que põe em evidência a degradação da natureza recolhe 13,6% do total das respostas a nível nacional.

Ainda que seguindo uma estratégia diferente<sup>91</sup>, mas tendo como ponto de partida os resultados deste primeiro inquérito, propusemos aos inquiridos das organizações ambientalistas a escolha de quatro entre dezoito, das palavras e expressões que mais associavam à natureza.

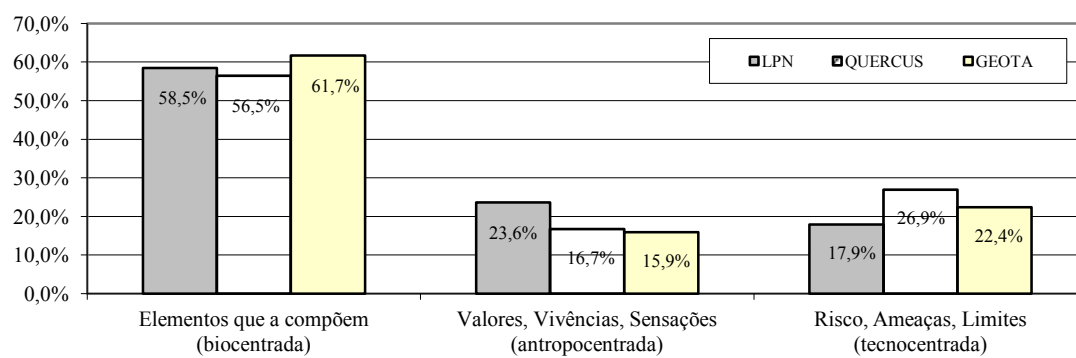
O resultados (agregando todas as respostas), como podemos constatar no gráfico 27, reflectem posições semelhantes às da população em geral. Destaca-se, ainda assim, um maior peso de respostas na categoria ‘risco, ameaças e limites’ entre os ambientalistas que atingem 22,4% do total das respostas, acentuando os efeitos perversos da acção humana sobre a natureza e os malefícios daí decorrentes para a sociedade.

**Gráfico 27 — Representações da natureza**



Entre os ambientalistas, como podemos verificar, as diferenças também não são de monta. A natureza parece ser globalmente consensual ainda que as maiores percentagens atingidas em cada uma das categorias se repartam pelas três ONGAs. Na categoria tecnocêntrica a QUERCUS, na antropocêntrica a LPN e na biocêntrica o GEOTA. Trata-se, no entanto, de pequenas diferenças que não permitem senão a constatação de ligeiras tendências que não revelam divergências substanciais.

<sup>91</sup> No inquérito lançado aos portugueses pelo *Observa*, foram formuladas duas questões abertas que possibilitaram respostas espontâneas dos inquiridos.

**Gráfico 28** — Representações da natureza segundo a ONGA

## 5.2. Ambiente: uma ideia em construção

Tratando-se de um conceito em emergência, ainda em formação e tão abrangente que, ao limite, inclui a biosfera inteira e os elementos que a suportam, sem esquecer a própria sociedade humana, o conceito de ambiente ganha um significado demasiado vago (sobretudo fora dos meios académicos e científicos). É ainda vulgar identificar-se o ambiente “essencialmente com paisagem natural, fauna e flora, verde urbano, ...; referencia-se ‘qualidade do ambiente’, sobretudo, aos problemas de poluição física (ar, água, ...) e ‘visual’ (i.e. quase todas as intervenções humanas sobre o fundo natural).”<sup>92</sup>. O ambiente resume-se frequentemente — porventura herança das primeiras políticas conservacionistas já referidas — aos valores naturais e às ameaças que recaem sobre a natureza. Esta ideia de ‘ambiente-natureza’ deixaria de fora o espaço de interacção entre sociedade e natureza, e a ideia fundamental de que se trata, afinal, de um conjunto de relações entre vários sistemas naturais e sociais, com efeitos directos ou indirectos sobre a vida dos seres vivos (em que se inclui o próprio Homem), numa imbricada interrelação que não mais é possível ignorar. Até porque, e de acordo com a própria Estratégia Mundial de Conservação elaborada sob a égide do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), “o entendimento segundo o qual a conservação dos recursos vivos é um sector isolado, ao invés de um processo que agrupa todos os sectores e que deveria ser tomado em conta por todos os sectores e a não integração da conservação no desenvolvimento”<sup>93</sup> são obstáculos maiores à própria conservação da natureza.

A tendência actual, no entanto, parece apontar para uma inserção progressiva da natureza no âmbito mais vasto da protecção do ambiente e do desenvolvimento, adivinhando-se já uma demarcação do conceito de ambiente que tem vindo a ganhar autonomia, a um primeiro tempo entre os especialistas e, por arrastamento, entre os *media* e a sociedade em geral. Ainda assim, resiste um certo pendor para um acantonamento do conceito aos aspectos mais negativos e mais imediatos da poluição e da degradação ambiental, realçando os fenómenos que, de alguma forma, afectam as comunidades, sem que se faça a ligação ao sistema global para além dos efeitos mais evidentes.

---

<sup>92</sup> Id., *Ibidem*, p 19.

<sup>93</sup> Luísa Branco, «Legislação e organizações internacionais — conservação da natureza», *O Verde – Revista de Ambiente e Património*, Número especial 2, 1992, p. 14.

As várias representações de ambiente que acentuam mais uma ou outra dimensão dão origem, fundamentalmente, segundo a proposta de J. Theys, a três grandes concepções que corresponderão a distintos estágios de autonomização do ambiente em relação à natureza<sup>94</sup>. São elas:

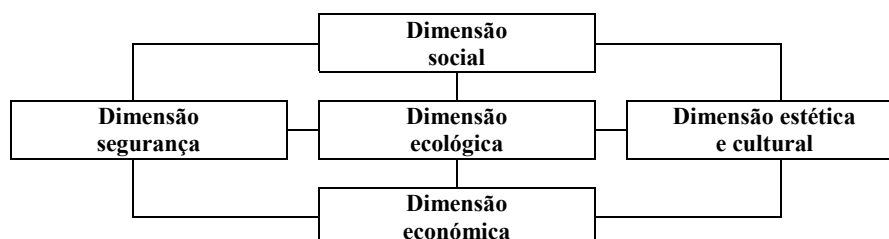
- a) **Concepção objectiva e biocêntrica.** O ambiente é concebido enquanto aglomerado de elementos naturais e suas relações e interdependências, pouco se distanciando do próprio conceito de natureza. O próprio Homem e a sociedade surgem representados enquanto organismos naturais, dependentes como quaisquer outros das leis e funcionamento da natureza. O interesse pelo ambiente não traduzirá mais, de acordo com esta concepção, que a crescente tomada de consciência de pertença do subsistema social ao sistema mais vasto da biosfera.
  
- b) **Concepção subjectiva e antropocêntrica.** Se na concepção objectiva o homem se deve adaptar às leis e condições naturais, na concepção subjectiva os problemas ambientais só ganham visibilidade na medida em que afectam o próprio homem. O ambiente afirma-se aqui como espaço de relações entre o Homem e o seu meio (natural ou construído), e é neste espaço em que a sociedade engloba a natureza e determina a sua evolução, que ganham sentido termos como ‘uso’, ‘recursos’, ‘património’, ‘delapidação’, ‘preservação’, ‘acesso’, etc. Ao limite, a defesa do ambiente e a preservação de recursos, mais não fazem do que pugnar pela manutenção das condições necessárias à sobrevivência da própria humanidade.
  
- c) **Concepção objecto-subjectiva e tecnocêntrica.** A ideia de que o Homem e o seu meio (natural e construído) fazem parte de uma relação interdependente, condicionando-se mutuamente, está na base da concepção tecnocêntrica que por isso incorpora simultaneamente uma visão objectiva e subjectiva. O conceito de ambiente nesta concepção projecta a existência de relações de transformação recíproca num processo dialéctico de acção e reacção, efeitos e contra-efeitos, que realçam a capacidade de adaptação dos vários elementos. Sociedade e natureza tendem, assim, a integrar-se cada vez mais, pelo que o destino de uma determinará, por certo, o futuro da outra. Trata-se de uma definição que concebe o ambiente como um conjunto de limites, de disfuncionalidades, de riscos ou de problemas que interessa resolver tendo em conta as interacções do sistema global.

---

<sup>94</sup>Cf. Jacques Theys, *Op. Cit.*, p. 3.

Cultura e natureza integradas num sistema global (ainda que de diferentes formas e sublinhando mais um ou outro dos componentes) resultam nas diversas concepções de ambiente que, em larga medida, se complementam ainda que possam dar conta de visões mais ou menos irredutíveis das relações sociedade/natureza. O ambiente é pluridimensional, resultado da confluência de várias realidades num espaço e num tempo determinado. Como defende Theys, “a vouloir separer les unes des autres, on ne peut que parvenir à une perception tronquée et mutilante de ce qui fait la richesse du concept d’environnement”<sup>95</sup>. Um conceito integrado de ambiente que não esqueça esta imbricação de realidades incorporará, ainda segundo Theys, cinco grandes dimensões que lhe darão forma, num processo progressivo de consolidação social.

**Quadro 15** — Dimensões do ambiente<sup>96</sup>



A **dimensão ecológica** é, como já vimos, central no desencadear da problemática ambiental. Theys associa-lhe a preservação da natureza, a diversidade biológica e as condições para a reprodução dos ecossistemas. Tal tarefa abrangente, implica uma reorientação de comportamentos e uma maior racionalização da utilização dos recursos naturais que são limitados. Nos objectivos associados à **dimensão económica** pode incluir-se a promoção da defesa da diversidade, agora sob uma perspectiva de recursos. Impor limites à delapidação de recursos naturais é, antes de mais, prevenir o colapso económico e possibilitar a manutenção de um desenvolvimento sustentável (responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras responderem às suas próprias necessidades). Trata-se ainda, numa outra perspectiva, de garantir a eliminação ou redução dos riscos e perigos ambientais, (**dimensão de segurança**) e promover a melhoria das condições de vida das populações ameaçadas por uma poluição a rarefacção de recursos crescentes, não esquecendo a promoção de novos hábitos e atitudes que tal possibilitem (**dimensão social**). Por último, e da mesma forma que é necessário manter em aberto as opções das gerações futuras (preservando os recursos, desde já), torna-se premente a defesa da diversidade cultural, cuja heterogeneidade

<sup>95</sup> Id., *Ibidem*, p. 46.

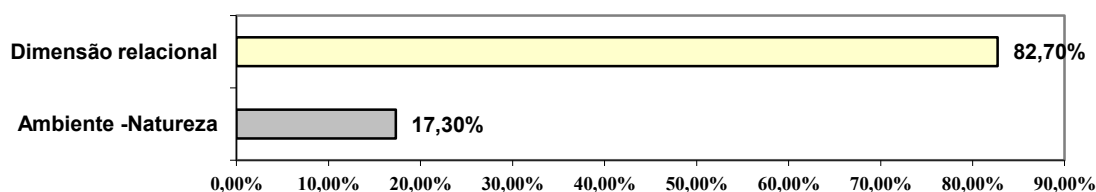
<sup>96</sup> Id., *Ibidem*, p. 45.

parece adequar-se melhor a uma coexistência com a diversidade biológica. Tal como os valores naturais é a própria cultura humana — pelo menos alguns segmentos dela — que surge ameaçada por uma homogeneização global crescente (**dimensão estética e cultural**).

A multiplicidade de discursos sociais que se vão construindo sobre ambiente e natureza resulta não só desta malha complexa de factores constitutivos, como da intervenção de um conjunto de outros condicionantes sociais: a cultura, a história individual e colectiva, as condições de vida, o grau de integração social, as trajectórias sócio-profissionais, os níveis de escolaridade, etc. Desta dupla complexidade resulta a impossibilidade de consenso, não só entre a população leiga, como entre os especialistas, também eles influenciados por ‘escolas de pensamento’, ideologias e condições sociais particulares. O que está em causa é uma construção social permanente, fundada entre o espaço público e o espaço privado, entre cultura e natureza, num cruzamento de lógicas do vivido (saber de experiências feito) e do saber técnico-científico<sup>97</sup>.

As representações do ambiente parecem ganhar autonomia, distanciando-se gradualmente das representações da natureza. De acordo com os resultados do inquérito lançado aos portugueses, 10,5% das respostas definiram ambiente como espaço de convívio/sociabilidades/amizade (ambiente sócio). Dos restantes 89,5%, como podemos ver no gráfico 29, apenas 17,3% das respostas definem ambiente como sinónimo ou próximo de natureza, numa concepção manifestamente biocêntrica.

**Gráfico 29** — Autonomização do conceito de ambiente entre a população



Nas restantes respostas, ainda que não seja possível destrinçar, com um grau aceitável de confiança<sup>98</sup>, uma concepção antropocêntrica — a defesa do ambiente é antes de mais a defesa da qualidade de vida das populações humanas presentes e futuras — de uma concepção tecnocêntrica — visão sistémica que realça a interdependência num sistema global entre sociedade e natureza — o olhar subjectivo que parte de uma percepção da realidade segundo os interesses do próprio sujeito, parece ser transversal a todas as categorias expressas no quadro 16. Entre os portugueses, o ambiente parece autonomizar-se da natureza assumindo, sobretudo, uma

<sup>97</sup> Cf. Id., *Ibidem*.

<sup>98</sup> Tratando-se de uma pergunta aberta as respostas surgiram menos claras.



concepção antropocêntrica, isto é, decodificando a realidade de acordo com as consequências (sobretudo negativas) com implicações na sua própria qualidade de vida.

**Quadro 16** — Significado do ambiente para a população portuguesa

Concepção moral e ética (Conservação/equilíbrio/harmonia, valorização abstracta, respeito, vida, etc.)	8,5%
Concepção política e social (Participação, civismo, informação, organização, etc.)	2,4%
Concepção — Poluição/Natureza (Relação Homem/natureza, poluição, espécies, natureza, água, ar, recursos, etc.)	34,1%
Quadro de vida /Experiência pessoal (Saúde, espaços verdes, ruído, alimentação, qualidade de vida, sujo/limpo, cheiros, etc.)	26,0%
Outros	6,6%
Concepção sócio (Ambiente social e humano, ‘convívio, ‘amizade’)	10,5%
Não sabe/Não responde	12,0%

**Fonte:** João Ferreira de Almeida (coord.), *Op. Cit.*, p. 24.

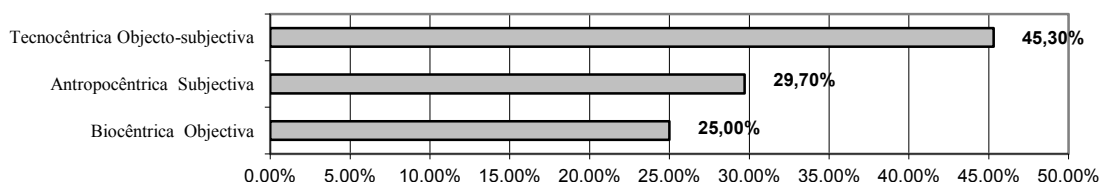
Fruto do contraste entre uma visão leiga e uma visão mais técnica e informada sobre a problemática ambiental, as representações do ambiente marcam a diferença entre a população em geral e os ambientalistas. É esta percepção técnica que associa os efeitos da acção humana sobre os elementos naturais e as consequências ambientais daí decorrentes, com implicações no desenrolar da vida social (concepção tecnocêntrica) que sobressai no conjunto de respostas dos ambientalistas (45,3% das respostas), como ilustra o gráfico 30.

As frequências na concepção biocêntrica do ambiente atingem um quarto das respostas, ou não tivessem as organizações ambientalistas raízes no pensamento científico-natural e conservacionista, tão válido hoje como ontem, já que a delapidação de recursos implica uma crescente pressão sobre as condições de reprodução natural e a biodiversidade em geral. Trata-se, ainda assim, da concepção menos frequentada entre este grupo, abaixo mesmo, da concepção antropocêntrica que, entre os eco-militantes atinge os 29,7%. Ainda que a demarcação do conceito de ambiente comece já a verificar-se entre a população em geral, é entre os ambientalistas que melhor se exprime e onde surge, sobretudo, como um campo de interdependências e retroacções num único sistema global em que a humanidade é apenas um dos elementos.

Seja por uma concepção mais sistémica (tecnocêntrica) ou mais imediata que reage aos efeitos nefastos sobre a qualidade de vida humana (antropocêntrica), parece inegável que a descolagem do conceito ambiente, se prende com a constatação dos limites que a serem

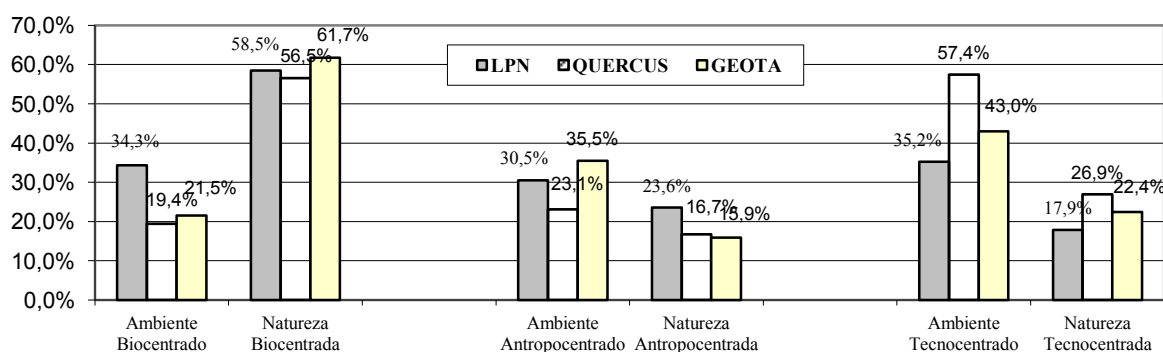
ultrapassados põem em causa o planeta tal como hoje o conhecemos. Conceito que, parafraseando Soromenho-Marques, está “marcado pela história recente, ele é a natureza – posta-em-perigo pelo agir tecnocientífico humano”<sup>99</sup>.

**Gráfico 30** — Representações do ambiente entre os ambientalistas



Mas se entre população em geral e ambientalistas as diferenças são notáveis, que factores poderão influenciar estas diversas concepções de ambiente? Um maior conhecimento técnico-científico será decerto determinante na maior descolagem deste conceito entre os ambientalistas, mas entre as três organizações que, como já vimos, estão representadas na amostra por sensibilidades e áreas distintas do conhecimento, poderão assinalar-se diferenças significativas?

**Gráfico 31** — Representações da natureza e do ambiente segundo a ONGA



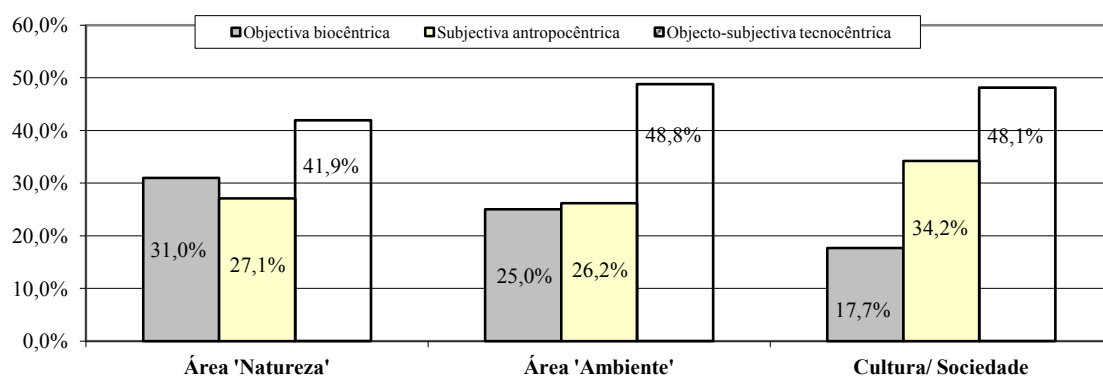
O gráfico 31 torna clara a concentração de respostas na categoria biocêntrica para a natureza, enquanto que o ambiente está maioritariamente representado na concepção tecnocêntrica. Comparando o comportamento dos diferentes grupos de inquiridos, nota-se uma maior preferência pelas categorias tecnocêntricas entre os inquiridos da QUERCUS (acentuando-se a tendência nas respostas relativas ao ambiente). Tendência inversa parece existir nos inquiridos da LPN que obtêm os maiores valores nas categorias biocêntricas quer para a natureza, quer — ainda que com valores substancialmente mais baixos — no ambiente. O grupo da LPN divide-se, aliás, quase equitativamente pelas três concepções do ambiente, enquanto que os inquiridos do GEOTA e, sobretudo, os da QUERCUS evidenciam um

<sup>99</sup> Viriato Soromenho-Marques, *Op. Cit.*, 1998, p. 131.

escalonamento nas preferências, com os valores menos representativos na concepção biocêntrica, aumentando na concepção antropocêntrica e atingindo as maiores percentagens na concepção tecnocêntrica do ambiente.

Estando as áreas de formação académico-científica diferentemente representadas entre os três grupos, interessa perceber se reside aí a origem das diversas concepções/representações do ambiente.

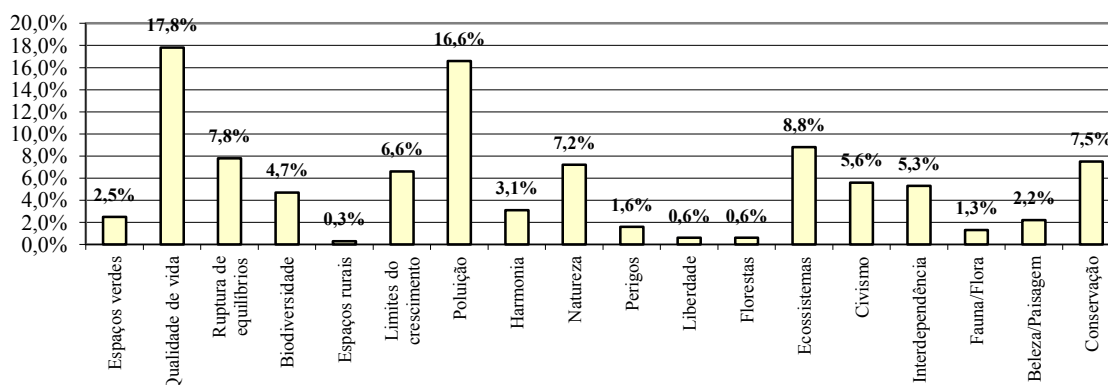
**Gráfico 32** — Representações do ambiente segundo as áreas de formação dos ambientalistas



Ainda que não parecendo determinante, é na área de formação ‘natureza’ — onde predomina a Biologia entre outras ciências naturais — que o peso das representações biocêntricas se acentua. Inversamente, no grupo ‘cultura e sociedade’, onde as concepções tecnocêntricas atingem as maiores percentagens, o peso das representações biocêntricas tende a diminuir. Apesar disso, a concepção tecnocêntrica — confluência de factores antropogénicos e biofísicos — parece imperar em qualquer das áreas, mesmo entre as ciências naturais.

Analisando agora as respostas desagregadas pelas dezoito itens propostos, tendo em mente a multidimensionalidade do conceito ambiente sugerido por Theys — ainda que os diversos factores não sejam eles próprios unidimensionais — destacam-se, desde logo, com frequências acima dos 15%, a ‘qualidade de vida’ (evidenciando a importância atribuída à dimensão social do ambiente) e a ‘poluição’ (que realça o peso da dimensão de segurança, mas que se prende também, com questões estéticas, económicas ou ecológicas).

A um segundo nível, entre os 5 e os 10%, surgem a ‘ruptura de equilíbrios’, ‘a natureza’, ‘a interdependência’ e ‘os ecossistemas’ (dimensão ecológica); ‘os limites do crescimento’ (dimensão económica); ‘o civismo’ (dimensão social) e ainda ‘a conservação’ (que podemos integrar numa dimensão ecológica, mas também estética/cultural e mesmo económica).

**Gráfico 33** — Conteúdos das representações do ambiente entre os ambientalistas

A multiplicidade de conteúdos resulta, assim, desta malha de factores em interacção (eles próprios multidimensionais) que dificilmente esgotam a abrangência do conceito. O que parece evidente, no entanto, é a importância atribuída aos factores antropogénicos, determinantes para a concepção e avaliação do estado actual do ambiente.

Tem sentido, citando Francisco Ferreira, “falar desta interligação das relações entre o Homem e o espaço que, praticamente, acaba por ser sempre um espaço humanizado”<sup>100</sup>. O ambiente, desta feita nas palavras de Conceição Martins, “é um complexo cultural, social, económico, político, religioso, etc. para além dos aspectos que são, normalmente considerados quando se fala de natureza (...). A questão ambiental põe-se com estas múltiplas vertentes”<sup>101</sup>, que determinam um complexo jogo de causa/efeito, na origem dos sinais de exaustão que muitos dos ecossistemas indispensáveis à reprodução das espécies e da própria humanidade já apresentam.

É assim que para autores como Arran Gare e para o movimento ambientalista/ecologista em geral, “it is clearly necessary to formulate critiques of the existing state of affairs and the thinking on which policies are based in terms which facilitate the formulation of realistic alternatives”<sup>102</sup>. Alternativas que tenderão a perspetivar o papel da humanidade e o seu lugar na Terra, não em oposição à natureza — campo social/campo natural — mas numa relação de interdependência em que o próprio Homem faz parte de um processo complexo que não pode separar-se da dinâmica mais vasta do próprio mundo natural.

Entendida no contexto do planeta e fazendo parte da natureza, a humanidade torna-se factor potencialmente construtivo e/ou destrutivo do ecossistema global, sustentáculo da sua própria existência, fora do qual, não faz sequer sentido. A evolução das concepções de natureza e a gradual autonomização do conceito ambiente em relação à primeira, com implicações nas representações sociais das questões ambientais, oferece uma primeira aproximação à

<sup>100</sup> Cf. grelha de análise ‘Natureza/Ambiente’.

<sup>101</sup> Cf. grelha de análise ‘Natureza/Ambiente’.

<sup>102</sup> Arran E. Gare, *Op. Cit.*, p. 104.

emergência do NEP, que ganha terreno na sociedade portuguesa em geral e no movimento ambientalista em particular. O próximo capítulo procurará aprofundar esta questão, debruçando-se, sobretudo, no confronto entre uma visão do mundo centrada nos interesses do Homem e uma visão revolucionária que realça a interdependência sistémica entre sociedade e natureza, incluindo a comunidade humana na comunidade mais vasta da biosfera.



## 6.1. Uma nova ética ambiental

A apreensão generalizada com o estado do ambiente, cujas raízes se inscrevem nos efeitos perversos da modernidade, condiciona as representações e a forma como nos relacionamos com a natureza e o ambiente, mas mais do que isso, impõe o reequacionamento do papel e do lugar da humanidade na biosfera e no mundo. Emerge na sociedade um nova ética, a ética da Terra (*land ethic*) segundo a expressão de Aldo Leopold. Para o autor, “a land ethic changes the role of homo sapiens from conqueror of the land-community to plain member and citizen of it”<sup>103</sup>, alargando o campo ético para zonas antes ignoradas: solos, água, plantas, animais e as condições necessárias à sua reprodução. Trata-se afinal do despontar do novo paradigma ecológico que exprime, ainda segundo Leopold, o confronto entre duas concepções do mundo — “a mechanistic conception of the earth as our physical provider and abiding place”<sup>104</sup> — e uma ideia do mundo em que os elementos naturais — solo, montanhas, rios, atmosfera, etc. — são vistos como “organs, or parts of organs, of a coordinated whole, each part with a definite function”<sup>105</sup>. A escolha de uma ou outra concepção que corresponde a diferentes abordagens do mundo determinará, assim, diversas formas de pensar e agir no ambiente.

Na modernidade tardia ou, de acordo com as palavras de Lipovetsky, na ‘pós-modernidade’, “a ideia de que ‘a Terra está em perigo de morte’ impôs uma nova dimensão de responsabilidade, uma concepção inédita das obrigações humanas que ultrapassa a ética tradicional (...). A responsabilidade humana deve agora estender-se às coisas extra-humanas, englobar a dimensão da biosfera inteira”.<sup>106</sup> Esta aproximação a uma nova ética característica do que muitos já apelidam o estertor da sociedade industrial e da modernidade — centrada nos valores ambientais — desenrola-se, como refere Soromenho-Marques, “a partir não de uma (re)fundamentação da identidade do agente humano, mas a partir de uma interrogação dos

---

<sup>103</sup> Aldo Leopold citado em Viriato Soromenho-Marques, *Op. Cit.*, 1998, p. 132.

<sup>104</sup> Aldo Leopold citado em Bryan G. Norton, «The constancy of Leopold’s land ethic», in Andrew Light e Eric Katz (eds.), *Environmental pragmatism*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996, p. 88.

<sup>105</sup> Id., *Ibidem*, p. 88.

<sup>106</sup> Gilles Lipovetsky, *O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994 (1992), pp. 243-244.

deveres — e da sua correspondente fundamentação — deste para com os seres não racionais, ou não humanos”<sup>107</sup>.

É assim que, para alguns autores, a *land ethic* não vai suficientemente longe no questionamento de um pensamento que continua fundamentalmente antropocêntrico, já que o sujeito ético continua a ser o próprio homem que, pelas suas qualidades racionais e capacidades avaliativas determina — assumindo por defeito, porventura inconscientemente, os seus próprios interesses — uma viragem no consumo e utilização dos recursos e na delapidação dos ecossistemas. Como refere Bryan Norton, “after introducing non-antropocentric ideas, Leopold opted in the end for a conservative ethics based on our obligations to future generations of humans — a forward-looking anthropocentrism”. Mais do que a *land ethic*, no pensamento ecologista mais radical, seria necessária uma ética ambiental apta a integrar a comunidade humana no campo mais amplo das comunidades da fauna e da flora, dando corpo a uma comunidade biológica única, com interesses e necessidades partilhados<sup>108</sup>. Interesses e necessidades que, nas versões mais radicais próximas da ecologia profunda (*deep ecology*), deveriam presidir à nova ética ambiental, já que um sujeito ético se definiria essencialmente pela capacidade universal de ser afectado pela dor e pelo prazer — alargando o conceito de sujeito ético a toda a comunidade biológica — e não mais, pela faculdade da razão — restrita à comunidade humana — que permite agir e interagir no meio de forma consciente<sup>109</sup>.

Nesta perspectiva, os princípios de uma ética ambiental (*environmental ethic*) são, segundo Eric Katz, “grounded on the existence and recognition of self-sufficient, abstract, and independent value in natural entities”<sup>110</sup>, valor intrínseco que não depende dos julgamentos e das apreciações humanas. Andrew Dobson avança com duas posições que coexistem na defesa ambiental, mas se distanciam pela forma como abordam o ambiente e a natureza: “those that suggest that human beings ought to care for the environment because it is our interest to do so, and those that suggest that the environment has an intrinsic value in the sense that its value is not exhausted by its being a mean to human ends – and even if it cannot be made a means to human ends it still has value”<sup>111</sup>.

Para as correntes próximas da *deep ecology*, as razões para a preservação do mundo não-humano não se prendem com interesses sociais (reserva da diversidade genética para fins agrícolas e medicinais, produção de oxigénio, valor estético ou histórico, etc.). Ainda que se revelem argumentos importantes para a difusão da causa ecológica, todas estas razões

<sup>107</sup> Viriato Soromenho-Marques, *Op. Cit.*, 1998, p. 130.

<sup>108</sup> Cf. Id., *Ibidem*.

<sup>109</sup> Cf. Id., *Ibidem*.

<sup>110</sup> Eric Katz, «Searching for intrinsic value: pragmatism and despair in environmental ethics», in Andrew Light e Eric Katz (eds.), *Op. Cit.*, p. 307.

<sup>111</sup> Andrew Dobson, *Green political thought*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1995 (1990), p. 20.



advêm do interesse instrumental do ambiente e da natureza (recursos) para a sociedade humana numa óptica que afinal se mantém antropocêntrica. O que falta, como notam Bunyard e Morgan-Grenville, “is any sense of a more impartial, biocentric – or biosphere-centred – view in which the non-human world is considered to be of intrinsic value”<sup>112</sup>.

Visão que impõe um corte radical com a sociedade industrial/capitalista actual, recusando uma aproximação reformista de tendências ambientalistas mais conciliadoras que pretendem, através de propostas e pressões sobre os poderes político e económico, provocar a mudança de atitudes, reformando gradualmente o sistema vigente. Do ponto de vista radical, este ecologismo ‘soft’ mais não faz do que prolongar a vida de um sistema político, económico e cultural que levará ao colapso o ecossistema global, apesar dos programas de reciclagem e reutilização permitidos pelas novas técnicas ambientais, mas desde cedo apropriados pelo chamado ‘capitalismo verde’. “Technological gaddgets merely shift the problem around, often at the expenses of more energy and material inputs and therefore more pollution”<sup>113</sup>, provocando, ainda assim, a ilusão de que algo está a ser feito sem que, de facto, as atitudes perante o ambiente se alterem significativamente.

Tratando-se de um paradigma emergente, conta, neste processo, com diversas sensibilidades (mais ou menos próximas das teses da chamada ‘ecologia profunda’) que dificultam o consenso. Se é legítimo esperar uma forte adesão aos novos valores ecológicos entre os ambientalistas, importa aferir se prevalecem os ideais reformistas que assentam numa ideia instrumentalista da natureza (urge preservá-la para garantir o futuro da humanidade), ou se, pelo contrário, subsistem as teses mais próximas da *deep ecology* (a natureza tem um valor intrínseco, independentemente dos interesses humanos).

Podemos constatar, no quadro 17, que a natureza (enquanto valor independente das necessidades e interesses humanos) detém a maior percentagem de respostas na categoria ‘concordo totalmente’ (66,7%). A segunda frase da área com um pendor mais radical/biocêntrico — “defender o ambiente implica rejeitar o modelo social dominante ...” — atinge a segunda maior percentagem de respostas na mesma categoria (45,7%).

Ainda que, em parte, os valores naturais se sobreponham aos valores sociais, não nos parece que detenham a hegemonia. As duas frases mais conciliadoras, que enquadraríamos num ‘pendor reformista/antropocêntrico’ atingem igualmente valores significativos. 92,6% dos inquiridos concordam, pelo menos em parte, com a frase “...garantir o desenvolvimento sustentável e o futuro da humanidade”, enquanto que 44,4% e 29,6% dos inquiridos se revêm, respectivamente em parte ou totalmente, como agentes reguladores do sistema sócio-natural, assumindo um papel catalisador de reformas sociais.

<sup>112</sup> Bunyard e Morgan-Grenville citados em Id., *Ibidem*, p. 20.

<sup>113</sup> Irvine e Ponton citados em Id., *Ibidem*, p. 75.

Como refere Soromenho-Marques, defender o ambiente não significa que “tombemos no sacrifício da liberdade, conclusão que parece estar contida na ‘igualdade biótica’ de algumas correntes da ‘ecologia profunda’ (*deep ecology*). (...) Significa que devemos ter relações éticas com os seres vivos e os ecossistemas, não apesar da nossa característica de seres axiológicos e de cultura, mas por causa dessa característica”<sup>114</sup>.

**Quadro 17** — Valor Intrínseco–radicalismo / Instrumentalismo–reformismo

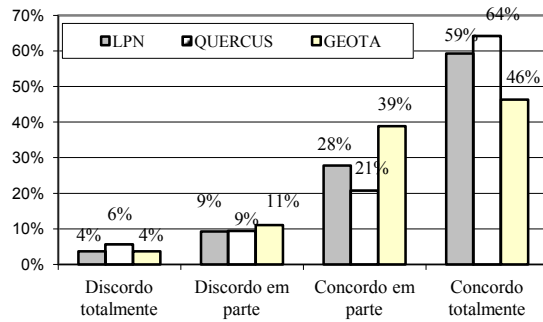
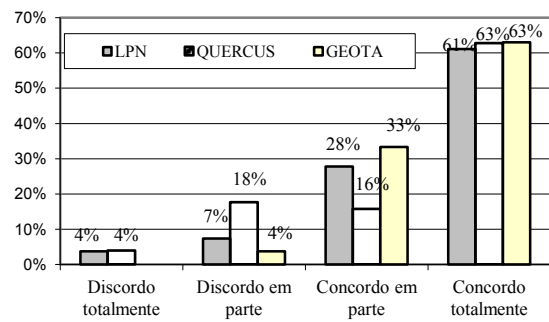
Frase	Discordo totalmente	Discordo em parte	Concordo em parte	Concordo totalmente
A natureza tem um valor intrínseco que só por si, implica a preservação dos ecossistemas naturais, independentemente das necessidades e ambições humanas	3,7%	4,9%	24,7%	66,7%
É necessário proteger a natureza e travar o processo de degradação ambiental, como forma de garantir o desenvolvimento sustentável e o futuro da humanidade	0%	0%	92,6%	1,2%
Defender o ambiente implica rejeitar o modelo social dominante e pugnar por uma sociedade alternativa mais justa, quer nas relações entre os homens quer entre estes e a natureza.	4,9%	14,8%	33,3%	45,7%
Os partidários da defesa do ambiente, devem equilibrar a sua acção face ao Estado e à sociedade, agindo como agentes reguladores do sistema sócio-natural.	4,9%	18,5%	44,4%	29,6%

Fazendo agora um exercício de aglomeração dicotómica entre os dois campos — juntando as duas frases com um pendor radical/biocêntrico (mais próximas das teses da *deep ecology*) e contrapondo-as com as outras duas com um pendor mais reformista/antropocêntrico — vejamos qual o comportamento dos inquiridos, tendo como referência a organização em que desenvolvem a sua acção.

De acordo com os resultados dos gráficos 34 e 35, quer o ‘pendor biocêntrico’ (designação que escolhemos para uma posição mais crítica das relações entre sociedade e ambiente que levada às últimas consequências, implicaria uma igualdade biótica, ignorando as características axiológicas humanas), quer o ‘pendor antropocêntrico’ (que implica a aceitação, ainda que pragmática, do modelo social dominante, acentuando as consequências da degradação ambiental nas condições de vida humana) conseguem os melhores resultados nas categorias ‘concordo totalmente’. Ainda assim, algumas diferenças são de assinalar:

Os inquiridos da LPN são os que menos distinguem os dois campos. De facto, neste grupo, os resultados expressos no gráfico 34 parecem uma réplica dos resultados apresentados no gráfico seguinte. Já entre os inquiridos do GEOTA, parece existir uma maior valorização do ‘pendor antropocêntrico’. A categoria ‘concordo totalmente’ distancia-se 17% no ‘pendor antropocêntrico’, se comparada com os resultados atingidos no ‘pendor biocêntrico’. Quanto aos membros da QUERCUS, a tendência segue o mesmo sentido em ambos os campos, ainda que se note uma maior rejeição dos valores presentes no ‘pendor antropocêntrico’.

<sup>114</sup> Viriato Soromenho-Marques, *Op. Cit.*, 1998, p. 145.

**Gráfico 34** — Pendor biocêntrico segundo a ONGA**Gráfico 35** — Pendor antropocêntrico segundo a ONGA

Se o pragmatismo pode explicar este aparente equilíbrio entre valores basicamente radicais e valores basicamente reformistas, também é verdade que, como refere Dobson, “a ‘human-centred framework’ does not necessarily mean that it is ‘human instrumental’ (...) there is room for a (weak) form of antropocentrism in respectable ecological statements”<sup>115</sup>. Os fins justificam os meios. Uma posição mais moderada que denuncie, para além dos efeitos da sociedade industrial/capitalista sobre o ambiente e a natureza, as consequências para as gerações presentes e futuras da humanidade, pode carrear, para a causa, apoios que de outra forma dificilmente alcançaria. É esta posição de equilíbrio que assume as características excepcionais da humanidade, sem esquecer que elas devem fazer-se sentir, citando uma vez mais Leopold, “in a society decently respectful of its own and all other life, capable of inhabiting the earth without defiling it”<sup>116</sup>, que nos parece resultar da leitura do quadro seguinte.

**Quadro 18** — Pendor biocêntrico e pendor antropocêntrico entre os ambientalistas

Total das respostas	Discordo totalmente	Discordo em parte	Concordo em parte	Concordo totalmente
Pendor biocêntrico	4,3%	9,9%	29,2%	56,5%
Pendor antropocêntrico	2,5%	9,4%	25,8%	62,3%

<sup>115</sup> Andrew Dobson, *Op. Cit.*, p. 65.

<sup>116</sup> Aldo Leopold citado por Bryan G. Norton em Andrew Light e Eric Katz, *Op. Cit.*, p. 91.

## 6.2. Mudança Paradigmática: do DSP ao NEP

Parece inquestionável que se assiste a uma gradual ultrapassagem de um conjunto de valores, crenças e saberes sociais que corporizam o Paradigma Social Dominante ou *Dominant Social Paradigm* (DSP)<sup>117</sup>. Este paradigma ganhou maior consistência numa era de abundância e optimismo em que os espantosos avanços da ciência e da técnica fizeram crer que não havia constrangimento inultrapassável. Os limites da humanidade eram os limites da sua própria razão que parecia apta a tudo conquistar, qual processo inexorável que adaptaria a natureza às exigências crescentes de uma população que rapidamente se multiplicava. O ambiente e os recursos naturais aí estavam, supostamente ilimitados, como algo que existe para suprir as necessidades sempre acrescidas da sociedade de consumo.

Esta relação desequilibrada com a natureza tem raízes profundas, quer nos pressupostos expansionistas da modernidade acima referidos, quer nas tradições judaico-cristãs (a natureza foi criada por Deus para suprir as necessidades humanas), o que revela o forte pendor antropocêntrico da cultura ocidental, pressupondo uma descontinuidade evolutiva entre a humanidade e os restantes seres da biosfera. Os avanços sem precedentes conseguidos no desenvolvimento técnico-científico agudizaram esta abordagem do mundo ou, como referem Catton e Dunlap, converteram este antropocentrismo de raízes antigas numa arrogância moderna para com e sobre a natureza<sup>118</sup>.

Nunca como na modernidade, a humanidade teve acesso a tão vastos recursos. A tecnologia permitiu uma tão eficaz e tão alargada exploração da natureza que a fé no progresso e num futuro melhor se vulgarizou um pouco por todas as sociedades industriais. Sendo esta a base da civilização ocidental, tendencialmente universal neste fim de século, a degradação ambiental conquistou os mais recônditos lugares, acompanhando o alastrar da cultura e da economia ocidental que se globalizou. Disseminou-se, assim, uma visão do mundo que, apesar de algum refreamento, permanece e continua a condicionar os hábitos de consumo e as relações com a natureza e o ambiente. De uma forma ou de outra, todos os países industrializados partilham, ainda que a diferentes níveis, esta visão optimista do mundo que encerra uma crença profunda num progresso contínuo e perpétuo. Trata-se de uma abordagem do mundo com uma

---

<sup>117</sup> Cf. Riley E. Dunlap, *Op. Cit.*, 1993.

<sup>118</sup> Cf. William R. Catton, Jr. e Riley E. Dunlap, «A new ecological paradigm for post-exuberant sociology», *American Behavioral Scientist*, 24 (1), 1980, pp. 15-47.

raiz predominantemente ocidental — *Dominant Western Worldview* — que, segundo Catton e Dunlap, encerra quatro assunções fundamentais<sup>119</sup>:

- 1) A humanidade é fundamentalmente diferente das outras espécies, sobre as quais exerce o seu domínio.
- 2) A humanidade é dona do seu destino. Pela faculdade que lhe é própria (a razão) pode aprender como atingir os objectivos a que se propõe e levá-los a cabo.
- 3) O mundo é vasto e disponibiliza oportunidades sem limites para a humanidade.
- 4) A história da humanidade é a história do progresso. Não há problemas sem solução, pelo que o progresso continuará indefinidamente.

Corolário deste “unecological character of the dominant western culture”<sup>120</sup>, as relações desenvolvidas entre sociedade e natureza espelham um conjunto de profundas assunções sobre o Homem que preside ao Paradigma da Isentabilidade Humana ou *Human Exemptionalism Paradigm* (HEP), presente não só nas relações sócio-naturais, como nos fundamentos das diversas abordagens científicas que se têm vindo a desenvolver na modernidade (em particular nas ciências sociais, mas alargando-se aos vários campos do saber científico). O HEP — cuja designação proposta começou por ser Paradigma da Excepcionalidade Humana — assenta na ideia de características de excepção reservadas ao Homem (cultura, tecnologia, fala, capacidade organizativa ...) e no facto dessa excepcionalidade isentar — daí a mudança de nome para Paradigma da Isentabilidade Humana — a espécie humana dos princípios e constrangimentos ecológicos<sup>121</sup>. Esta visão antropocêntrica do mundo tem por base, de acordo com a proposta de Catton e Dunlap, várias assunções, em boa parte, ainda assumidas explicita ou implicitamente na sociologia e na sociedade em geral<sup>122</sup>:

- 1) A herança cultural da humanidade distingue e torna a espécie humana singular, demarcando-a da sua origem genética e das outras espécies.
- 2) Os factores culturais e sociais (incluindo a tecnologia) são os maiores determinantes da vida humana.
- 3) O ambiente sócio-cultural é crucial no desenrolar da vida humana, sendo o ambiente biofísico praticamente irrelevante.

---

<sup>119</sup> Cf. Id., *Ibidem*.

<sup>120</sup> Id., *Ibidem*, p. 22.

<sup>121</sup> Cf. Riley E. Dunlap e William R. Catton, Jr., «Environmental sociology», *Annual Review of Sociology*, 5, 1979, p. 250.

<sup>122</sup> Cf. William R. Catton, Jr. e Riley E. Dunlap, «Environmental sociology: a new paradigm», *The American Sociologist*, 1978, pp. 41-49 e William R. Catton, Jr. e Riley E. Dunlap, *Op. Cit.*, 1980, pp. 15-47.

- 4) A acumulação cultural (do conhecimento humano) permite um progresso contínuo e ilimitado das sociedades humanas. Todos os constrangimentos são passíveis de ser ultrapassados pelo engenho (tecnologia) e pela razão humana.

A história, sob este ponto de vista, seria testemunho de um encadeamento de sucessos com uma direcção definida, rumo a um futuro melhor que se diferenciaria do passado pela mediação do progresso e do crescimento económico. Esta visão optimista da realidade que assume a possibilidade de um perpétuo progresso social e perpassa as grandes ideologias do século XX, ganhou fôlego com o advento da modernidade. O desenvolvimento impar do conhecimento técnico-científico possibilitou uma intervenção/exploração dos recursos naturais sem precedentes, fazendo crer que a abundância de recursos e o controlo das forças naturais apenas dele dependeriam. O engenho humano, munido de tecnologia cada vez mais eficaz, parecia apto a dominar e ultrapassar os condicionalismos físico-naturais, permitindo evitar qualquer eventual catástrofe ecológica. “We have had unreserved faith that equilibrium between population and resources could and would be reached in noncatastrophic ways, since technology and organization would mediate the relations between a growing population and its earthly habitat”<sup>123</sup>.

Foi, no entanto, o próprio desenrolar da modernidade que pôs em evidência a insustentabilidade dos modelos de crescimento adoptados e a própria sociedade industrial/capitalista (sociedade de consumo). A crise ambiental globalizou-se nos anos 70 e impôs, ainda que de forma gradual, uma mudança nas assunções que fundamentam as relações entre sociedade e ambiente. Trata-se, afinal, de um processo que implica o abandono progressivo dos paradigmas da modernidade. “Estamos a entrar numa fase de crise paradigmática, e portanto, de transição entre paradigmas epistemológicos, sociais, políticos e culturais”<sup>124</sup> ou, como Catton e Dunlap refeririam, de ultrapassagem do DSP/DWW e do HEP, processo de mudança inerente à própria evolução da sociedade moderna.

A necessidade de reequilíbrio faz-se sentir dentro da própria comunidade humana. Entre países pobres e países ricos, entre o Norte (desenvolvido e responsável pela grande parte da degradação ambiental existente) e o Sul (subdesenvolvido e pobre, mas sequioso de desenvolvimento e de condições de vida semelhantes às atingidas nos países do Norte). O relatório das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento, citado por Steven Yearley, sustenta mesmo que “os países em desenvolvimento defrontam-se com desafios vitais de desertificação, desflorestação e poluição, e são também eles os mais afectados pelos problemas

<sup>123</sup> Wiliam R. Catton, Jr. e Riley E. Dunlap, *Op. Cit.*, 1978, pp. 44.

<sup>124</sup> Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 278.

da pobreza associados à degradação do ambiente”<sup>125</sup>. Sendo o planeta, afinal, um sistema de interdependências, sejam elas económicas e sociais, sejam naturais e biológicas, a intensificação da poluição industrial no Sul, a desertificação e erosão dos solos causados por más políticas de desenvolvimento, a delapidação das florestas húmidas, etc., terão inevitavelmente, repercussões nos países do Norte. “Os problemas mais sérios com que se confronta o sistema mundial são globais e como tal exigem soluções globais, marcadas não só pela solidariedade dos ricos para com os pobres (...) como pela solidariedade das gerações presentes pelas gerações futuras”<sup>126</sup>.

A alternativa que se vislumbra à visão optimista e antropocêntrica do mundo — que a manter-se dominante na sociedade global conduzirá a uma crise ambiental, também ela global — é uma forma mais equilibrada de relacionamento com o meio ambiente e os recursos naturais, assumindo que dos efeitos nefastos da actividade humana podem advir consequências desastrosas para o planeta e, conseqüentemente, para a Humanidade. É o ecossistema planetário, tal como hoje o conhecemos, que está em risco. A vida continuará decerto na Terra, mas em condições ecológicas que dificilmente permitirão a sobrevivência da espécie humana, se não aprendermos a viver numa relação de simbiose com o ambiente

A crise petrolífera dos anos 70, os desastres ecológicos e a degradação ambiental generalizada que se tem vindo a acentuar, fizeram fraquejar esta fé, que parecia inabalável, na capacidade humana para ultrapassar os constrangimentos naturais (na modernidade a ‘religião’ da ciência logrou substituir, em grande parte, a fé religiosa). A percepção dos problemas e riscos ambientais advindos de uma sobre-exploração da natureza e a acumulação de resíduos e detritos que, em certos casos, ultrapassam a capacidade de carga do planeta e impossibilitam a sua reabsorção nos circuitos de reciclagem natural, fizeram com que as velhas assunções que enformam os velhos paradigmas (DSP/HEP) começassem a perder terreno na formação das percepções e representações sociais. De facto, “the emergence of an ecological paradigm within academic disciplines and the larger culture reflects attempts by scholars and lay persons to interpret our recent experience with health-threatening pollution, resource shortages, and declining abundance”<sup>127</sup>, abrindo espaço ao reconhecimento efectivo de que a humanidade está sujeita a constrangimentos (limites e interdependências ecológicas) ainda que, simultaneamente, detenha a capacidade de modificar o ambiente de acordo com necessidades sociais. Se esta dualidade humana sempre esteve presente, foi a ameaça crescente da poluição e da rarefacção de recursos que resgatou do esquecimento o lado biológico humano, realçando as relações de interdependência que sempre se estabeleceram, ainda que por muito tempo ignoradas.

---

<sup>125</sup> Steven Yearley, *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>126</sup> Boaventura de Sousa Santos, *Op. Cit.*, p. 258.

<sup>127</sup> Riley E. Dunlap, «Ecologist versus exemptionalist: the Ehrlich-Simon debate», *Social Science Quarterly*, 64, 1983, p. 201.

Opondo-se ao velho paradigma, a dupla de sociólogos americanos Catton e Dunlap propôs o NEP (*New environmental paradigm* rebaptizado para *New ecological paradigm*). O NEP assenta na ideia de dependência ecológica das sociedades humanas, inserindo-as na rede complexa de relações interdependentes do ecossistema, fundamentando-se nas seguintes assunções<sup>128</sup>:

- 1) Ainda que os seres humanos detenham características excepcionais (cultura, tecnologia, etc.) continuam a ser apenas uma de entre muitas espécies, envolvidas de forma interdependente no ecossistema global.
- 2) A vida humana é influenciada tanto por factores sócio-culturais como por factores naturais, numa intrincada rede de causa, efeito e retroacção. Os efeitos perversos da acção humana implicam, por isso, consequências inesperadas para a própria humanidade.
- 3) A humanidade vive e depende de um ambiente biofísico finito que impõe limites e constrangimentos físicos e biológicos ao desenvolvimento social e às actividades humanas.
- 4) Apesar dos avanços tecnológicos permitirem uma exploração mais eficaz da natureza, as leis naturais não podem ser ignoradas e impor-se-ão, mais cedo ou mais tarde.

Na base do NEP, está a progressiva constatação dos limites do planeta que, como refere Andrew Dobson, “has a limited carrying capacity (for population), productive capacity (for resources of all types), and absorbent capacity (pollution)”<sup>129</sup>. Esta noção de escassez ecológica do ecossistema global implica a assunção de leis naturais de que os humanos não podem deixar de estar sujeitos. A finitude da Terra é a razão básica porque o crescimento infinito da população e da economia são impossíveis.

A evolução e a mudança surgem como resultado de relações de causa e efeito que vão moldando a face do planeta. Ora assumindo-se que os recursos naturais e o meio ambiente têm limites, os constrangimentos biofísicos serão determinantes na evolução das sociedades humanas. Parafraseando Buch, citado por Catton e Dunlap, o NEP dá conta de um dilema de difícil solução: “human societies necessarily exploit surrounding ecosystems in order to survive, but societies that flourish to the extent of overexploiting the ecosystem may destroy the basis of their own survival”<sup>130</sup>. É preciso, por isso, encontrar o equilíbrio que possibilite, se não o

<sup>128</sup> Cf. Wiliam R. Catton, Jr. e Riley E. Dunlap, *Op. Cit.*, 1978, p. 45.

<sup>129</sup> Andrew Dobson, *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>130</sup> Buch citado em Riley E. Dunlap e William R. Catton, Jr., *Op. Cit.*, 1979, p. 250.



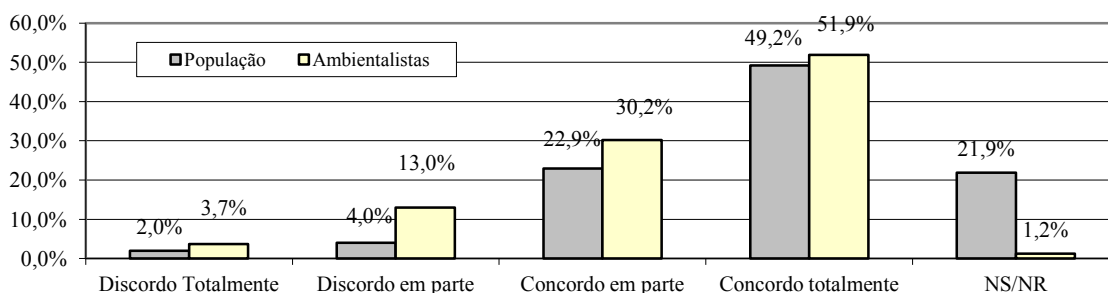
progresso desejado, pelo menos a sobrevivência da própria humanidade que afinal, depende da preservação das condições de reprodução ecológica dos sistemas naturais.

As assunções do NEP não negam a excepcionalidade da humanidade que é óbvia e está na origem das rupturas ambientais. O que sublinham é a interdependência sistémica que, porque vivemos num único mundo, não pode ser ignorada sob pena de os efeitos retroactivos da própria actividade humana, determinarem o fim das condições que lhe possibilitam a acção. Num planeta finito, os limites da humanidade serão, apesar do engenho tecnológico, as leis da natureza.

Assumindo ou não a mudança paradigmática, defendendo com maior ou menor ênfase as teses ecologistas, o que parece certo e comum a todos os autores é o testemunhar da emergência de uma nova atitude perante o ambiente. No entanto, construir uma nova ordem social que permita inverter o rumo seguido pela sociedade é tarefa que não se afigura fácil. Tanto mais que os pressupostos e fundamentos da antiga ordem continuam em vigor e mais poderosos do que nunca. Muito caminho há ainda a percorrer estando o confronto em aberto entre duas formas de entender as relações humanidade/natureza: uma natureza que existe para suprir as necessidades da humanidade em contraponto com a ideia de uma humanidade entendida como apenas uma de entre outras espécies a partilhar e fazendo parte da natureza.

Assim sendo, importa perceber como se desenrola a mudança paradigmática entre os ambientalistas portugueses, a que vertentes mostram maior sensibilidade e de que forma se destacam da população em geral. Os gráficos 36, 37, 38, 39 e 40 ilustram os diversos posicionamentos que, quer entre os ambientalistas, quer entre a população em geral, se descortinam pela maior ou menor concordância com afirmações que, embora distintas, se reportam às mesmas relações entre sociedade e natureza<sup>131</sup>.

**Gráfico 36 — Vertente do NEP ‘limites do crescimento’**



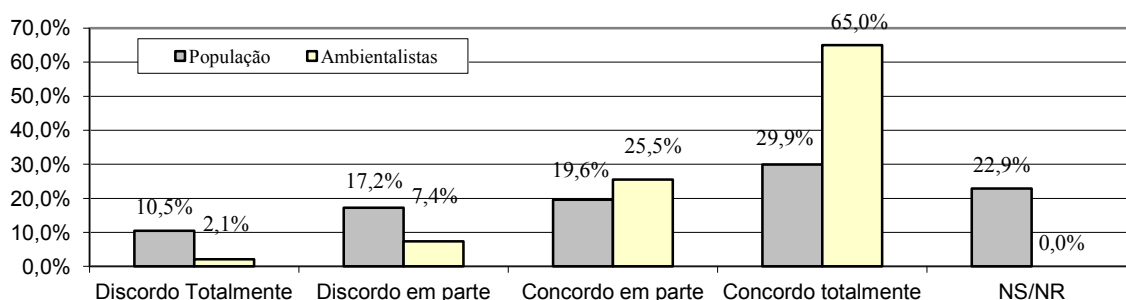
A existência de limites naturais ao crescimento sócio-económico é ideia que, como podemos verificar no gráfico 36, não é apanágio dos membros ambientalistas. Alastra pela sociedade portuguesa, verificando-se uma distribuição semelhante entre os dois grupos, com

<sup>131</sup> No inquérito lançado aos portugueses usaram-se apenas cinco afirmações que, no entanto, correspondem às cinco vertentes do novo paradigma emergente, presentes na escala NEP.

excepção da categoria de não respostas (residual entre os ambientalistas, 21,9% entre a população portuguesa). Se noutras vertentes do novo paradigma emergente se esperam maiores divergências, a impossibilidade de ultrapassar os limites naturais no processo de crescimento parece ser já uma ideia consensual, pelo menos entre aqueles que arriscam uma resposta.

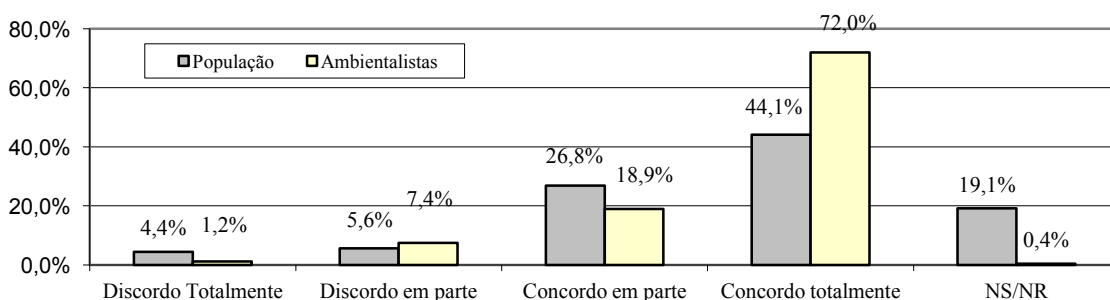
Estabelece-se, assim, a ideia de que é necessário respeitar limites impostos pela natureza se quisermos preservar o equilíbrio ecológico que, segundo as novas concepções do NEP, é frágil e facilmente perturbável pela acção humana. Esta noção de fragilidade do equilíbrio ecológico é uma outra importante vertente do NEP e, tal como a anterior, emerge já nas percepções e representações sociais do ambiente, ainda que, neste caso, se notem diferenças significativas nas distribuições dos dois grupos em presença. Apenas 29,9% dos portugueses concordam totalmente com a ideia da fragilidade ecológica, enquanto que entre os inquiridos das ONGAs a percentagem de respostas sobe para os 65%. É pois nítido o ênfase atribuído entre os ambientalistas, enquanto que as respostas da população em geral tendem para uma distribuição mais equilibrada entre as várias categorias.

**Gráfico 37** — Vertente do NEP ‘fragilidade do equilíbrio ecológico’



A constatação da progressiva degradação ambiental, as grandes catástrofes ecológicas e a rarefacção de recursos impuseram uma nova visão do mundo que, como já vimos, desencadeou novas concepções que realçam os limites e a fragilidade do equilíbrio ecológico. Para muitos, sinais evidentes desta crise global são já visíveis — i. e. o aquecimento global, o efeito de estufa, o buraco do ozono, etc. — resta saber como se posicionam os inquiridos perante tal possibilidade.

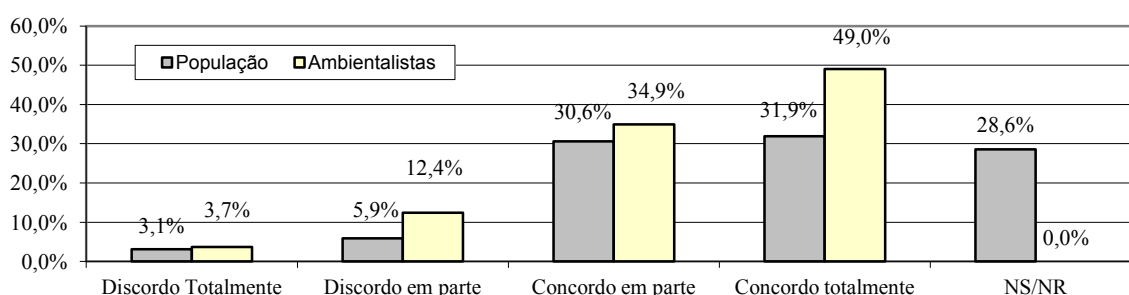
**Gráfico 38** — Vertente do NEP ‘possibilidade da crise ecológica’



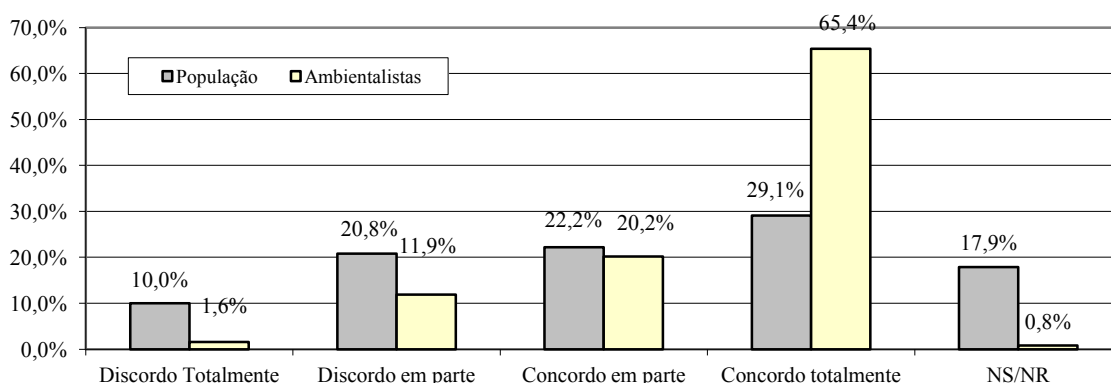
Segundo o gráfico 38, ambientalistas e população portuguesa estão convictos que a crise ecológica global será inevitável se não se alterarem os comportamentos. Esta posição pró-ecológica é especialmente vinculada pelos eco-militantes (72,0% concordam totalmente com tal possibilidade).

A eventualidade de uma crise ecológica global, impõe um reposicionamento do próprio Homem perante a natureza, implicando o progressivo abandono das principais assunções do HEP. De espécie superior, criada para ‘governar’ a natureza, isenta dos constrangimentos naturais que ultrapassaria pelo engenho e progresso tecnológicos, a espécie humana surge, nas assunções do novo paradigma, como uma de entre outras, sujeita, por isso, às consequências e efeitos adversos resultantes das alterações provocadas pela própria actividade humana. Ainda que não atingindo os valores de total concordância anteriores (‘fragilidade ecológica’, 65% e ‘possibilidade da crise ecológica’, 72%), os ambientalistas continuam a destacar-se, sobretudo, na categoria ‘concordo totalmente’ com 49% das respostas, contra 31,9% da população em geral.

**Gráfico 39 — Vertente do NEP ‘rejeição da isentabilidade humana’**



O que está em causa é uma redefinição dos objectivos da própria sociedade humana que, nas assunções do NEP, devem ser enquadrados num complexo sistema global de interdependências em que os interesses de todos (toda a comunidade biótica) são afinal os interesses de cada um. Reposiciona-se a humanidade perante a natureza que ganha um novo estatuto e um novo valor intrínseco, perdendo terreno a ideia de que a natureza existe, antes de mais, para suprir as necessidades humanas. Visão antropocêntrica do mundo que, como podemos constatar pelo gráfico 40, sofre a erosão dos crescentes sinais da emergente crise ambiental global. De facto, o gráfico 40 parece reproduzir as diferentes sensibilidades entre os dois grupos verificadas na análise da ‘fragilidade do equilíbrio ecológico’ e da ‘possibilidade da crise ecológica global’. Os ambientalistas concentram a maioria das suas respostas na categoria ‘concordo totalmente’, enquanto que a população portuguesa se distribui de forma mais equitativa pelas várias categorias.

**Gráfico 40** — Vertente do NEP ‘anti-anthropocentrismo’

Atravessamos “a rare time when the place of humans in the natural world is being questioned and reformulated”<sup>132</sup>, processo que poderíamos resumir na emergência do Novo Paradigma Ecológico. A escala NEP pretende medir este processo, tendo deixado claras nas páginas anteriores, as diferenças entre posições mais assumidamente ambientalistas (especialistas e quadros dirigentes das ONGAs) e a população leiga em geral que vem ganhando uma progressiva consciência ecológica.

A partir do grau de concordância sobre as quinze afirmações da escala NEP, procurámos identificar os principais factores que subjazem à dispersão das respostas dos ambientalistas, através do método de componentes principais. Simultaneamente, identificaremos o grau de correlação existente entre as variáveis, confirmando a unidimensionalidade defendida pelos autores da escala<sup>133</sup>. Pretende-se, portanto, a partir de um conjunto de indicadores parcelares caracterizadores do Novo Paradigma Ecológico, “identificar as relações principais subjacentes à totalidade das múltiplas relações existentes entre os indicadores”<sup>134</sup>, com o objectivo de reduzir a dimensão dos dados e permitir uma maior compreensão do processo de mudança em que interagem as várias assunções do NEP.

Para possibilitar uma maior clarificação dos resultados e permitir, assim, uma melhor leitura, procedemos à standardização das respostas pelo que, às questões que, supostamente, se esperaria uma adesão positiva, numa visão pró-ecológica do mundo (por exemplo, NEP 7 – Tal como a espécie humana, todas as espécies animais e vegetais têm o mesmo direito a existir.) ‘4’ corresponderá ao maior grau de concordância e ‘1’ ao maior grau de discordância. Inversamente, para as asserções supostamente próximas do DSP (por exemplo,

<sup>132</sup> David Oates citado em Riley E. Dunlap, Kent D. Van Liere, Angela G. Mertig, William R. Catton, Jr. e Robert E. Howell, *Measuring endorsement of an ecological worldview: a revised NEP scale*, Comunicação apresentada em Annual Meeting of Rural Sociological Society e Sixth Meeting of Society for Human Ecology, 1992, p. 1.

<sup>133</sup> Id., *Ibidem*, p. 1.

<sup>134</sup> Elisabeth Reis, *Análise factorial das componentes principais: um método de reduzir sem perder informação*, Lisboa, Giesta — Grupo de Investigação Estatística e Análise de Dados, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1993 (2ª edição), p. 2.

NEP 2 – A humanidade tem o direito de modificar o ambiente natural de acordo com as suas necessidades), o maior grau de discordância corresponderá ao maior valor do *ranking* — ‘4’ — e o maior grau de concordância ao menor valor — ‘1’.

O primeiro passo da análise foi estimar a matriz de correlações entre as variáveis, o que permitiu a identificação do determinante da matriz (0,150). Valor suficientemente longe da unidade que nos garante um grau de correlação elevado entre as variáveis da escala, confirmando a unidimensionalidade defendida pelos autores. O teste de Barlett, confirma este resultado (134,244, com uma significância de 0,00008).

Pior resultado foi conseguido pela estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) que compara as relações entre as componentes (0,63808)<sup>135</sup>, no entanto aceitável e, dados os resultados dos testes anteriores, decidimos prosseguir com a análise, pelo que partimos para a extracção das componentes principais e determinação do número das componentes necessárias para representar da melhor maneira os dados iniciais (método das componentes principais). O passo seguinte foi sua rotação (Varimax) para uma melhor clarificação dos resultados obtidos.

Determinaram-se, assim, quatro factores que explicam 52,7% da variância após a exclusão de duas das variáveis, cujo peso era pouco significativo nos factores seleccionados (NEP 6 e NEP 10). A variância explicada por cada factor, de acordo com o quadro ‘final statistics’, em anexo, são: factor 1 = 20,5%, factor 2 = 11,5%, factor 3 = 10,9% e factor 4 = 9,9%<sup>136</sup>.

**Quadro 19 — ‘Rotated Factor Matrix’**

	Comp.1	Comp.2	Comp.3	Comp.4
NEP 14 – A humanidade acabará por aprender o suficiente sobre as leis da Natureza, possibilitando o seu controlo.	<b>0,79302</b>			
NEP 4 – O engenho humano será suficiente para assegurar que a vida na Terra não venha a tornar-se inviável.	<b>0,74029</b>	0,16993	-0,15742	
NEP 12 – A humanidade foi criada para ocupar um lugar de destaque e “governar” a Natureza.	<b>0,58394</b>	-0,10500	0,28538	0,20440
NEP 13 – O equilíbrio da Natureza é muito delicado e facilmente perturbável.	-0,15851	<b>0,70627</b>		
NEP 3 – Frequentemente, as intervenções humanas sobre a Natureza têm consequências desastrosas.	0,11179	<b>0,68441</b>		-0,20973
NEP 11 – O planeta Terra pode ser visto como uma nave espacial em viagem, com espaço e recursos limitados.	0,22642	<b>0,53495</b>	0,27605	
NEP 8 – O equilíbrio da Natureza é suficientemente forte para superar os efeitos adversos da industrialização.	0,44759	<b>0,51144</b>		
NEP 2 – A humanidade tem o direito de modificar o ambiente natural de acordo com as suas necessidades.	0,12120		<b>0,76083</b>	-0,10882
NEP 7 – Tal como a espécie humana, todas as espécies animais e vegetais têm o mesmo direito a existir.	-0,13050	0,24593	<b>0,65079</b>	0,11726
NEP 5 – A humanidade está a exceder-se no uso abusivo do meio-ambiente.			<b>0,55864</b>	
NEP 1 – Estamos a aproximar-nos do número limite de seres humanos que a Terra pode suportar.	0,27998		0,22074	<b>-0,68468</b>
NEP 15 – Se as coisas continuarem como até aqui, uma catástrofe ecológica será inevitável.	0,19654	0,51191		<b>0,60036</b>
NEP 9 – Apesar de dotados de capacidades peculiares, os seres humanos não escapam às leis da Natureza.	0,18144	-0,26871	0,21975	<b>0,55514</b>

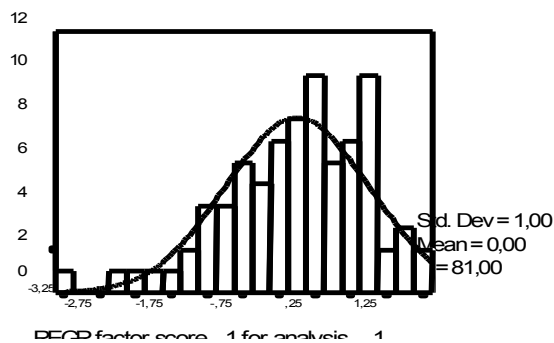
<sup>135</sup> Os valores próximos da unidade possibilitariam uma análise mais adequada.

<sup>136</sup> Juntam-se em anexo os *outputs* do SPSS.

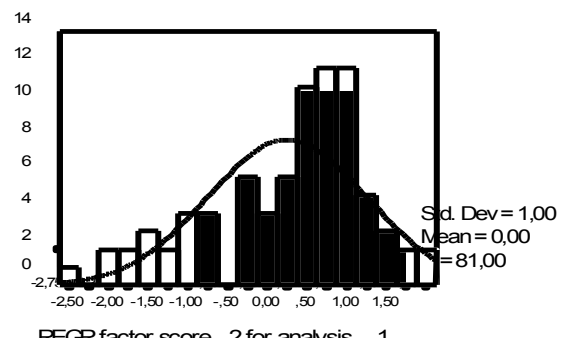
Os valores expressos no quadro 19 — peso da variância de cada uma das variáveis explicada por cada factor — permitem concluir que, em grande parte, as vertentes da escala NEP correspondem aos factores encontrados. É assim que o primeiro factor é constituído por duas das variáveis agrupadas na vertente ‘rejeição da isentabilidade humana’, (NEP 14 e NEP 4) a que se juntam a NEP 12 (‘anti-anthropocentrismo’) e a NEP 8 (‘fragilidade do equilíbrio ecológico’). Designaremos a nova variável, resultante dos *scores* obtidos por cada indivíduo no factor 1, por ‘EQUIDADE BIOLÓGICA’, cujo histograma está representado no gráfico 41.

Quanto ao factor 2, inclui todas as variáveis da vertente ‘fragilidade do equilíbrio ecológico’, juntando-se ainda a NEP 11 (‘limites do crescimento’) e a NEP 15 (‘possibilidade da crise ecológica’). Optámos por designar a nova variável por ‘PRECARIEDADE DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO’. No histograma (gráfico 42), podemos verificar o maior peso dos valores positivos na distribuição. Sinal de que a preocupação com o equilíbrio ecológico e as consequências que daí podem advir, marcam presença entre os ambientalistas, como se esperaria.

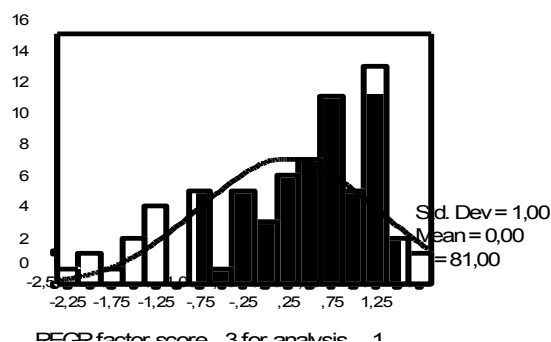
**Gráfico 41** — Equidade biológica (histograma)



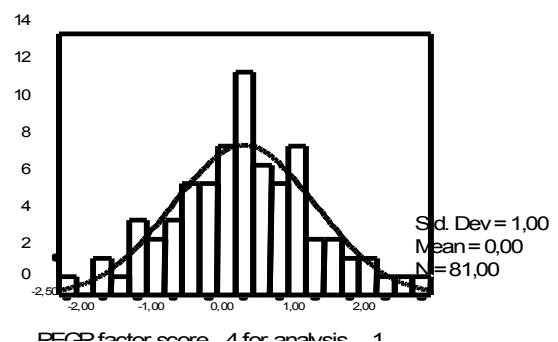
**Gráfico 42** — Precariedade do equilíbrio ecológico (histograma)



**Gráfico 43** — Rejeição do antropocentrismo (histograma)



**Gráfico 44** — Limites naturais à actividade humana (histograma)



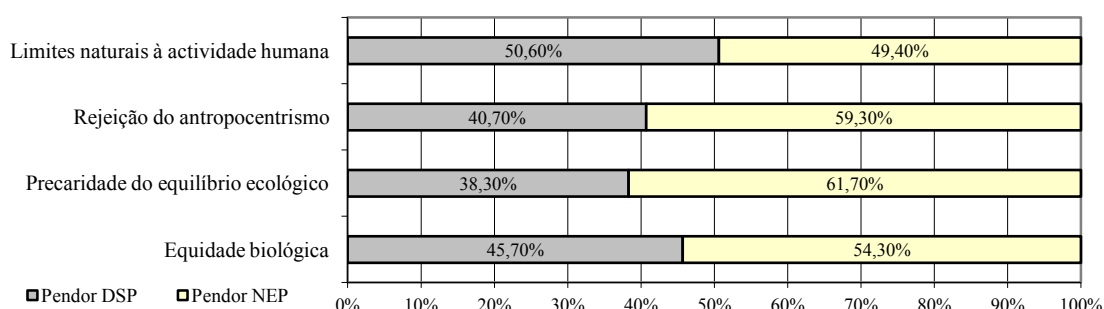
A distribuição de frequências do factor 3 surge representada no gráfico 43. É dominado pelas asserções ligadas à vertente ‘anti-anthropocêntrica’ (NEP 2 e NEP 7), juntando-se-lhes a NEP 5 (‘possibilidade da crise ecológica’). A nova variável será, por isso, designada

por ‘REJEIÇÃO DO ANTROPOCENTRISMO’ e, tal como a anterior, evidencia uma forte tendência para os valores positivos (valores ecológicos).

Finalmente, o factor 4 é composto pela NEP 1 (‘limites do crescimento’), NEP 15 (‘possibilidade da crise ecológica’) e NEP 9 (‘rejeição da isentabilidade humana’). A designação que propomos para a nova variável é ‘LIMITES NATURAIS À ACTIVIDADE HUMANA’. No histograma (gráfico 44) está patente o relativo equilíbrio da distribuição, sugerindo ser esta a vertente que menor crítica merece na percepção dos inquiridos.

Ainda que globalmente predominem os valores do NEP (pró-ecológicos), implicando uma visão crítica das actuais relações sociedade-ambiente, parece existir, mesmo entre especialistas comprometidos com a defesa do ambiente, espaço para a esperança na capacidade de renovação natural e, porque não, na própria sociedade e nas potencialidades de reorganização que encerra. A asserção NEP 1 (‘Estamos a aproximar-nos do número limite de seres humanos que a Terra pode suportar’) destaca-se pelo fraco grau de concordância conseguido, contribuindo decisivamente para o equilíbrio relativo do factor 4. A crise ecológica global não surge como uma inevitabilidade mas depende, antes de mais, da evolução da própria sociedade humana e do equilíbrio que conseguirmos estabelecer nas relações com a natureza.

**Gráfico 45** — Confronto dos valores DSP/NEP entre os ambientalistas



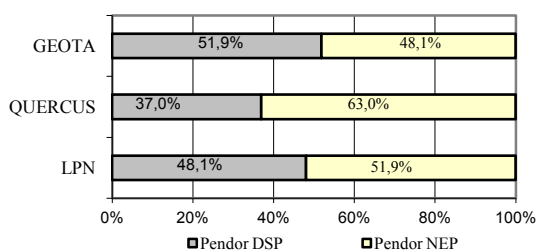
De forma a possibilitar uma melhor análise e cruzamentos com resultados de áreas anteriormente tratadas, optámos por recodificar os *scores* dos quatro factores em dois grandes grupos que darão conta de duas visões dicotómicas do mundo e das relações sociedade-ambiente: um grupo que assume valores negativos (visão ainda próxima do DSP/HEP, tendencialmente mais conciliadora face às relações sócio-ambientais) e um grupo que assume valores positivos (visão marcada pelos novos valores do NEP que acentua uma postura crítica perante as relações sociedade-ambiente). Uma e outra, a seguir designadas por ‘pendor DSP’ e ‘pendor NEP’, surgem com frequências elevadas no total da variância explicada<sup>137</sup>. Destacam-se o factor 2 (‘precariedade do equilíbrio ecológico’) e o factor 3 (‘rejeição do antropocentrismo’)

<sup>137</sup> Em causa está apenas 52,7% da variância do total das respostas. Os restantes 47,3% prendem-se com especificidades únicas a cada um dos componentes (asserções), por esse facto, não abrangidas por nenhum dos quatro factores comuns.

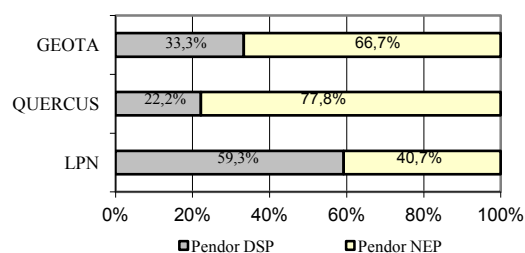
pelos valores positivos mais elevados. Nos factores 1 (‘equidade biológica’) e 4 (‘limites naturais à actividade humana’), as frequências distribuem-se, tendencialmente, em partes iguais entre os dois campos.

Interessa, no entanto, perceber como se comportam os nossos inquiridos tendo em conta a ONGA em que militam. De facto, nos gráficos 45 a 48 podemos constatar os diferentes posicionamentos dos três grupos de inquiridos. Se os elementos da QUERCUS se distinguem por posições mais críticas face às relações sociedade-ambiente, com destaque para a ‘Precariedade do equilíbrio ecológico’ e a ‘Rejeição do antropocentrismo’, ambos com 77,8%, já os inquiridos da LPN se revêm maioritariamente, numa posição tendencialmente próxima do DSP. Exceptua-se a distribuição da ‘Equidade biológica’ onde, ainda assim, os inquiridos se dividem quase simetricamente entre um ‘Pendor DSP’ e um ‘Pendor NEP’, (51,9% e 48,1%, respectivamente). Quanto aos inquiridos do GEOTA, aproximam-se dos elementos da QUERCUS, e tal como estes últimos, manifestam uma posição crítica do DSP sobretudo, nas variáveis ‘Precariedade do equilíbrio ecológico’ e ‘Rejeição do antropocentrismo’.

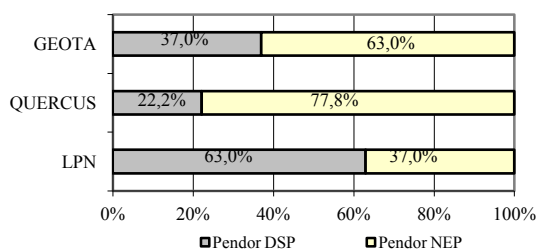
**Gráfico 46 — Equidade biológica**



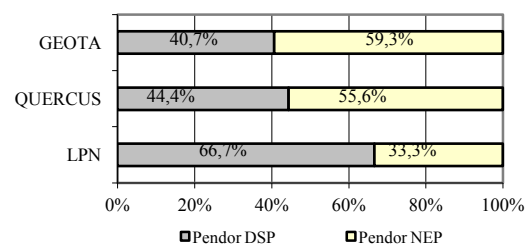
**Gráfico 47 — Precariedade do equilíbrio ecológico**



**Gráfico 48 — Rejeição da isentalibilidade humana**



**Gráfico 49 — Limites naturais à actividade humana**



Os quatro factores que deram origem às quatro variáveis, pretendem aferir o posicionamentos dos inquiridos perante duas áreas fundamentais: 1) o papel da humanidade no mundo e na degradação ambiental que, nos novos valores do NEP, se revelam na emergência do anti-anthropocentrismo e na crescente rejeição da ideia de isentalibilidade humana e 2) a preservação das condições ecológicas, ameaçadas pelos mesmos factores antropogénicos e que poderíamos traduzir pela consciencialização crescente da existência de limites naturais e da fragilidade do equilíbrio ecológico que, postos em causa, podem convergir numa crise ecológica global sem precedentes. Trata-se afinal, de duas faces de uma mesma moeda que se

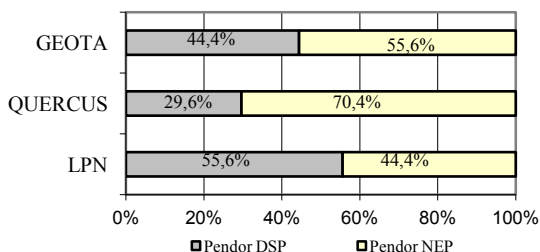


complementam, pois se uns acentuam as causas (a actividade humana e o papel que desempenha no mundo) os outros realçam os efeitos (a progressiva degradação das condições ecológicas que ameaçam as condições de sobrevivência do próprio Homem).

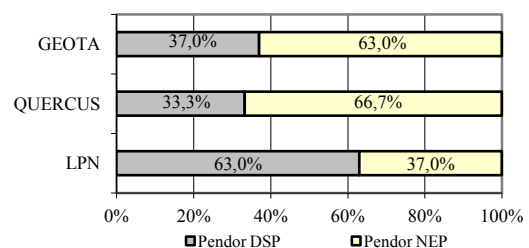
Assim sendo, parece-nos pertinente uma nova aglutinação de dados, recorrendo agora ao sistema de resposta múltipla, juntando as duas variáveis que discutem o papel da humanidade no mundo (‘equidade biológica’ e ‘rejeição do antropocentrismo’) e as duas que destacam a necessidade de preservação das condições ecológicas face às agressões antropogénicas (‘precariedade do equilíbrio ecológico’ e ‘limites naturais à actividade humana’).

Cruzando estas novas variáveis com a ONGA de origem dos inquiridos, clarificam-se ainda mais os diferentes posicionamentos dos três grupos em presença. De facto, a LPN e o GEOTA manifestam posições relativamente opostas, sendo que os membros do GEOTA assumem uma postura maioritariamente crítica quer em relação ao papel desempenhado pela humanidade na degradação ambiental e no mundo, quer em relação ao estado de preservação das condições ecológicas, enquanto que o grupo da LPN tende a assumir a posição contrária. O grupo da QUERCUS confirma a sua posição acentuadamente crítica face ao Paradigma Social Dominante, destacando-se sobretudo das posições assumidas pelos membros da LPN.

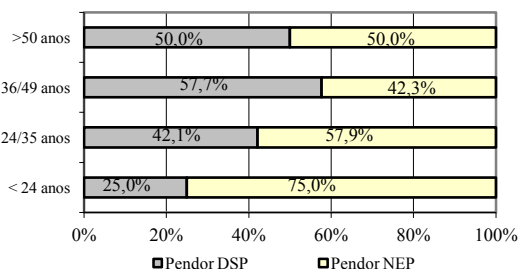
**Gráfico 50** — O papel da humanidade no mundo segundo a ONGA



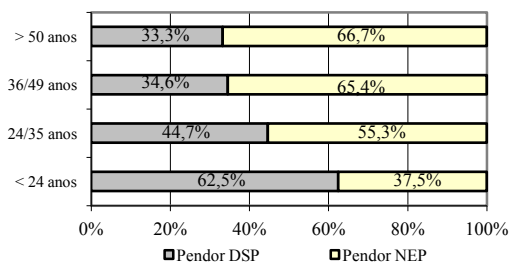
**Gráfico 51** — Preservação das condições ecológicas segundo a ONGA



**Gráfico 52** — O papel da humanidade no mundo segundo os grupos etários



**Gráfico 53** — Preservação das condições ecológicas segundo os grupos etários



Mas a maior ou menor adesão aos valores do NEP tenderá a relacionar-se com uma abordagem global do mundo, pelo que será de esperar que outras variáveis condicionem e sejam condicionadas pelo processo de abandono progressivo dos valores do DSP. De acordo com os gráficos 52 e 53 são as faixas etárias mais jovens que mais críticas se mostram em relação ao

papel desempenhado pela sociedade na degradação ambiental e ao lugar de destaque que ocupa no mundo, numa recusa clara dos pressupostos do antropocentrismo e da isentabilidade humana. Pelo contrário, os grupos etários mais velhos parecem valorizar, sobretudo, a preservação da natureza e as condições ecológicas ameaçadas pela actividade humana.

Se a idade parece relacionar-se com as diferentes sensibilidades do novo paradigma emergente, este processo não deixará de impor-se na percepção das causas e efeitos da degradação ambiental. Como se pode verificar no quadro 20, e independentemente da variável em análise, a um aumento da importância atribuída ao industrialismo e ao capitalismo no desenrolar da crescente degradação ambiental, parece corresponder um aumento nas frequências do ‘pendor NEP’.

**Quadro 20** — Adesão aos valores do NEP  
segundo a importância atribuída ao capitalismo e ao industrialismo na degradação ambiental

O papel da humanidade no mundo	Índice industrialismo			Índice capitalismo		
	< 0,50	0,5/0,75	0,75/1	< 0,50	0,5/0,75	0,75/1
Pendor DSP	50,0%	50,0%	35,1%	54,5%	44,3%	39,4%
Pendor NEP	50,0%	50,0%	64,9%	45,5%	55,7%	60,6%
Diferença	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>29,8%</b>	<b>-9,0%</b>	<b>11,4%</b>	<b>21,2%</b>
Preservação das condições ecológicas	Índice industrialismo			Índice capitalismo		
	< 0,50	0,5/0,75	0,75/1	< 0,50	0,5/0,75	0,75/1
Pendor DSP	55,6%	45,5%	40,5%	54,5%	50,0%	34,8%
Pendor NEP	44,4%	54,5%	59,5%	45,5%	50,0%	65,2%
Diferença	<b>-11,2%</b>	<b>9,0%</b>	<b>19,0%</b>	<b>-9,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>30,4%</b>

**Quadro 21** — Adesão aos valores do NEP  
segundo as representações da natureza e do ambiente

O papel da humanidade no mundo	Representações do ambiente			Representações da natureza		
	Bio-cêntrica	Antropo-cêntrica	Tecno-cêntrica	Bio-cêntrica	Antropo-cêntrica	Tecno-cêntrica
Pendor DSP	50,0%	46,3%	37,2%	43,4%	46,7%	39,6%
Pendor NEP	50,0%	53,7%	62,8%	56,6%	53,3%	60,4%
Diferença	<b>0,0%</b>	<b>7,4%</b>	<b>25,6%</b>	<b>13,2%</b>	<b>6,6%</b>	<b>20,8%</b>
Preservação das condições ecológicas	Representações do ambiente			Representações da natureza		
	Bio-cêntrica	Antropo-cêntrica	Tecno-cêntrica	Bio-cêntrica	Antropo-cêntrica	Tecno-cêntrica
Pendor DSP	51,3%	41,1%	42,8%	51,8%	45,0%	41,0%
Pendor NEP	48,8%	58,9%	57,2%	48,8%	55,0%	59,0%
Diferença	<b>-2,5%</b>	<b>17,8%</b>	<b>14,4%</b>	<b>3,0%</b>	<b>10,0%</b>	<b>18,0%</b>

Também as representações do ambiente e da natureza parecem ser influenciadas pela maior ou menor adesão aos valores do NEP. No quadro 21, destaca-se, desde logo, uma

maior postura crítica face ao Paradigma Social Dominante, entre as representações tecnocêntricas do ambiente e da natureza, enquanto que as representações biocêntricas se agrupam tendencialmente para valores mais equilibrados entre o ‘pendor NEP’ e o ‘pendor DSP’. Algumas exceções são, ainda assim, de mencionar: a categoria ‘natureza biocêntrica’ onde o ‘pendor NEP’ ultrapassa em 13,2 pontos percentuais o ‘pendor DSP’ e a mudança de posições relativas entre uma representação antropocêntrica e tecnocêntrica do ambiente na análise da variável ‘preservação das condições ecológicas’.

Interessa perceber, então, se a área de formação poderá relacionar-se com os diferentes comportamentos dos inquiridos. Vimos, anteriormente, que na LPN predominam a Biologia e outras Ciências Naturais, enquanto que na QUERCUS e no GEOTA existe uma maior diversidade, destacando-se, com algum peso, o Direito e as Ciências Sociais.

Ainda que pareça contraditório é na área das Ciências da Natureza que o Paradigma Social Dominante é menos contestado. Os valores do Novo Paradigma Ecológico florescem, sobretudo, entre a categoria ‘Cultura e Sociedade’ onde predominam áreas das Ciências Sociais, do Direito e da cultura em geral. Aparentemente, uma maior propensão para pensar a sociedade (afinal é aí que este grupo desenvolve a sua actividade) implica um maior sentido crítico perante as assunções sociais dominantes, seja no reequacionar do papel da humanidade no mundo (onde se realça a crítica), seja nas consequências nefastas que a actividade humana determina no meio-ambiente e nas condições de reprodução ecológica.

**Quadro 22** — Adesão aos valores do NEP  
segundo as áreas de formação dos ambientalistas

O papel da humanidade no mundo	Área Natureza	Área Ambiente	Cultura e Sociedade
Pendor DSP	53,0%	40,5%	35,0%
Pendor NEP	47,0%	59,5%	65,0%
Diferença	<b>-6,0%</b>	<b>19%</b>	<b>30,0%</b>
Preservação das condições ecológicas	Área Natureza	Área Ambiente	Cultura e Sociedade
Pendor DSP	53,0%	42,9%	40,0%
Pendor NEP	47,0%	57,1%	60,0%
Diferença	<b>-6,0%</b>	<b>14,2%</b>	<b>20,0%</b>



A batalha entre DSP e NEP parece estar longe do fim. Quer entre a população em geral, quer entre os próprios quadros ambientalistas, os dois paradigmas sociais parecem manter presença, ainda que de forma e sensibilidades diferentes. Os resultados a que chegámos parecem apontar, no entanto, para uma progressiva e clara ultrapassagem das assunções antropocêntricas entre os dois universos. Trata-se afinal, de um fenómeno mundial, particularmente impressionante no mundo ocidental, onde a sociedade portuguesa se tem vindo a integrar crescentemente nestes últimos anos e que implica, a par de uma integração económica e política, uma integração de valores e representações do mundo, difundidos por meios de comunicação social cada vez mais globalizantes.

Como se esperaria o reequacionamento do papel da humanidade, cujo futuro depende do respeito pelas leis da natureza e da preservação da multiplicidade de formas de vida numa visão ecossistémica global, assume maior anuência no seio do movimento ambientalista. Ainda assim, revelam-se, entre os seus membros, algumas posições surpreendentes que importará aprofundar no futuro, requerendo, porventura, um suporte financeiro e técnico que dificilmente um trabalho deste âmbito poderia envolver. É de esperar que o movimento ambientalista, e os seus quadros membros em particular, espelhem as influências da sociedade global, simultaneamente com as influências mais particulares da sociedade portuguesa, mas um forte empenhamento da defesa ambiental que a militância activa pró-ecológica determina, implicaria uma vincada adesão aos valores do NEP que só em parte se verificou.

A par da necessidade de defesa das condições ecológicas e da recusa do antropocentrismo que implica uma reorientação no desenvolvimento social, em função de finalidades e objectivos outros que não os humanos, os valores do DSP impuseram-se ainda, em largas franjas das respostas dos inquiridos ambientalistas, destacando-se o grupo com formação nas ciências agrupadas na 'Área Natureza' onde domina a Biologia. Parece ser em função deste grupo, dominante entre os inquiridos da LPN, que esta associação se destaca numa posição relativa com um pendor pró DSP, sobretudo, se comparada com a posição pró NEP assumida pelos membros das outras duas organizações. Ainda que nos pareça carecer de confirmação futura, tal facto poderá prender-se com uma menor propensão deste grupo para pensar a sociedade e ponderar o papel desempenhado pela humanidade no mundo.

Confirmando-se esta hipótese, a relativa adesão aos valores do DSP, seria afinal aparente (pelo menos em parte), resultando não da recusa dos valores pró-ecológicos que a própria militância ambiental dificilmente confirmaria mas, sobretudo, de um déficit de integração entre a realidade social e a realidade ecossistémica natural que deixaria de lado a componente humana, para além das implicações directas nas condições de reprodução natural. Explicar-se-ia, assim, o relativo equilíbrio paradigmático (DSP/NEP) nas representações biocêntricas da natureza e do ambiente e o maior peso do ‘pendor DSP’ entre os inquiridos com formação na ‘Área Natureza’, em contraste com as posições tendencialmente inversas que se verificam em áreas em que a componente humana está mais presente: representações antropocêntricas e tecnocêntricas da natureza e do ambiente e as áreas de formação ‘Ambiente’ e ‘Cultura e Sociedade’. Poderemos, enfim, estar na presença de duas concepções que levadas ao extremo tenderiam a opor-se: os que encaram o ambientalismo, sobretudo, como um movimento de defesa da natureza contra as agressões antropogénicas e os que incluem o próprio Homem nesta luta, integrando a humanidade numa comunidade única que abarca a Terra inteira, não deixando de fora nem os valores naturais nem os valores sociais.

No pensamento ambientalista confluem, afinal, diversos valores e escolhas, por vezes contraditórios. Em seu nome é possível, como referem Pierre Alphonse, Pierre Bitoun e Yves Dupont, “en appeler à la science et à la technique ou à la religion, réclamer une intervention croissante de l’État et des institutions mondiales ou bien une plus grande autonomie des individus et des collectivités, s’en remettre au ‘génie’ du marché ou en faire une critique radicale, prévoir l’apocalypse pour demain ou croire que l’humanité ne se pose jamais que les problèmes qu’elle peut résoudre”<sup>138</sup>, pelo que a emergência do Novo Paradigma Ecológico se pode revestir de inúmeras formas e sensibilidades, com espaço para diversos graus de antropocentrismo, sem que isso implique pôr em causa objectivos mais gerais de defesa ambiental.

Nenhuma crítica das relações humanidade/natureza, no entanto, se pode cingir aos problemas da poluição e degradação ecológica sem questionar a própria sociedade e a actual ordem mundial, integrando mundo social e mundo natural num único ecossistema em permanente interrelação. Tendo-se tornado uma componente importante da consciência universal — um dos dogmas do humanismo moderno — o pensamento ambientalista/ecologista tem vindo a assumir posições pragmáticas menos radicais o que, se por um lado possibilita uma maior seriedade aos olhos da opinião pública e uma mais eficaz intervenção social, por outro lado, corre o risco de limitar a sua acção à estrita defesa ambiental, perdendo a oportunidade de se transformar nessa interrogação transversal que questiona a condição do homem moderno, contribuindo de forma progressiva para a formação de uma consciência ecológica capaz de

---

<sup>138</sup> Pierre Alphonse, Pierre Bitoun e Yves Dupont, *Op. Cit.*, p. 7.

desencadear a necessária mudança de atitudes. Daí a necessidade de reintegrar a esfera humana na esfera natural mais abrangente, realçando os efeitos e contra efeitos, muitas vezes inesperados, que inevitavelmente, advêm desta interação continua.

A fraca adesão aos valores radicais da chamada ‘ecologia profunda’, correspondendo, aliás, à generalidade das posições do movimento ambientalista mundial actual, parece ser consensual entre os dirigentes ambientalistas portugueses que se revêm, sobretudo, como agentes reguladores da reforma e mudança de comportamentos, pugnando pela defesa ecológica e alteração das relações sociedade/natureza de forma institucional, aceitando as regras sociais vigentes, ainda que procurando a sua reforma progressiva. Reafirma-se, assim, o papel de vanguarda do movimento, fonte de novas formas de pensar e agir num ambiente crescentemente percepcionado, tanto como parte de cada um de nós, como cada um de nós será parte do ambiente. Assim sendo é no indivíduo — nos comportamentos individuais — que se encontram as raízes da degradação ambiental, mas também as potencialidades para uma nova abordagem do mundo e dos recursos. A actuação das organizações ambientalistas, o seu papel de alerta e sensibilização que potencia a participação das populações, é a alavanca que se vem fazendo sentir na progressão para patamares mais sustentáveis dos comportamentos individuais e colectivos, pelo que o realce dado às consequências nefastas da degradação ambiental para a humanidade, mais do que um posicionamento instrumentalista para com a natureza, advém da necessidade de fazer sentir a urgência de mudança.

Se um antropocentrismo cego acarretou consequências desastrosas para com o mundo natural, um misantropismo igualmente cego dificilmente possibilitaria a passagem da mensagem ambientalista. Ao contrário, como nota Roger Cans, “durante muito tempo (...) os ecologistas militantes prejudicaram a sua própria causa, entregando-se a excessos não apenas ineficazes, mas até contraproducentes”<sup>139</sup>, pelo que, numa altura em que a preocupação ambiental parece ter conquistado um lugar seguro na sociedade, a prudência e o pragmatismo aconselham uma posição intermédia que permita continuar a desbravar o caminho da consciencialização ecológica, afinal, patente nas respostas que obtivemos dos ambientalistas portugueses que parecem recusar a ideia de que valor instrumental e valor intrínseco da natureza sejam mutuamente exclusivos.

Se na sociedade portuguesa, o processo de consciencialização ambiental, em grande parte fruto da acção dos ambientalistas, parece ter já descolado duma letargia inicial (relembremos o grau de preocupação com o estado do ambiente entre os portugueses) o processo está longe de estar completo, pelo que a acção das ONGAs se mantém fulcral na assunção social das consequências ambientais advindas dos comportamentos individuais e colectivos. Mais do que difundir uma má consciência por cada um de nós, trata-se de alertar

---

<sup>139</sup> Roger Cans, *Verdes: a encenação ecológica*, Lisboa, Bertrand Editora, 1993 (1992), p. 220.

para o caminho perigoso, ou pelo menos insensato, que as coisas levam, correndo o risco de, a prazo, tornar a vida na Terra insustentável para os padrões de vida da própria humanidade.





*Anexo 1*

---

**Questionário**

## I. AMBIENTE E NATUREZA

### 1. Quando se fala de Natureza, do que é que se lembra? (Escolha quatro)

- |                           |                          |               |                          |                      |                          |
|---------------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| 1. Espaços verdes         | <input type="checkbox"/> | 7. Poluição   | <input type="checkbox"/> | 13. Ecossistemas     | <input type="checkbox"/> |
| 2. Qualidade de vida      | <input type="checkbox"/> | 8. Harmonia   | <input type="checkbox"/> | 14. Civismo          | <input type="checkbox"/> |
| 3. Ruptura de equilíbrios | <input type="checkbox"/> | 9. Ambiente   | <input type="checkbox"/> | 15. Interdependência | <input type="checkbox"/> |
| 4. Biodiversidade         | <input type="checkbox"/> | 10. Perigos   | <input type="checkbox"/> | 16. Fauna/Flora      | <input type="checkbox"/> |
| 5. Espaços Rurais         | <input type="checkbox"/> | 11. Liberdade | <input type="checkbox"/> | 17. Beleza/Paisagem  | <input type="checkbox"/> |
| 6. Limites do crescimento | <input type="checkbox"/> | 12. Florestas | <input type="checkbox"/> | 18. Conservação      | <input type="checkbox"/> |

### 2. Quando se fala de Ambiente, do que é que se lembra? (Escolha quatro)

- |                           |                          |               |                          |                      |                          |
|---------------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| 1. Espaços verdes         | <input type="checkbox"/> | 7. Poluição   | <input type="checkbox"/> | 13. Ecossistemas     | <input type="checkbox"/> |
| 2. Qualidade de vida      | <input type="checkbox"/> | 8. Harmonia   | <input type="checkbox"/> | 14. Civismo          | <input type="checkbox"/> |
| 3. Ruptura de equilíbrios | <input type="checkbox"/> | 9. Ambiente   | <input type="checkbox"/> | 15. Interdependência | <input type="checkbox"/> |
| 4. Biodiversidade         | <input type="checkbox"/> | 10. Perigos   | <input type="checkbox"/> | 16. Fauna/Flora      | <input type="checkbox"/> |
| 5. Espaços Rurais         | <input type="checkbox"/> | 11. Liberdade | <input type="checkbox"/> | 17. Beleza/Paisagem  | <input type="checkbox"/> |
| 6. Limites do crescimento | <input type="checkbox"/> | 12. Florestas | <input type="checkbox"/> | 18. Conservação      | <input type="checkbox"/> |

## II. PROBLEMAS E FACTORES DE DEGRADAÇÃO

### 3. De entre os problemas indicados na lista, indique os que considera mais relevantes à escala mundial (Escolha três)

- |   |                          |
|---|--------------------------|
| 1. Alteração climática/efeito de estufa       | <input type="checkbox"/> |
| 2. Diminuição da camada do ozono              | <input type="checkbox"/> |
| 3. Desertificação (avanço dos desertos)       | <input type="checkbox"/> |
| 4. Chuvas ácidas                              | <input type="checkbox"/> |
| 5. Destruição das florestas                   | <input type="checkbox"/> |
| 6. Esgotamento dos recursos naturais          | <input type="checkbox"/> |
| 7. Extinção de espécies animais e vegetais    | <input type="checkbox"/> |
| 8. Centrais e resíduos nucleares              | <input type="checkbox"/> |
| 9. Aumento populacional                       | <input type="checkbox"/> |
| 10. Poluição das águas (oceanos, mares, rios) | <input type="checkbox"/> |
| 11. Outro, qual ?                             | <input type="checkbox"/> |

4. Da seguinte lista de problemas, e pensando no país, qual o grau de gravidade que atribui a cada um deles?

	Nada Grave	Pouco Grave	Grave	Muito Grave
1. Ruído	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Uso de pesticidas e químicos na agricultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Despovoamento do interior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Qualidade da água para consumo humano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Poluição do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Poluição do mar/praias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Incêndios nas florestas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Lixos urbanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Lixos industriais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Poluição dos rios, lagos, albufeiras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Descuido com a conservação da natureza e das espécies	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Crescimento dos subúrbios das cidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Desperdício energético	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Esgotos da cidade sem tratamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Como classifica o estado do ambiente hoje?

	Nada preocupante	Pouco preocupante	Preocupante	Muito preocupante
1. Em Portugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. No mundo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Como acha que vai evoluir a situação do ambiente nos próximos 10/15 anos?

	Melhorar	Manter-se	Piorar
1. Em Portugal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. No mundo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Indique qual o grau de importância que atribui a cada um dos seguintes factores e actividades humanas para o desenrolar da degradação ambiental global

	Não importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
1. À produção industrial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. À dinâmica de crescimento capitalista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. À explosão demográfica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. À sociedade de consumo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. À industrialização da agricultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. À pobreza e subdesenvolvimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. À excessiva concentração urbana	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. À concentração do poder económico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. **Das seguintes afirmações indique a que mais se aproxima da sua posição** (*Escolha apenas uma*)

1. Deve-se dar mais importância ao crescimento económico do que à protecção do ambiente. ☐
2. É necessário assegurar o crescimento económico, mas respeitando a protecção do ambiente. ☐
3. Deve ser mais importante a protecção do ambiente do que o crescimento económico. ☐

9. **Das seguintes frases assinale a que mais se aproxima à sua posição** (*Escolha apenas uma*)

1. A ciência e a técnica são responsáveis pelo estado actual do ambiente. ☐
2. A ciência e a técnica causam mais problemas do que aqueles que resolvem. ☐
3. O progresso científico e técnico irá resolver, daqui a 10/15 anos, os problemas de ambiente. ☐
4. A ciência e a técnica são tanto causa de problemas como de soluções para o ambiente. ☐

### III. MUDANÇA PARADIGMÁTICA

10. **Para as seguintes frases indique o seu grau de concordância**

	Discordo totalmente	Discordo em parte	Concordo em parte	Concordo totalmente
1. A natureza tem um valor intrínseco que, só por si, implica a preservação dos ecossistemas naturais, independentemente das necessidades ou ambições humanas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. É necessário proteger a natureza e travar o processo de degradação ambiental, como forma de garantir o desenvolvimento sustentável e o futuro da humanidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Defender o ambiente implica rejeitar o modelo social dominante e pugnar por uma sociedade alternativa mais justa, quer nas relações entre os homens, quer entre estes e a natureza.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os partidários da defesa do ambiente, devem equilibrar a sua acção face ao Estado e à sociedade, agindo como agentes reguladores do sistema sócio-natural.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**11. No quadro abaixo encontrará várias afirmações sobre as relações entre a humanidade e o ambiente. Para cada uma indique o seu grau de concordância.**

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Discordo em parte	Discordo totalmente
1. Estamos a aproximarmo-nos do número limite de seres humanos que a Terra pode suportar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A humanidade tem o direito de modificar o ambiente natural de acordo com as suas necessidades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Frequentemente, as intervenções humanas sobre a Natureza têm consequências desastrosas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. O engenho humano será suficiente para assegurar que a vida na Terra não venha a tornar-se inviável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A Humanidade está a exceder-se no uso abusivo do meio-ambiente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A Terra pode oferecer um sem número de recursos naturais, se aprendermos como desenvolver o seu uso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Tal como a espécie humana, todas as espécies animais e vegetais têm o mesmo direito a existir.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. O equilíbrio da Natureza é suficientemente forte para superar os efeitos adversos da industrialização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Apesar de dotados de capacidades peculiares, os seres humanos não escapam às leis da Natureza.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A "crise ecológica" que, supostamente, a humanidade enfrenta tem sido muito exagerada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. O planeta Terra pode ser visto como uma nave espacial em viagem, com espaço e recursos limitados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. A humanidade foi criada para ocupar um lugar de destaque e "governar" a Natureza.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. O equilíbrio da Natureza é muito delicado e facilmente perturbável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. A humanidade acabará por aprender o suficiente sobre as leis da Natureza, possibilitando o seu controlo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Se as coisas continuarem como até aqui, uma catástrofe ecológica generalizada será inevitável.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### IV. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

**12. Sexo**

Masculino	<input type="checkbox"/> 1
Feminino	<input type="checkbox"/> 2

**13. Idade:** \_\_\_\_\_ Anos

**14. Profissão**

---



---



---

**15. Habilitações literárias**

---



---



---

**16. Indique se na sua formação teve alguma especialização que diga respeito às questões de ambiente (biologia, engenharia do ambiente, etc.)**

---



---



---

**17. Indique as organizações de defesa do ambiente de que é membro**

---



---



---

**18. Exerceu ou exerce alguma função de dirigente na(s) associação(ões) de que faz parte?  
Em caso afirmativo especifique que tipo de responsabilidade assume ou assumiu.**

---



---



---

Obrigado























## CAPITAL Índice-Capitalismo

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
	,2500	1	1,2	1,3	1,3
	,3750	1	1,2	1,3	2,5
	,4375	9	11,1	11,4	13,9
	,5000	9	11,1	11,4	25,3
	,5625	7	8,6	8,9	34,2
	,6250	13	16,0	16,5	50,6
	,6875	6	7,4	7,6	58,2
	,7500	12	14,8	15,2	73,4
	,8125	2	2,5	2,5	75,9
	,8750	11	13,6	13,9	89,9
	1,0000	8	9,9	10,1	100,0
	99,0000	2	2,5	Missing	
Total		81	100,0	100,0	

Valid cases 79 Missing cases 2

## RCAPITAL Índice - capitalismo

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
< 0,50	1	11	13,6	13,9	13,9
0,50 / < 0,75	2	35	43,2	44,3	58,2
0,75 / 1,00	3	33	40,7	41,8	100,0
	99	2	2,5	Missing	
Total		81	100,0	100,0	

Valid cases 79 Missing cases 2

## INDUST Índice-Industrialismo

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
	,2500	1	1,2	1,3	1,3
	,3125	1	1,2	1,3	2,5
	,3750	4	4,9	5,1	7,6
	,4375	3	3,7	3,8	11,4
	,5000	6	7,4	7,6	19,0
	,5625	8	9,9	10,1	29,1
	,6250	16	19,8	20,3	49,4
	,6875	3	3,7	3,8	53,2
	,7500	22	27,2	27,8	81,0
	,8125	1	1,2	1,3	82,3
	,8750	6	7,4	7,6	89,9
	1,0000	8	9,9	10,1	100,0
	99,0000	2	2,5	Missing	
Total		81	100,0	100,0	

Valid cases 79 Missing cases 2

## RINDUST Índice - industrialismo

Value Label	Value	Frequency	Percent	Valid Percent	Cum Percent
< 0,50	1	9	11,1	11,4	11,4
0,50 / < 0,75	2	33	40,7	41,8	53,2
0,75 / 1,00	3	37	45,7	46,8	100,0
	99	2	2,5	Missing	
Total		81	100,0	100,0	

Valid cases 79 Missing cases 2

- - - - - F A C T O R   A N A L Y S I S - - - - -

Analysis number 1   Replacement of missing values with the mean

Correlation Matrix:

	NEP39	NEP40	NEP41	NEP42	NEP43	NEP45	NEP46
NEP39	1,00000						
NEP40	,10520	1,00000					
NEP41	,17581	,06462	1,00000				
NEP42	,10538	,07833	,20449	1,00000			
NEP43	-,01245	-,00887	-,06828	,11189	1,00000		
NEP45	,04971	,29206	,07899	-,17116	,05171	1,00000	
NEP46	,09854	,05499	,29070	,29324	,05119	,09361	1,00000
NEP47	-,12403	,08211	-,10146	,06859	-,15494	-,00786	-,03284
NEP49	-,02014	-,01919	-,08695	,17095	-,01881	-,35141	-,17662
NEP50	-,11473	-,21168	-,10151	,16662	-,02757	-,06364	-,05000
NEP51	,00478	,08254	,31887	-,00284	,09553	,02616	,15093
NEP52	,21747	,12463	,09836	,44169	,12635	-,03900	,27895
NEP53	-,11609	-,04676	,15265	,12659	,08374	,08850	,36225

	NEP47	NEP49	NEP50	NEP51	NEP52	NEP53
NEP47	1,00000					
NEP49	-,05917	1,00000				
NEP50	-,05740	,48022	1,00000			
NEP51	-,16954	,03236	-,18653	1,00000		
NEP52	-,00304	-,00631	-,08197	,06692	1,00000	
NEP53	,11002	-,08200	-,18546	,23369	,17116	1,00000

Determinant of Correlation Matrix = ,1343015

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy = ,49568

Bartlett Test of Sphericity = 146,22517, Significance = ,00000

1-tailed Significance of Correlation Matrix:

' . ' is printed for diagonal elements.

	NEP39	NEP40	NEP41	NEP42	NEP43
NEP39	,				
NEP40	,17497	,			
NEP41	,05821	,28327	,		
NEP42	,17456	,24351	,03354	,	
NEP43	,45606	,46866	,27238	,15998	,
NEP45	,32972	,00408	,24167	,06328	,32332
NEP46	,19073	,31293	,00423	,00394	,32496
NEP47	,13497	,23308	,18371	,27146	,08362
NEP49	,42917	,43247	,22011	,06351	,43382
NEP50	,15390	,02891	,18360	,06854	,40349
NEP51	,48312	,23190	,00186	,48995	,19811
NEP52	,02558	,13382	,19116	,00002	,13051
NEP53	,15102	,33926	,08683	,13005	,22866
	NEP45	NEP46	NEP47	NEP49	NEP50
NEP45	,				
NEP46	,20292	,			
NEP47	,47223	,38552	,		
NEP49	,00065	,05736	,29989	,	
NEP50	,28623	,32878	,30539	,00000	,
NEP51	,40834	,08931	,06513	,38714	,04772
NEP52	,36480	,00584	,48926	,47771	,23346
NEP53	,21604	,00044	,16409	,23338	,04870
	NEP51	NEP52	NEP53		
NEP51	,				
NEP52	,27638	,			
NEP53	,01788	,06575	,		

- - - - - F A C T O R   A N A L Y S I S - - - - -

Extraction    1 for analysis    1, Principal Components Analysis (PC)

Initial Statistics:

Variable	Communality	*	Factor	Eigenvalue	Pct of Var	Cum Pct
		*				
NEP39	1,00000	*	1	2,26935	17,5	17,5
NEP40	1,00000	*	2	1,80897	13,9	31,4
NEP41	1,00000	*	3	1,30613	10,0	41,4
NEP42	1,00000	*	4	1,29511	10,0	51,4
NEP43	1,00000	*	5	1,11922	8,6	60,0
NEP45	1,00000	*	6	1,03544	8,0	68,0
NEP46	1,00000	*	7	,98354	7,6	75,5
NEP47	1,00000	*	8	,70184	5,4	80,9
NEP49	1,00000	*	9	,67474	5,2	86,1
NEP50	1,00000	*	10	,58562	4,5	90,6
NEP51	1,00000	*	11	,52019	4,0	94,6
NEP52	1,00000	*	12	,41941	3,2	97,8
NEP53	1,00000	*	13	,28044	2,2	100,0

PC        extracted    4 factors.

Factor Matrix:

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
NEP46	,67214	,16371		-,20489
NEP41	,55955		-,26414	,17295
NEP52	,54488	,39723	,33817	
NEP49	-,34157	,68047	-,11776	,10900
NEP42	,40640	,66945	,30470	
NEP50	-,41541	,57839		
NEP45	,26220	-,54372	,14049	,15159
NEP51	,44419		-,60015	
NEP47			,57171	-,54518
NEP40	,29994	-,22390	,42345	,32527
NEP43	,18150	,10649	-,20809	
NEP39	,29191		,21896	,64547
NEP53	,52552		-,19222	-,59603

Final Statistics:

Variable	Communality	*	Factor	Eigenvalue	Pct of Var	Cum Pct
		*				
NEP39	,55621	*	1	2,26935	17,5	17,5
NEP40	,42521	*	2	1,80897	13,9	31,4
NEP41	,41816	*	3	1,30613	10,0	41,4
NEP42	,70932	*	4	1,29511	10,0	51,4
NEP43	,08976	*				
NEP45	,40710	*				
NEP46	,52061	*				
NEP47	,63614	*				
NEP49	,60545	*				
NEP50	,50861	*				
NEP51	,56207	*				
NEP52	,57248	*				
NEP53	,66845	*				

- - - - - F A C T O R   A N A L Y S I S - - - - -

VARIMAX    rotation    1 for extraction    1 in analysis    1 - Kaiser Normalization.

VARIMAX converged in 8 iterations.

Rotated Factor Matrix:

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
NEP42	,78153	-,30459		
NEP52	,73286			,17874
NEP46	,59334	,19812	,29934	-,19926
NEP49		-,76986		,10118
NEP50		-,70230	-,11452	
NEP45		,61476		,15933
NEP51		,12315	,72343	-,15123
NEP47	,26017	,17287	-,65910	-,32274
NEP41	,28744	,16320	,55176	
NEP43			,28380	
NEP39	,23419	,10885	,16770	,67926
NEP53	,39420	,22775	,24331	-,63402
NEP40	,22763	,41435	-,11994	,43280

Factor Transformation Matrix:

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
Factor 1	,70837	,49794	,49996	-,01771
Factor 2	,52084	-,84570	,10602	,04777
Factor 3	,44394	,19126	-,80752	,33801
Factor 4	-,17280	-,01643	,29448	,93976

Factor Score Coefficient Matrix:

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
NEP39	,10250	,05046	,08040	,52487
NEP40	,12969	,22837	-,13488	,33735
NEP41	,08293	,04760	,33021	,05471
NEP42	,43066	-,17847	-,07238	,05263
NEP43	,01036	-,04102	,18548	-,01862
NEP45	-,04718	,33037	-,02649	,12995
NEP46	,28163	,07241	,11589	-,15161
NEP47	,22274	,12378	-,49482	-,24976
NEP49	,03474	-,41169	,06222	,06925
NEP50	,02324	-,36638	-,03320	,02736
NEP51	-,07998	,01861	,48230	-,11262
NEP52	,39157	-,01737	-,05242	,13631
NEP53	,18060	,09088	,09958	-,48613

Covariance Matrix for Estimated Regression Factor Scores:

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4
Factor 1	1,00000			
Factor 2	,00000	1,00000		
Factor 3	,00000	,00000	1,00000	
Factor 4	,00000	,00000	,00000	1,00000



- AA. VV. (1987), *I congresso luso-galego de conservação e ambiente. Actas*, Braga, Centro Ecológico, GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, Grupo Erva e AZERT – Associação de Defesa do Ambiente
- Alford, C. Fred (1993), «Reconciliation with nature? The Frankfurt school, postmodernism and Melanie Klein», *Theory, Culture & Society*, 10 (2), pp. 207-227.
- Allègre, Claude (1993), *Écologie des villes, écologie des champs*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- Almeida, João Ferreira de (1990), *Portugal — os próximos 20 anos, VIII vol.: Valores e representações sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de (coord.) (1998), *Os portugueses e o ambiente: 1º Inquérito Nacional. Relatório Final*, Lisboa, Observa: Ambiente, Sociedade e Opinião Pública.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1975), «Teoria e investigação empírica nas ciências sociais», *Análise Social*, XI (42-43), pp. 365-445.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1976), *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- Alphandéry, Pierre, Pierre Bitoun e Yves Dupont (1993), *L'équivoque écologique*, Paris, Éditions de la Découverte, (1991).
- Altman, Irwin e Martin Chemers (1989), *Culture and environment*, Cambridge, Nova Iorque e Melbourne, Cambridge University Press, (1980).
- Ayres, Robert U. (1989), «Le métabolisme industriel et les changements de l'environnement planétaire», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 121 (3), pp. 401-411.
- Babbie, Earl e Fred Halley (1995), *Adventures in social research: data analysis using SPSS for Windows*, Thousand Oaks, Londres e Nova Deli, Pine Forge Press.
- Baptista, Leandra (1993), «A questão ambiental: novos valores, novas identidades na mudança social global» in AA. VV., *Estruturas sociais e desenvolvimento. Actas do II congresso português de sociologia*, Volume II, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 242-246.
- Bardin, Laurence (s. d.), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70 (1977).
- Baudrillard, Jean (1998), «The end of the millennium or the countdown», *Theory, Culture & Society*, 15 (1), pp. 1-9.
- Beck, Ulrich (1992a), «From industrial society to the risk society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment», *Theory, Culture & Society*, 9 (1), pp. 97-123.
- Beck, Ulrich (1992b), *Risk society: towards a new modernity*, Londres, Newbury Park e Nova Deli, Sage Publications, (1986).
- Beck, Ulrich (1995), *Ecological politics in an age of risk*, Cambridge e Oxford, Polity Press e Blackwell Publishers, (1988).
- Beck, Ulrich (1996), «World risk society as cosmopolitan society? Ecological questions in a framework of manufactured uncertainties», *Theory, Culture & Society*, 13 (4), pp. 1-32.
- Bonaiuto, Marino, Glynis M. Breakwell e Ignacio Cano (1996), «Identity processes and environmental threat: the effects of nationalism and local identity upon perception of beach pollution», *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 6 (3), pp. 157-175.
- Bongaerts, Jan C. e Antje von Dewitz (1994), *Sustainable development: origins, concepts and applications*, Bona, Institut für Europäische Umweltpolitik e.V.

- Bookchin, Murray (1982), *The ecology of freedom: the emergence and dissolution of hierarchy*, Palo Alto, Cheshire Books.
- Bookchin, Murray (1998), «Sociedade e ecologia», *Utopia*, 7, pp. 37-53.
- Bourdieu, Pierre (1992), «Thinking about limits», *Theory, Culture & Society*, 9 (1), pp. 37-49.
- Bourdieu, Pierre (1996), «Understanding», *Theory, Culture & Society*, 13 (2), pp. 17-37.
- Branco, Luísa (1992), «Legislação e organizações internacionais — conservação da natureza», *O Verde — Revista de Ambiente e Património*, Número Especial 2, pp. 7-26.
- Brown, Lester R., Christopher Flavin e Sandra Postel (1991), «Vision of a sustainable world» in Lester R. Brown (ed.), *The world watch reader on global environmental issues*, Nova Iorque e Londres, W. W. Norton & Company.
- Bryant, Christopher G. A. (1993), «Social self-organisation, civility and sociology: a comment on Kumar's 'Civil Society'», *The British Journal of Sociology*, 44 (3), pp. 397-401.
- Bryman, Alan (1984), «The debate about quantitative and qualitative research: a question of method or epistemology?», *The British Journal of Sociology*, XXXV (1), pp. 75-92.
- Burton, Ian e Peter Timmerman (1989), «Les dimensions sociales des changements de l'environnement planétaire: responsabilités et possibilités», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 121 (3), pp. 329-347.
- Buttel, Frederick H. (1986), «Sociologie et environnement: la lente maturation de l'écologie humaine», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 109, pp. 359-379.
- Cadoret, A. (org.) (1985), *Protection de la nature: histoire et idéologie. De la nature à l'environnement*, Paris, Éditions L'Harmattan.
- Caninas, João Carlos e Paulo Lemos (1990), «O papel das organizações não-governamentais na defesa do ambiente», in Carlos Pimenta (coord.), *Ameaças à diversidade genética e conservação da natureza*, Lisboa, GEOTA — Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, pp.49-52.
- Cans, Roger (1993), *Verdes: a encenação ecológica*, Lisboa, Bertrand Editora, (1992).
- Cartaxo, Mário (1997), «Entrevista com Teresa Ambrósio», *Revista do Ambiente*, 5, pp. 5-7.
- Castro, Paula e Luísa Lima (s. d.), *A variabilidade das concepções de ciência e de ambiente entre o público*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Catton, William R., Jr., e Riley E. Dunlap (1978), «Environmental sociology: a new paradigm», *The American Sociologist*, 13, pp. 41-49.
- Catton, William R., Jr., e Riley E. Dunlap (1980), «A new ecological paradigm for post-exuberant sociology», *American Behavioral Scientist*, 24 (1), pp. 15-47.
- Chemillier-Gendreau, Monique (1989), «Le droit international et le rapport des sociétés modernes à la nature», *L'Homme et la Société*, 91/92 (1/2), pp. 31-43.
- Comissão das Comunidades Europeias (1990), *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Bruxelas, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento.
- Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1991), *O nosso futuro comum*, Lisboa, Meribérica/Liber Editores (1987).
- Correia, Francisco Nunes (1995), «Ambiente e ambientismos», in Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato (coord.), *Portugal hoje*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
- Craveiro, João Lutas (1995), *Estudos de impacte ambiental: uma contribuição sociológica — a emergência do público nas audiências*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Deleage, Jean Paul (1989), «Le rapport des sociétés à la nature: une question de vie ou de mort», *L'Homme et la Société*, 91/92 (1/2), pp. 7-11.
- Deleage, Jean Paul e Daniel Hemery (1989a), «De l'éco-histoire à l'écologie-monde», *L'Homme et la Société*, 91/92 (1/2), pp. 13-30.
- Deleage, Jean Paul e Daniel Hemery (1989b), «L'écologie, critique de l'économie», *L'Homme et la Société*, 91/92 (1/2), pp. 73-86.
- Dickens, Peter (1992), *Society and Nature: towards a green social theory*, Filadélfia, Temple University Press.
- Dietz, Thomas, R. Scott Frey e Eugene Rosa (1992), «Risk, technology and society», in Riley E. Dunlap e William Michelson (eds.), *Handbook of environmental sociology*, Westport, CT, Greenwood Press.

- Dobson, Andrew (1995), *Green political thought*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2ª Edição, (1990).
- Dufour, Ariane (1994), *Les français, la nature et l'environnement. Enquête 'Conditions de vie et aspirations des français'*, Orléans e Paris, Ifen — Institut Français de l'Environnement e Crédoc — Centre de Recherche pour l'Étude et l'Observation des Conditions de Vie.
- Dunlap, Riley E. (1983), «Ecologist versus exemptionalist: the Ehrlich-Simon Debate», *Social Science Quarterly*, 64, pp. 200-203.
- Dunlap, Riley E. (1993), «From environmental to ecological problems», in Craig Calhoun e George Ritzer (eds.), *Social problems*, Nova Iorque, McGraw-Hill, pp. 707-738.
- Dunlap, Riley E. e William R. Catton, Jr. (1979), «Environmental sociology», *Annual Review of Sociology*, 5, pp. 243-273.
- Dunlap, Riley E. e William R. Catton, Jr. (1983), «What environmental sociologists have in common (whether concerned with 'built' or 'natural' environments)», *Sociological Inquiry*, 53 (2-3), pp. 113-135.
- Dunlap, Riley E. e William R. Catton, Jr. (1993), *Struggling with human exemptionalism: the rise, decline and revitalization of environmental sociology*, Department of Sociology, Washington State University.
- Dunlap, Riley E., Kent D. Van Liere, Angela G. Mertig, William R. Catton, Jr. e Robert E. Howell (1992), *Measuring endorsement of an ecological worldview: a revised NEP scale*, Comunicação apresentada em Annual Meeting of Rural Sociological Society e Sixth Meeting of Society for Human Ecology.
- Eco, Umberto (1995), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 6ª Edição (1977).
- Eizner, Nicole (coord.) (1994), *Les représentations sociales de l'environnement: le cas de la France*, Groupe de Recherche sur les Mutations des Sociétés Européennes.
- Eizner, Nicole (coord.) (1995), *Les représentations de l'environnement: comparaison entre l'Allemagne, la France et l'Italie*, AGRAL – EUROS.
- Evangelista, João (1990), «Educação ambiental: princípios e objetivos», *O Verde — Revista sobre Ambiente e Património*, 17, pp. 5-8.
- Evernden, Neil (1992), *The social creation of nature*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press.
- Ferry, Luc (1992), *Le nouvel ordre écologique: l'arbre, l'animal et l'homme*, Paris, Éditions Grasset & Fasquelle.
- Ferry, Luc (1995), «A ecologia e a crítica do mundo moderno», *Colóquio Educação e Sociedade*, 8/9, pp. 119-126.
- Flyvbjerg, Bent (1998), «Habermas and Foucault: thinkers for civil society?», *The British Journal of Sociology*, 49 (2), pp. 210-233.
- Freudenburg, William R. e Robert Gramling (1989), «The emergence of environmental sociology: contributions of Riley E. Dunlap and William R. Catton, Jr.», *Sociological Inquiry*, 59 (4), pp. 439-452.
- Gallopín, G. C. (1991), «Les dimensions sociales des changements de l'environnement: articulation entre processus planétaires et locaux», *Revue Internationale de Sciences Sociales*, 130 (4), pp. 757-769.
- Gare, Arran E. (1995), *Postmodernism and the environmental crisis*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Gaspar, Paula (1996), «As leis do ambiente. A proposta de alteração da Lei n.º 10/87. Lei das associações de defesa do ambiente», *Revista do Ambiente*, 1, pp. 36-37.
- Giddens, Anthony (1992), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora, (1990).
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora, (1991).
- Godard, Olivier (1997), «Les enjeux des négociations sur le climat. De Rio à Kyoto: pourquoi la Convention sur le climat devrait intéresser ceux qui ne s'y intéressent pas», *Futuribles*, 224, pp. 33-66.
- Goldblatt, David (1996), *Social theory and the environment*, Cambridge e Oxford, Polity Press e Blackwell Publishers Ltd.



- Greenwood, Ernest (1965), «Métodos de investigação empírica em Sociologia», *Análise Social*, III (11), pp. 313-345.
- Hester, Stephen e David Francis (1994), «Doing data: the local organization of a sociological interview», *The British Journal of Sociology*, 45 (4), pp. 675-695.
- Jacob, François (1985), *O jogo dos possíveis: ensaio sobre a diversidade do mundo vivido*, Lisboa, Gradiva (1981).
- Jacobs, Struan (1986), «Scientific community: formulations and critique of a sociological motif», *The British Journal of Sociology*, XXXVIII (2), pp. 266-275.
- Kasprzyk, Leszek (1989), «La politique scientifique et technique et les changements de l'environnement planétaire», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 121 (3), pp. 477-483.
- Kline, Paul (1993), *The handbook of psychological testing*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Kumar, Krishan (1993), «Civil society: an inquiry into the usefulness of an historical term», *The British Journal of Sociology*, 44 (3), pp. 375-395.
- Laska, Shirley Bradway (1993), «Environmental sociology and the state of the discipline», *Social Forces*, 72 (1), pp. 1-17.
- Lélé, Sharachandra M. (1991), «Sustainable development: a critical review», *World Development*, 19 (6), pp. 607-621.
- Light, Andrew e Eric Katz (eds.) (1996), *Environmental pragmatism*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Lima, Aida Valadas de e Luísa Schmidt (1996), «Questões ambientais — conhecimentos, preocupações e sensibilidades», *Análise Social*, XXXI (135), pp. 205-227.
- Lima, Marinús Pires de (1987), *O inquérito sociológico: problemas de metodologia*, Lisboa, Editorial Presença, 3ª Edição.
- Lipovetsky, Gilles (1994), *O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (1992).
- Mansinho, Maria Inês e Luísa Schmidt (1994), «A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico», *Análise Social*, XXIX (125-126), pp. 441-481.
- Martin, Gilles (1991), «Direito do ambiente e danos ecológicos», *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 31, pp. 115-141.
- Martin, Jean-Marie (1994), «Les perspectives énergétiques mondiales», *Futuribles*, 189, pp. 29-45.
- Mathieu, Nicole e Marcel Jollivet (1989), *Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui*, Paris, A.R.F. Éditions e L'Harmattan.
- Meadows, Donella H., Dennis L. Meadows e Jørgen Randers (1992), *Más allá de los límites del crecimiento*, Madrid, El País/Aguilar (1991).
- Meadows, Donella H., Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III (s. d.), *Os limites do crescimento*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (1972).
- Melo, João Joanaz de e Carlos Pimenta (1993), *Ecologia e ambiente*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Mendes, José Luís Ferreira (1981), «Integração dos factores ecológicos no planeamento do desenvolvimento económico», *Análise Social*, XVII (65), pp. 105-131.
- Miller, Peter e Nikolas Rose (1997), «Mobilizing the consumer: assembling the subject of consumption», *Theory, Culture & Society*, 14 (1), pp. 1-36.
- Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (1995), *Declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento*, Lisboa, Instituto de Promoção Ambiental, 2ª Edição (1992).
- Mitlin, Diana (1992), «Sustainable development: a guide to the literature», *Environment and Urbanization*, 4 (1), pp. 111-124.
- Moisan, François (1994), «Une taxe carbone-énergie pour prévenir le réchauffement du climat?», *Futuribles*, 189, pp. 121-133.
- Mormont, Marc (1993), *Sciences sociales et environnement: approches et conceptualisations*, Fondation Universitaire Luxembourgeoise Belgique.
- Mungall, Constance e Digby J. McLaren (eds.) (1991), *Planet under stress: the challenge of global change*, Toronto, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press (1990).
- Murphy, Raymond (1995), «Sociology as if nature did not matter: an ecological critique», *The British Journal of Sociology*, 46 (4), pp. 688-705.

- Norušis, Marija (1986), *SPSS/PC+ Advanced statistics*, Chicago, SPSS Inc..
- Oommen, T. K. (1993), «Reestructuring development through technological pluralism» in *Estruturas sociais e desenvolvimento. Actas do II congresso português de sociologia*, Volume I, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 21-30.
- Pais, José Machado (1995), «Durkheim: das *Regras do Método* aos métodos desregrados», *Análise Social*, XXX (131-132), pp. 239-263.
- Parenteau, René (1981), «Écologisme, débat social et évaluation technologique», *Sociologie et Sociétés*, XIII (1), pp. 35-48.
- Partidário, Maria do Rosário (1993), «A integração da componente ambiental no processo de planeamento», *Sociedade e Território*, 18, pp. 8-12.
- Pawson, Ray (1996), «Theorizing the interview», *The British Journal of Sociology*, 47 (2), pp. 295-314.
- Pelt, Jean-Marie (1991), *A natureza reencontrada*, Lisboa, Gradiva (1977).
- Pereira, Henrique Garcia (1987), «Tratamento informático de questionários: o ponto de vista da análise factorial das correspondências», *Análise Social*, XXIII (98), pp. 733-746.
- Pinho, Paulo e João Margalha (1993), «Do proteccionismo da natureza ao proteccionismo do desenvolvimento: o papel do território face à natureza dos fenómenos de poluição ambiental», *Sociedade e Território*, 18, pp. 22-27.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva, (1988).
- Racine, Luc (1981), «Crise écologique et symbolique de l'apocalypse», *Sociologie et Sociétés*, XVIII (1), pp. 99-116.
- Radanne, Pierre (1994), «Nucléaire, effet de serre: quelle marge de liberté pour la France?», *Futuribles*, 189, pp. 97-120.
- Raffestin, Claude (1996), «De la nature aux images de la nature», *Espaces et Sociétés*, 82/83, pp. 37-51.
- Rasool, Ichtiaque (1994), *Sistema terra*, Lisboa, Instituto Piaget, (1993).
- Redclift, Michael (1992), *Sustainable development: exploring the contradictions*, Londres e Nova Iorque, Routledge, (1987).
- Reis, Elizabeth (1993), *Análise factorial das componentes principais: um método de reduzir sem perder informação*, Lisboa, Giesta — Grupo de Investigação Estatística e Análise de Dados, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2ª Edição.
- Reis, Manuela e Aida Valadas de Lima (1998), «Desenvolvimento, território e ambiente», in José Mauel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 329-363.
- Rocha, Isabel e Duarte Filipe Vieira (1997), *A legislação básica do ambiente*, Porto, Porto Editora.
- Roche, Maurice (1995), «Citizenship and modernity», *The British Journal of Sociology*, 46 (4), pp. 715-733.
- Roqueplo, Philippe (1997), «L'effet de serre est-il politiquement gérable?», *Futuribles*, 224, pp. 17-32.
- Rosmaninho, Luís, João Caninas e César Coito (1990), «Turismo global», *O Verde — Revista sobre Ambiente e Património*, 18, pp. 19-23.
- Rowell, Andrew (1996), *Green backlash: global subversion of the environmental movement*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Sadler, Barry (1993), «A note on the ecological economics of sustainable development», *Sociedade e Território*, 18, pp. 92-97.
- Sainteny, Guillaume (1994), «Les médias français face à l'écologisme», *Réseaux*, 65, pp. 87-103.
- Sainteny, Guillaume (1995), «La rétribution du militantisme écologiste», *Revue Française de Sociologie*, XXXVI, pp. 473-498.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto Edições Afrontamento.
- Sauvage, Patrice (1995), «Pour une économie 'appropriée'», *Futuribles*, 195, pp. 21-29.

- Schmidt, Luísa (1995), «Consumo ambiental em Lisboa», in Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura & Economia. Actas do colóquio*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 167-189.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.) (1986), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Simonis, Udo E. (1989), «La modernisation écologique de la société industrielle: trois éléments stratégiques», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 121 (3), pp. 383-399.
- Simonnet, Dominique (s. d.), *O que é a Ecologia?*, Lisboa, Editorial Notícias, (1979).
- Sinha, Amita (ed.) (1995), *Readings in environmental psychology: landscape perception*, Londres e San Diego, Academic Press.
- Soremehno-Marques, Viriato (coord.) (1993), *QUERCUS: Documentos e Informações fundamentais sobre a QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza*, Lisboa, Edições Colibri e Quercus.
- Soromenho-Marques, Viriato (1994), *Regressar à terra: consciência ecológica e política de ambiente*, Lisboa, Fim de Século.
- Soromenho-Marques, Viriato (1998), *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Stern, Paul C., Thomas Dietz e Gregory A. Guagnano (1995), «The new ecological paradigm in social-psychological context», *Environment and Behavior*, 27 (6), pp. 723-743.
- Sterner, Thomas (1994), «Policy instruments for a sustainable economy», in Thomas Sterner (ed.), *Economic policies for sustainable development*, Dordrecht, Boston e Londres, Kluwer Academic Publishers, pp. 1-19.
- Stewart, Angus (1995), «Two conceptions of citizenship», *The British Journal of Sociology*, 46 (1), pp. 63-78.
- Storrie, Tom (1996), «La professionnalisation dans l'environnement et le défi de l'apprentissage démocratique: réflexions sur des expériences britanniques», *Espaces et Sociétés*, 84-85, pp. 227-249.
- Swanson, Guy E. (1992), «Modernity and the postmodern», *Theory, Culture & Society*, 9 (2), pp. 147-151.
- Taylor, C. Nicholas, C. Hobson Bryan e Colin G. Goodrich (1995), *Social assessment*, Christchurch, Taylor Baines & Associates, 2ª Edição, (1990).
- Theys, Jacques (1993), *L'environnement a la recherche d'une définition: derrière une définition introuvable, trois conceptions irréductibles de l'environnement*, Institut Français de l'environnement.
- Theys, Jacques (1997), «Effet de serre: vrais enjeux et faux dilemmes: deux réactions pour ouvrir le débat», *Futuribles*, 224, pp. 67-68.
- Thomas, Tom (1994), *A ecologia do absurdo*, Lisboa, Edições Dinossauro (1992).
- Touraine, Alain (1992), «Beyond social movements?», *Theory, Culture & Society*, 9 (1), pp. 125-145.
- Trindade, Anabela et al (1992), «Estratégia nacional de conservação. Perspectiva crítica», *O Verde Revista de Ambiente e Património*, Número Especial 2, pp. 27-33.
- Turner, R. Kerry, David Pearce e Ian Bateman (1994), *Environmental economics: an elementary introduction*, Nova Iorque, Londres, Toronto, Sydney, Tóquio e Singapura, Harvester Wheatsheaf.
- Vaillancourt, Jean-Guy (1981), «Évolution, diversité et spécificité des associations écologiques québécoises: de la contre-culture et du conservationnisme à l'environnementalisme et à l'écossocialisme», *Sociologie et Sociétés*, XIII (1), pp. 81-98.
- Vattimo, Gianni (1992), *A sociedade transparente*, Lisboa, Relógio D'Água, (1989).
- Waters, Malcom (1995), *Globalization*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Yearley, Steven (1992a), *A causa verde: uma sociologia das questões ecológicas*, Oeiras, Celta Editora (1991).
- Yearley, Steven (1992b), «Green ambivalence about science: legal-rational authority and the scientific legitimation of a social movement», *The British Journal of Sociology*, 43 (4), pp. 511-531.

- Yearley, Steven (1994), «Social Movements and environmental change», in Michael Redclift e Benton Ted (eds.), *Social Theory and the global environment*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Yearley, Steven (1996), *Sociology, environmentalism, globalization: reinventing the globe*, Londres, Thousand Oaks e Nova Deli, Sage Publications.